

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS PELOTAS - VISCONDE DA GRAÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
NA EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA MODALIDADE EJA DOS
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A RELAÇÃO
ENTRE CONCEPÇÕES, PERMANÊNCIA E ÊXITO

ALINI CABREIRA CORRÊA

PELOTAS

2022

ALINI CABREIRA CORRÊA

**AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA MODALIDADE EJA DOS
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A RELAÇÃO
ENTRE CONCEPÇÕES, PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do *Campus* Pelotas - Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Ciências e Tecnologias na Educação.

Orientador Professor Doutor Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

PELOTAS

2022

ALINI CABREIRA CORRÊA

**PROPOSTA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA MODALIDADE EJA
DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A RELAÇÃO
ENTRE CONCEPÇÕES, PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Campus Pelotas - Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof.Dr. Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Orientador
IFSUL – *Campus CAVG*

Prof. Dr. Marcos André Bettemps Vaz da Silva
IFSUL – *Campus CAVG*

Profa. Dra. Cristiane Silveira dos Santos
IFSUL – *Campus CAVG*

Prof. Dr. Robledo de Lima Gil
UFPEL – Instituto de Biologia

C824a Corrêa, Alini Cabreira
Avaliação Escolar para modalidade EJA dos Anos Finais do
Ensino Fundamental: a relação entre concepções, permanência e
êxito / Alini Cabreira Corrêa. – 2022.
172 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense,
Câmpus Pelotas Visconde da Graça, Programa de Pós -
graduação em Ciências e Tecnologias da Educação, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Raymundo Carlos Machado Ferreira
Filho.

1. Permanência e êxito. 2. Ensino fundamental. 3. Avaliação
escolar. 4. Educação de jovens e adultos. 5. Mestrado profissional.
I. Ferreira Filho, Raymundo Carlos Machado (orient.). II. Título.

CDU: 374.7

Catálogo na fonte elaborada pelo Bibliotecário
Emerson da Rosa Rodrigues CRB 10/2100
Câmpus Pelotas Visconde da Graça

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Criador do Universo, porque sem ele nada seria possível.

Gratidão aos meus amores, minha mãe Maria Adelina Cabreira Corrêa (em memória), sei que onde quer que esteja emana energias positivas para o êxito dos meus objetivos, a meu pai Pedro Diamantino Corrêa, que acredita e investe nos meus sonhos, além da sua presença, parceria e amor incondicional na minha vida sempre. Este trabalho de mestrado concluído é a prova de que os esforços deles pela minha educação não foram em vão e valeram a pena. Também agradeço ao meu irmão Wagner Cabreira Corrêa pela amizade e incentivo para conclusão de mais uma etapa na minha vida profissional.

Aos meus amigos Leonardo Cardoso Vieira, Matheus Crochemore, Mariluce Kurz Ademar Fernandes de Ornel (em memória) e Tatiana Costa, presentes de Deus, que me acompanharam e me apoiaram sempre nesta jornada com palavras de encorajamento quando pensei que não seria possível, com elogios, ajudas tecnológicas e com confiança no meu potencial para concluir mais uma formação. Muito obrigada, sem o apoio de vocês nada seria possível.

À equipe diretiva, professores e alunos (as) da sexta etapa da EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental campo de pesquisa deste trabalho de mestrado, agradeço pela colaboração para concretizar este sonho.

Ao Prof. Dr. Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho, orientador do meu trabalho, sou grata pelo acolhimento e confiança depositada na minha proposta de projeto.

A banca do meu trabalho de mestrado, formada pela Prof^a. Dra. Cristiane Silveira dos Santos, Prof^o. Dr. Marcos André Bettempo Vaz da Silva e Prof^o. Dr. Robledo de Lima Gil, muito obrigada por aceitarem o convite e participarem com carinho e atenção, suas observações foram valiosas para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar.

Também agradeço a todo corpo docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – *Campus* CAVG que sempre transmitiram seu saber com muito profissionalismo. Aos funcionários (as) que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão deste trabalho, meu muito obrigada.

“As grandes ideias surgem da observação dos pequenos detalhes”.

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho abordou avaliação educacional objetivando analisar as concepções atribuídas pelos professores e alunos da EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental para a avaliação da aprendizagem e a relação estabelecida entre avaliação, permanência e êxito ao longo dessa modalidade. Este projeto utilizou como instrumentos de coleta de dados questionários semiabertos e uma pesquisa semiestruturada, instrumentos estes de caráter qualitativo. Os sujeitos pesquisados foram os professores e alunos da 6ª Etapa da EJA de uma Escola da periferia da rede municipal de Pelotas/RS. Inferiu-se com os resultados da pesquisa que a maioria dos estudantes e docentes ainda pensam em avaliação escolar como uma consequência da aprendizagem, um momento em que todos devem ser classificados. Igualmente, foi evidenciado que embora os alunos tenham o acesso à escolarização, isso não representa a permanência deles na escola na idade certa. Contudo, mesmo que existam legislações que garantam a obrigatoriedade de vagas e o acesso à escola, há fatores sociais que levam à infrequência e, por consequência, à evasão escolar. Nessa ótica. E a maioria dos professores e alunos pesquisados indicam que os métodos utilizados pela EJA, incluindo a avaliação, não dão conta de garantir a inclusão dos jovens e adultos que vivem essa realidade, tampouco garantir a permanência. Os estudos estão ancorados nos estudos de Freire (data), Luckesi(data), Demo(data), Hoffman (data) referenciaram teoricamente a proposta de investigação, igualmente, as leis educacionais sobre o tema pesquisado, como LDB (ano), PNE(ano), PCN (data), BNCC (data), o PPP (ano) e Regimento Escolar da escola em pesquisa, colaboraram na construção teórica. Portanto a partir dos resultados obtidos, como produto educacional, foi elaborada uma proposta de processo para avaliação construtiva, interdisciplinar, integral, inclusiva e de qualidade para a modalidade EJA.

Palavras-chave: Avaliação. Educação de Jovens e Adultos. Concepção de professores e alunos.

ABSTRACT

This dissertation approached educational evaluation, aiming to analyze the conceptions attributed by teachers and students of the EJA of the Final Years of Elementary School for the evaluation of learning and the relationship established between evaluation, permanence and success throughout this modality. The project used as data collection instruments semi-open questionnaires and a semi-structured survey, instruments of a qualitative nature. The subjects of the research were the teachers and students of the 6th Stage of the EJA of a school on the periphery of the municipal network of Pelotas/RS. It emerged from the research results that most students and teachers still think of school assessment as a consequence of learning, an approach based on student classification. Likewise, it was evidenced that although students have access to schooling, this does not represent their permanence in school at the right age. Therefore, even if there are laws that guarantee mandatory vacancies and access to school, there are social factors that lead to infrequency and, consequently, to school dropout. From this point of view, most teachers and students surveyed indicate that the methods used by EJA, including assessment, are not able to guarantee the inclusion of young people and adults who live in this reality, nor guarantee their permanence. Authors such as Freire, Luckesi, Demo, Hoffman theoretically referenced the research proposal, equally, the educational laws on the researched topic, such as LDB, PNE, PCN, BNCC, the PPP and School Regiment of the school in research, collaborated in the theoretical construction. In view of the results obtained, as an educational product, a proposal for a process for constructive, interdisciplinary, integral, inclusive and quality evaluation for the EJA modality was elaborated.

Keywords: Evaluation. Youth and Adult Education. Conception of teachers and students.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAVG – Campus Visconde da Graça

CNE – Conselho Nacional da Educação

CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE

DCEs – Diretório Central dos Estudantes

EAD – Educação a distância

EI – Educação Infantil

EF – Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFSUL – Instituto Federal de Sul-rio-grandense

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

PNE – Plano Nacional de Educação

SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estudantes pesquisados quanto à idade.....	60
Gráfico 2: Estudantes pesquisados divididos por sexo.....	61
Gráfico 3: Estudantes pesquisados quanto ao estado civil.....	63
Gráfico 4: Estudantes pesquisados quanto a possuir ou não renda.....	64
Gráfico 5: Identidade religiosa dos estudantes pesquisados.....	65
Gráfico 6: Ata dos Resultados Finais.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura da BNCC.....	39
Figura 2: Estrutura da BNCC para o Ensino Fundamental.	40
Figura 3: Competências gerais da Educação Básica.	41
Figura 4: Descritores (códigos) estruturados e particulares de cada etapa (BNCC).....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Perfil da EJA no Brasil.....	62
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Trajetória profissional	15
1.1.2 Motivação	18
1.1.3 Objetivos	21
1.1.4 Objetivo Geral	21
1.1.5 Objetivos específicos.....	21
1.1.6 Organização do Trabalho	21
2 REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 Educação e EJA	23
2.1.1 Educação e Legislação, alicerces do processo moral da EJA.....	24
2.1.2 BNCC e as expectativas para EJA: Competências e Habilidades.....	25
2.1.3 EJA: Concepções, Contextos e Realidade.....	26
2.1.4 EJA: Identidade e Diversidade Cultural	28
2.1.5 Avaliação e seu significado	30
2.1.6 Avaliação Classificatória.....	33
2.1.7 Avaliação Diagnóstica	33
2.1.8 Avaliação Emancipatória	34
2.2 Avaliação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	36
2.2.1 Avaliação na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	42
2.2.2 Avaliação no Plano Nacional de Educação (PNE)	44
2.2.3 Avaliação na EJA	46
2.2.4 Permanência e Êxito	48
2.2.5 Evasão Escolar e suas Implicações Sociais.....	51
2.2.6 Estratégias para Prevenção e Redução da Evasão Escolar	52
2.2.7 Respeito, Valorização e Benefícios da Diversidade Cultural.....	53
3 METODOLOGIA	56
3.1 Descrição da Estrutura Física e Organizacional da Escola em Pesquisa	56

3.1.1	Metodologia da pesquisa.....	57
3.1.2	Questionário semiaberto para os alunos da turma	57
3.1.3	Entrevista semiestruturada com os professores da turma.....	58
3.1.4	Análise de dados.....	58
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	60
4.1	Questionário aplicado aos estudantes.....	60
4.1.1	Entendimento de avaliação	66
4.1.2	A importância da avaliação	66
4.1.3	Infrequência.....	67
4.1.4	Motivos que levaram os estudantes à EJA.....	67
4.1.5	Concordância com a forma de avaliação utilizada	68
4.2	Análise da entrevista com professores.....	71
4.2.1	Concepção de avaliação	71
4.2.2	Estratégias de avaliação.....	74
4.2.3	Verificação da aprendizagem	75
4.2.4	Quando o rendimento não for satisfatório	76
4.2.5	Aprovação e reprovação	77
4.2.6	A relação professor-aluno e a avaliação	78
4.2.7	Obstáculos vivenciados pelos professores no processo avaliativo.....	79
4.2.8	Proposta pedagógica utilizada pelo professor	80
4.2.9	Processos avaliativos que influenciam na permanência e êxito	81
4.3	Categorias.....	82
4.3.1	Índice de aprovação e reprovação	84
5	CONCLUSÃO	86
6	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICE I - Produto Educacional:.....	94
	APÊNDICE II - Roteiro de entrevista realizada com os professores	103
	APÊNDICE III - Questionário aplicado aos alunos	104
	APÊNDICE IV - Termo de consentimento livre e esclarecido para docentes	105

APÊNDICE V - Termo de consentimento livre e esclarecido para alunos.....	106
ANEXO I – PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO	107
ANEXO II – REGIMENTO ESCOLAR	130

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino criada pelo governo federal que transcorre por todos os níveis da Educação Básica do nosso país. Está é designada para jovens, adultos e idosos que abandonaram os estudos ou não tiveram oportunidade de ingressar à educação/escola na idade apropriada.

O professor tem em suas mãos o poder de transformar o mundo em um lugar melhor, por meio do respeito ao próximo, da diversidade cultural e do uso de recursos tecnológicos. Isso só acontece quando temos consciência do nosso papel de educadores atuantes e comprometidos na formação de cidadãos críticos e com a qualidade da educação do nosso Ensino Público (Autora, 2016).

1.1 Trajetória profissional

Ao longo do desenvolvimento dessa dissertação de mestrado no Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSUL), campus Visconde da Graça (CAVG), surge-me a tarefa de escrever sobre minha trajetória profissional, em especial, no que se refere ao trabalho que venho desenvolvendo como orientadora educacional, desde 2015, numa Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) da periferia da cidade de Pelotas.

O trabalho que desenvolvo com a comunidade é muito desafiador, e também delicado, pois este bairro no qual estou me referindo é constituído de famílias de baixa renda. O espaço urbano conta com uma imensa carência de saneamento básico, alimentação, existe alto índice de violência, oriunda do tráfico de droga, gravidez na adolescência, pedofilia, violência à mulher, trabalho infantil, desestrutura familiar, falta de informações básicas para uma vida saudável e questões culturais de ética e moral.

Atualmente, a referida escola tem 1.040 alunos matriculados na Educação Infantil (EI), composta apenas pela Pré-Escola, Ensino Fundamental (EF), com Anos Iniciais e Finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) o seu funcionamento acontece nos três turnos (manhã, tarde e vespertino). O turno vespertino acontece, justamente, para evitar que alunos e professores estejam expostos à violência no

período da noite.

Na Educação Infantil, existe grande índice de abusos sexual, negligência familiar referente à saúde destes alunos, já o Ensino Fundamental apresenta problemas na assiduidade escolar, gravidez na adolescência, violência à mulher, prostituição por parte de meninos e meninas, uso e tráfico de drogas ilícitas, porte de arma branca e de fogo, o que gera muitos latrocínios e homicídios.

Grande parte dos alunos que estão envolvidos nesses crimes são menores de idade e não apresentam nenhum tipo de arrependimento às atitudes ilícitas, o que gera grande preocupação aos profissionais da escola, que acabam ficando expostos a essa violência que acontece no contexto onde a escola está inserida.

É muito triste saber que esta é a realidade de muitas escolas, locais que deveriam ser harmoniosos, rodeados de culturas e realidades que colaborassem na construção de conhecimentos, proporcionando oportunidade a todos de uma vida melhor e saudável, não um local tenso, que muitas vezes causa medo, insegurança aos que nela estão inseridos.

Provavelmente, as causas que levam a toda essa violência parte da formação de famílias desestruturadas, carentes e despreparadas, pois não conhecem a maior parte dos valores necessários para formação de um cidadão, talvez por não terem tido a oportunidade de uma infância saudável.

Desta forma, a maioria desses problemas enfrentados passam a refletir no ambiente escolar, precisando da intervenção da direção e setor de orientação, por meio de encaminhamentos ao Conselho Tutelar, à Delegacia da Infância e Juventude e à Promotoria.

Muitas crianças, antes mesmo dos 10 anos de idade, acabam envolvidas com o tráfico e com diversas formas de atividades ilícitas, que por gerarem renda, acabam contribuindo para que esses indivíduos deixem a escola muito cedo. Ao retornarem, por ação do Conselho Tutelar ou Promotoria da Infância e Juventude, ingressam na EJA.

Esses alunos, que são resgatados, não querem estar na escola, estão lá porque são obrigados e podem colocar em risco o bom andamento das atividades na escola, visto que muitos desses alunos, pela prática de atividades ilícitas e ligadas ao tráfico, estão ameaçados de morte por rivais. Ao mesmo tempo, há a preocupação social com a educação, como meio de mudar uma pessoa, uma família e uma comunidade.

Não posso negar o receio de trabalhar neste ambiente em função dos alunos e familiares mortos na frente da escola. Em virtude destes fatos, muitos colegas pediram transferência para outras escolas, o que acarreta numa dificuldade em dar sequência ao processo de aprendizagem.

Diante desta realidade, tenho me perguntado, com certa frequência, o que a escola, enquanto pedagogia cultural, está fazendo para transformar aquela realidade? Esse questionamento me acompanha diariamente, pois quando escolhi ser educadora e colaborar com a formação de cidadãos, não tinha consciência que estaria pondo minha vida em jogo, não foi para isso que estudei e direcionei toda a minha formação em prol da qualidade do trabalho que exerço na escola em que estou lotada.

Gosto do que faço, não me vejo fazendo outra coisa, mas me questiono se não deveria trocar de profissão pensando em preservar minha vida, mas aí vem a certeza que não vou ser feliz exercendo outras atividades. Tais dúvidas, questionamentos e conflitos, me causam desânimo, pois todos os problemas dos educandos refletem direto no desempenho escolar.

Enquanto orientadora educacional, os vários problemas enfrentados pelos alunos, famílias e comunidade, acabam chegando à escola, repercutindo em todo o processo ensino e aprendizagem da instituição.

A reprovação é um grande problema daquela comunidade escolar, principalmente na EJA, pois os alunos, na grande maioria, estão lá para cumprir ordens legais. Para eles, aquele ambiente não é atrativo e, como eles mesmos dizem, “é uma perda de tempo”.

Nesta situação em que a escolarização em nenhum momento é prioridade, a avaliação da aprendizagem se torna um grande problema, já que os alunos vivem uma situação social e cultural totalmente diversa daquela onde os padrões de avaliação e currículo foram criados.

Quando falo em avaliação, em termos gerais, estou me referindo às estratégias e mecanismos que são utilizados para verificar as diversas aprendizagens dos alunos, quais habilidades e competências foram desenvolvidas e quais precisam ser retomadas. Muitos alunos da EJA acabam infrequentes e evadindo à escola, devido ao baixo rendimento escolar, as baixas notas e falta de

motivação. A escola, na tentativa de “recuperar” alunos que haviam deixado os estudos, acaba mais uma vez agindo de forma excludente, em meio a toda essa desigualdade e contexto de violência vivenciado pelos estudantes.

Sendo assim, a presente pesquisa nasce da necessidade de uma reflexão acerca da avaliação, pensando-a como um processo e adequada àqueles indivíduos e ao meio onde estão inseridos, uma avaliação não quantitativa, mas que considere as potencialidades e não os resultados.

Os profissionais da escola têm a consciência coletiva de que o processo de avaliação atual age para uma escola excludente, inadequada à realidade dos seus discentes. Nessa ótica, a proposta que deu origem a essa dissertação tem sua gênese na motivação que descrevo a seguir.

1.1.2 Motivação

Com o ingresso no Curso de Pós-Graduação – *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado, em Ciências e Tecnologias na Educação, percebi a necessidade da realização de uma pesquisa sobre o Processo de Avaliação Escolar como pressuposto para inclusão, visto que a comunidade escolar onde atuo está situada num bairro de periferia e a violência é uma realidade, invadindo, inclusive, o espaço escolar.

Quando cheguei para trabalhar como Orientadora Educacional na referida escola, percebi a necessidade de realizar um trabalho voltado à EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental, devido ao alto índice de reprovação, evasão e abandono.

Num trabalho que desenvolvi para monografia da Especialização, cujo foco é a avaliação direcionada a esta realidade de escola de periferia, percebi a necessidade de dar continuidade e aprofundamento a tal temática, pois ficou evidente uma grande angústia por parte da equipe diretiva e professores no que diz respeito ao processo avaliativo da EJA, resultando, muitas vezes, com o fracasso do processo ensino e aprendizagem. Dessa forma, surgiu a necessidade de analisar como os professores e alunos da EJA entendem a avaliação educacional.

Neste processo de ensino e aprendizagem, a escola convive com diversas histórias de vidas pautadas em situações de violência, tais como: tráfico

de drogas, fome, agressões, assassinatos, entre outras situações, o que demandam um olhar diferenciado, ou seja, diante dessa realidade está sendo ineficaz uma prática pedagógica convencional com um processo avaliativo apenas classificatório, gerador da evasão e do abandono, mas sim, um trabalho voltado para as necessidades desta comunidade escolar, de forma includente.

As Escolas Municipais de Ensino Fundamental do município de Pelotas têm avaliado as turmas da EJA de forma padronizada, conforme é solicitado pela supervisão da Secretaria Municipal da Educação e Desporto (SMED). A mantenedora orienta como deve proceder o processo avaliativo das turmas, determinando valores e prazos para entrega das documentações onde fica registrado o rendimento dos educandos.

Essa logística aplicada pela SMED acaba desvalorizando as particularidades da escola. A instituição necessita ter autonomia para realizar o processo avaliativo, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar, que contemplam a realidade da comunidade escolar e as habilidades de seus alunos. Também é fundamental que os educadores tenham a sensibilidade de conhecer os interesses e os motivos que levaram os sujeitos a matricularem-se (ou serem matriculados) na EJA, pois essas informações são cruciais num processo educacional inclusivo.

Nessa perspectiva da avaliação escolar inclusiva, Luckesi (2002, p.82) fala que:

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação.

Desta forma, percebe-se a importância de construir um processo avaliativo adequado a realidade, pois não se pode ignorar a distorção idade/série. A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu art. 2º determina que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Neste sentido o ato de avaliar deve estar direcionado às habilidades e potencialidades de todos os sujeitos envolvidos neste processo, buscando novas atitudes e valores por meio da comunicação interpessoal. Também é importante ressaltar que um instrumento avaliativo bem elaborado pode colaborar com o resgate da identidade do aluno, além de trabalhar a autoestima, valorizando suas experiências de vida e assim obter um aluno participativo, crítico e responsável da reconstrução e organização do conhecimento.

Segundo Luckesi (2010, p.55), a avaliação também se constitui de uma relação ética entre o educador e o educando:

O princípio ético que pode e deve nortear a ação avaliativa do educador é a solidariedade com o educando, a compaixão; o que quer dizer desejar com o educando o seu desejo e garantir-lhe suporte cognitivo, afetivo e espiritual para que possa fazer o seu caminho de aprender e, conseqüentemente, de desenvolver-se na direção da autonomia pessoal, como sujeito que sente, pensa, quer e age em favor de si mesmo e da coletividade na qual vive e com a qual sobrevive e se realiza

Nessa ótica, antes de pensar em qualquer reformulação no processo de avaliação escolar, se torna imprescindível analisar o que alunos e professores envolvidos nessa realidade, concebem sobre a avaliação educacional. O problema de pesquisa que sustentou o presente projeto foi: quais são as concepções atribuídas à avaliação da aprendizagem por professores e alunos da EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental, desta escola e que relação eles estabelecem entre a avaliação, a permanência e o êxito ao longo dessa modalidade?

Os sujeitos de pesquisa foram os professores e alunos da 6ª etapa da EJA da escola onde atuo como Orientadora, que estarão descritos detalhadamente no item metodologia.

Desta forma, a partir das minhas vivências, enquanto orientadora educacional, apresentei algumas possíveis proposições para o problema de pesquisa, como de que todas as práticas avaliativas serão descritas pelos sujeitos como classificatórias e convencionais, valorizando os resultados em detrimento ao processo qualitativo, aferição de objetos do conhecimento (conteúdos), não contribuindo, dessa forma, para permanência e êxito escolar, criando, por consequência, alto índice de evasão e abandono das atividades escolares.

1.1.3 Objetivos

1.1.4 Objetivo Geral

Apresento o objetivo geral desenvolvido ao longo da dissertação: analisar as concepções atribuídas pelos professores e alunos da EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental para a avaliação da aprendizagem e a relação estabelecida entre avaliação, permanência e êxito ao longo dessa modalidade.

1.1.5 Objetivos específicos

- Detectar os obstáculos vivenciados pelos professores e alunos no processo avaliativo, a partir dos seus depoimentos;
- Verificar o índice de aprovação e reprovação do atual processo avaliativo;
- Identificar os fatores que influenciam na permanência e êxito do aluno da EJA na escola;
- Elaborar, como produto educacional, um dispositivo que sirva de referência para implementação de uma proposta pedagógica para a EJA que garanta a permanência e o êxito.

Pautada nos objetivos norteadores da pesquisa, o próximo item apresenta a estrutura da dissertação, permitindo aos leitores um entendimento da sua organização.

1.1.6 Organização do Trabalho

A pesquisa de dissertação realizada buscou fundamentar questões direcionadas à avaliação, como pressuposto para permanência e êxito de alunos na EJA do Ensino Fundamental de uma escola pública de periferia, do município de Pelotas/RS.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, conforme estão descritos abaixo.

Capítulo 1: **INTRODUÇÃO**. São descritos o início da minha caminhada

enquanto profissional e mestranda, a formulação do problema, as hipóteses de pesquisa, os objetivos, a justificativa do tema e a estrutura da dissertação.

Capítulo 2: **REVISÃO DE LITERATURA**. São descritas diversas teorias, por meio de uma revisão de literatura relacionada, abordando autores com interpretações, conceitos e definições sobre avaliação e EJA.

Capítulo 3: **METODOLOGIA DA PESQUISA**. Esse capítulo trata da metodologia aplicada à pesquisa, a descrição da estrutura física e organizacional da escola em pesquisa, descrição dos sujeitos da pesquisa, dos instrumentos de coleta de dados e dos instrumentos para a análise de dados.

Capítulo 4: **RESULTADOS**. Ao longo do capítulo estão descritos os resultados obtidos no decorrer da pesquisa.

Capítulo 5: **CONCLUSÃO**. Por fim, são apresentadas as considerações finais, de acordo com os objetivos propostos ao longo da pesquisa.

Apêndices: São apresentados o Produto Educacional, os roteiros utilizados na entrevista e no questionário, bem como, os termos de consentimento livre e esclarecido.

Anexos: Projeto Político Pedagógico e regimento Escolar da Escola Mario Meneguetti.

No capítulo a seguir, descrevo algumas concepções teóricas sobre a temática de estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa aqui relatada teve como foco de estudo analisar as opções de verificação da aprendizagem na concepção de alunos e professores da EJA. Assim sendo, este capítulo apresenta uma revisão sobre a Educação Básica brasileira até chegar na modalidade EJA, seguindo de uma apresentação da Base Nacional Comum Curricular apresentando a perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades e por fim tratando da avaliação de aprendizagem.

2.1 Educação e EJA

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino ofertada pelo Governo Federal que transcorre todos os níveis da Educação Básica do país, designada aos jovens acima de 15 anos de idade, adultos e idosos que não tiveram oportunidade à educação na escola convencional na idade adequada. Permite que o estudante regresse as atividades escolares de onde parou e as conclua em um prazo menor e, deste modo, proporcionando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) determinou no capítulo II, seção V, parágrafo segundo do artigo 37 a Educação de Jovens e Adultos diz:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". Essa definição da EJA, nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui. (BRASIL, 1996)

Sendo assim, entendessemos que a EJA tornasse uma política educacional, além de ser principalmente uma política social, pois ofertará condições para que os discentes aprimorem suas situações de trabalho, seu bem-estar e conseqüentemente se tornem cidadãos com voz e vez na sociedade em que estão inseridos.

Freire (2013) justifica:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir

compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando está se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2013, p.31)

2.1.1 Educação e Legislação, alicerces do processo moral da EJA

A Constituição Federal do Brasil tem como princípio da educação “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-9.394/96, dentre muitas modalidades de ensino, apresenta e normatiza a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, destinado aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria e também a Educação a Distância, como uma forma de complementar a educação regular e/ou ofertar a Educação Básica. Portanto, a EJA se constrói como uma forma de garantir aos jovens e adultos o acesso ao conhecimento acadêmico (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - estabelece que sempre na oferta dos cursos de Educação de Jovens e Adultos sejam levados em consideração:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio[...] (BRASIL, 2000)

Ainda, tais diretrizes, explicitam as Funções da EJA:

Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. **Equalizadora**, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Qualificadora, mais do que uma função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em

quadros escolares ou não escolares (BRASIL, 2000).

2.1.2 BNCC e as expectativas para EJA: Competências e Habilidades

A BNCC, é um documento normativo e obrigatório, para as escolas brasileiras das redes de ensino públicas e privadas, da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e suas modalidades). Também deve ser vista como um conjunto de orientações norteadoras para os profissionais que atuam na educação, colaborando na elaboração dos currículos das escolas, sejam elas públicas ou privadas, sempre respeitando suas especificidades.

A Base, ainda determina competências, habilidades e objetos de conhecimento (conteúdos), que contemplam – de modo geral – uma base (como o próprio nome diz) de referência para todos os estudantes (crianças, adolescentes, jovens...), independente de sua região. Logo, este documento é importante, pois busca proporcionar igualdade nas instituições educacionais, coopera na formação integral do cidadão e na criação de uma sociedade mais democrática, inclusiva e justa.

Na primeira versão da BNCC (lançada em 2015 pelo Ministério da Educação), que guia as definições dos currículos escolares das redes federais, estaduais e municipais, destaco que não há uma separação formal e específica para a Educação de Jovens e Adultos (modalidade da Educação Básica). De modo que a modalidade será contemplada e referenciada a partir da estrutura já organizada para a Educação Básica de forma ampla, ou seja, as especificidades e particularidades do EJA não são apontadas. Essa contemplação aos educandos, de diferentes contextos, matriculados na EJA, faz com que surja a necessidade de pensar sobre um currículo adequado para os sujeitos que por algum motivo deixaram de concluir os estudos na idade certa e retornaram à escola na fase adulta, tendo em sua bagagem cultural, acúmulo de expressivas experiências e aprendizagens na esfera pessoal e profissional.

Na seguinte versão preliminar da BNCC, divulgada em 2016, é notório o interesse em incluir a EJA no campo curricular, pois ocorre a alteração da expressão “crianças e adolescentes”, por “adolescentes, jovens e adultos”. Com esta alteração o currículo se torna mais homogêneo, permitindo a autonomia do professor, de modo que este direcione seu fazer considerando e contemplando o

EJA, sua importância e suas especificidades quando planejar suas atividades pedagógicas. Motivos esses apontados pela história do EJA.

2.1.3 EJA: Concepções, Contextos e Realidade

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada para atender pessoas que, por inúmeras razões, foram excluídas e/ou, por vezes, não tiveram oportunidade de ter acesso ao Ensino Regular no tempo/idade. Conforme Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos – DCEs (BRASIL, 2005)

Compreender o perfil do educando da EJA requer conhecer a sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que em algum momento afastou-se da escola devido a fatores sociais econômicos políticos e ou culturais. (BRASIL, 2005, p. 33):

Ao longo dos anos vemos a migração irresponsável de alunos do Ensino Regular para a EJA, de forma indiscriminada e perversa, não atendendo, assim, a proposta prevista no escopo da modalidade, nem a proposta dos alunos que buscam e precisam do projeto. Logo, Santos (2003) afirma que:

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprender. A não aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico). (SANTOS , 2003, p. 74)

Portanto, é preciso compreender e respeitar a realidade de vida e pluralidade cultural do público alvo para esta modalidade, suas identidades, assuntos que envolvem sua classe, raça, seus conhecimentos e linguagem, sempre valorizando sua bagagem histórica, pois conforme Arbach (2001):

Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional. (ARBACHE, 2001, p.22):

Desta forma, a EJA não pode ser uma sobrecarga para os alunos que estão retornando aos estudos depois de anos afastados, é necessário ter uma proposta adequada. Proporcionando aos educandos autonomia na construção dos conhecimentos escolar, pois os mesmos evidenciam estar em busca de algo, que lhe traga sentido e um significado para sua aprendizagem.

Também, faz-se necessário o apoio e incentivo dos profissionais envolvidos para atingir os verdadeiros objetivos pautados na legislação para esta modalidade, buscando a melhoria na qualidade de vida destas pessoas

Já é de conhecimento prévio que ministrar aulas é muito mais que reunir pessoas numa sala e transmitir-lhes um conteúdo pronto, é fazer com que a permanência e o êxito aconteçam verdadeiramente. O professor que atua na EJA precisa ter um olhar compreensivo para seu aluno e sua realidade diária.

O parecer CNE/CONEB (2000) afirma que:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000, p. 56).

Enfim, é preciso acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional, pois desse modo, estará auxiliando de maneira mais efetiva o processo de reingresso dos alunos às turmas da EJA. Refletindo sobre o tema e conhecendo a realidade da escola em pesquisa, surge a necessidade de criar um projeto de aplicação inicial, onde serão utilizados critérios que delimitarão o público alvo para participação nesta modalidade de ensino, atendendo, em especial, o real propósito da Educação de Jovens e Adultos, dando sentido e significado à vida escolar desses adultos.

O DCEs (2005) aborda:

A proposta para a organização metodológica das práticas pedagógicas de EJA deve levar em consideração os três eixos articuladores propostos 17 para as Diretrizes Curriculares: cultura, trabalho e tempo, os quais deverão estar intrinsecamente, ligados. A cultura, eixo principal, norteará a ação pedagógica, haja vista que dela emanam todas as manifestações humanas, entre elas, o trabalho e o tempo (PARANÁ, 2005, p 45).

Sendo assim com os estudos realizados para construção desta pesquisa percebo que existem critérios fundamentais que alicerçam a criação da modalidade EJA, justificando a escolha dos sujeitos que devem ser contemplados com a mesma, devido aos diversos obstáculos que esta clientela pode encontrar no decorrer do curso como baixa mobilidade; a relação suscetibilidade/violência; trabalhador de turno integral e gestantes. Todos esses dados foram detectados na aplicação dos questionários dos alunos ao longo da pesquisa de dissertação,

onde muitos aceitam, mas não estão de acordo com os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores.

Além disso, os resultados da pesquisa evidenciaram um alto índice de abandono, reprovação e descontentamento com a metodologia utilizada pelos docentes, pois os alunos adultos matriculados apresentam outros interesses devido a realidade vivenciadas pelos mesmos.

Na verdade, são pessoas que trabalham durante o dia e tem família para sustentar, outros são pessoas idosas que querem aprender a ler e escrever, todos tem uma característica incomum que é uma vida muito difícil devido a vários fatores que colaboram para a desistência dos estudos, mas também percebi que mesmo com todas as dificuldades existentes há o interesse de concluir os estudos, uns porque pretendem conseguir um serviço melhor, outros porque sempre desejaram realizar o sonho de se tornarem independentes quando se trata de conhecimentos básicos de leitura e escrita. Considerando o contexto, vale a pena refletir sobre essas funções da EJA e do quanto, com metodologias aplicadas ao ensino regular, elas realmente estão sendo desempenhadas.

Sendo assim, surge a idealização deste produto que tem como objetivo auxiliar na implementação de uma proposta de avaliação qualitativa, a partir das habilidades que constam na Base Nacional Comum Curricular, por meio de um Programa criado para contemplar a necessidade dos alunos da EJA, levando em conta 2. as aprendizagens desenvolvidas e não apenas o quantitativo.

2.1.4 EJA: Identidade e Diversidade Cultural

Jovens e adultos mesmo sem escolarização são cidadãos que colaboram para evolução da sociedade no espaço onde estão inseridos, seja em âmbito familiar, igrejas, associações, trabalho e demais espaços públicos, mas estão promovendo mudanças com seus pares, sejam positivas ou negativas, “reflexivamente, descobrir-se, conquistar-se, como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 2011). Esses sujeitos estão participando ativamente independente de frequentarem uma instituição escolar, de sofrerem desigualdade ou até mesmo a exclusão social, que infelizmente acontece diariamente no mundo, isto é, “o processo pelo qual a sociedade forma seus membros a sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 2000, p.29).

A escola, não pode se constituir uma bolha da sociedade, nela crescem e se reproduzem os problemas sociais. É importante ressaltar que o público que a escola campo da pesquisa recebe na EJA, são alunos que muito cedo deixaram de estudar, e for obrigados a retornar em função da obrigatoriedade da educação até os 17 anos. A EJA de Ensino Fundamental é destinada a alunos com mais de 15 anos de idade (BRASIL, 1996).

De acordo com o Regimento da Escola (PELOTAS, 2018):

a avaliação objetiva delinear, obter e fornecer informações úteis para tomada de decisões, com vistas a atingir níveis mais aprimorados de forma ampla, contínua, gradual e cooperativa, envolvendo toda a comunidade escolar. A avaliação, como processo sistemático, tem por objetivo diagnosticar, controlar e avaliar o rendimento escolar do aluno, conjugando aproveitamento, participação e comprometimento. A avaliação da aprendizagem é realizada como um processo ao longo de cada trimestre e ao final destes é oportunizado um período para revisão de conteúdos em forma de estudos de recuperação, a fim de se ofertar uma nova avaliação para todos os alunos independente das notas obtidas. (PELOTAS, 2018, p.15):

Mesmo a avaliação estando descrita como processual, o texto do regimento apresenta na sequência uma perspectiva ligada aos instrumentos que verificam a aprendizagem e geram nota:

[...] da E3 à E8 Etapa da EJA, a avaliação é expressa através de nota individual do aluno; acompanhado de um parecer do aproveitamento individual do mesmo, o parecer não possui a função classificatória e tem como objetivo ressaltar as habilidades desenvolvidas pelo aluno e identificar as necessidades de intervenção não apontadas pelas demais avaliações. Cabe ressaltar que esta avaliação dar-se-á por pontos: 100 pontos no semestre (PELOTAS, 2018, p.16).

Se a EJA possui uma característica de estar compatível com a clientela a que é destinado, a avaliação poderia levar em conta o parecer em detrimento da nota individual do aluno.

Referente ao aspecto qualitativo da educação, Demo (1994, p.20-21) nos coloca que:

[...] Educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade [...] representa a estratégia básica de formação humana [...] não será, em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar [...]

A EJA, mesmo se tratando de um ensino formal e institucionalizado, precisa realizar constantes ajustes para garantir a permanência de seu público alvo na escola, e por que não ajustar a avaliação para garantir sucesso e não apenas defasagens?

Dias (2015), descreve em sua dissertação de mestrado uma descrição dos discursos dos professores da EJA sobre o ato de avaliar nessa modalidade, apresentando como resultados que a avaliação classificatória ganha grande espaço em detrimento ao processo, inclusive quando considerada na dimensão diagnóstica.

Dessa forma, mesmo que se propunha uma avaliação processual, a avaliação cerca-se do quantitativo.

2.1.5 Avaliação e seu significado

A avaliação escolar pode ganhar diferentes concepções, sentidos e significados, dependendo do contexto a que é aplicada. Justamente, por essa razão, julgo necessário descrever alguns conceitos sobre avaliação escolar que são pertinentes à compreensão dessa dissertação.

É denominada avaliação o ato de verificar resultados positivos ou negativos de uma determinada ação, Berger (2011, p. 13) afirma que, “a avaliação é uma ação presente em nosso dia a dia, pois sempre estamos diante de situações que exigem análise e tomada de decisão”. A avaliação também é resultado obtido de um objetivo proposto por um profissional de uma determinada área, neste caso estamos abordando a área da educação.

Todo profissional ao iniciar um ano letivo planeja os conteúdos a serem desenvolvidos e os objetivos que pretende alcançar com os mesmos nas turmas em que ministra uma determinada disciplina. Assim como utiliza instrumentos avaliativos que vão comprovar se os objetivos foram atingidos ou não. Para que se obtenha êxito é necessário que diversas estratégias sejam utilizadas, dando assim significado e sentido aos conteúdos trabalhados com os discentes, além do aprimoramento do conhecimento que os alunos já trazem consigo.

Nessa perspectiva, para Luckesi (2002) a avaliação:

[...] deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos [...](LUCKESI, 2002, p.81)

A prática avaliativa permite verificar as dificuldades encontradas

pelos alunos sobre um determinado assunto que foi selecionado como necessário para conclusão de uma etapa de ensino, determinada pelo MEC.

Luckesi (2002) afirma que:

Vale a pena trazer à tona a expressão 'instrumentos de avaliação', utilizada com o significado de testes, provas, redações, monografias etc. Esses instrumentos são os recursos utilizados para proceder à avaliação, ou seja: (1) modos de constatar e configurar a realidade; (2) critérios de qualidade a serem utilizados no processo de qualificação da realidade; (3) procedimentos de comparação da realidade configurada com os critérios de qualificação preestabelecidos. Testes, provas, questionários, redação, arguição, entre outros, de fato são instrumentos de coleta de dados para subsidiar a constatação (ou configuração) da realidade, que, por sua vez, permitirá a sua qualificação, qualificação da realidade descrita, centro da atividade de avaliar. Com isso, queremos lembrar que, cotidianamente, confundimos instrumentos de coleta de dados com instrumentos de avaliação, o que dificulta ainda mais as tentativas de superação do equívoco de praticar exames e chamá-los de avaliação. As provas, que são os instrumentos dos exames, passaram, direta e imediatamente, a ser denominadas instrumentos de avaliação. Trata-se, no entanto, de uma inadequação que automaticamente repetimos. Estes instrumentos como coletas de dados não devem ser confundida com avaliação. Avaliar é um processo mais complexo não tão quantitativo, nem mecânico. Como a avaliação envolve atitudes humanas é muito complexa querer compreender este processo. Para avaliar devemos utilizar uma série de instrumentos unicamente para ajudar a ter uma noção sobre a evolução do processo educativo. (LUCKESI, 2002, p. 82)

Nessa descrição, é possível associar a avaliação aos instrumentos que verificam a aprendizagem, que muitas vezes são delimitados em provas e trabalhos escritos com resultados quantitativos. Todo docente precisa ter habilidade para se organizar e determinar o que vai ser avaliado, permitindo desta forma a evolução de sua turma de uma forma positiva. Na verdade, precisa verificar e selecionar o que vai avaliar de acordo com a realidade da instituição de ensino.

Então, para Luckesi (2000) a avaliação não pode ser confundida com julgamento, assim:

importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p. 172)

Os objetivos neste momento são fortes aliados para organização do que vai ser avaliado, permitindo um olhar amoroso e direcionado as necessidades, dúvidas e propostas de trabalhos que devem ser planejadas de acordo com a realidade dos

sujeitos envolvidos, (LUCKESI, 2000, p. 171) responde que “uma avaliação amorosa é uma avaliação de acolhimento tendo em vista a transformação da sociedade, daí a rejeição de uma avaliação por provas e exames que implicam julgamento para a exclusão do educando”. Quanto à avaliação, Luckesi (2002) apresenta algumas características: a avaliação apresenta resultados provisórios; a avaliação é processual à medida que o aluno absorve os conteúdos e constrói seu conhecimento; é diagnóstica, pois não se caracteriza por um processo único.

Sobre esta questão cabe citar Luckesi (2002):

[...] à avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo agora e o que acontecerá depois com o educando, na medida em que a avaliação da aprendizagem está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. Para um verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento; daí ela ser diagnóstica, permitindo a tomada de decisões para a melhoria; e, conseqüentemente, ser inclusiva, enquanto não descarta, não exclui, mas sim convida para a melhoria. (LUCKESI 2002, p. 83):

Uma parte dos sujeitos apresentam diversas dificuldades que são reflexos do meio em que são inseridos e das diversas tarefas que precisam desempenhar não só em suas vidas pessoais, mas também profissionais. Os motivos das dificuldades encontradas pelos alunos, muitas vezes estão relacionados com situações que acontecem fora da escola, por isso a necessidade de ter um olhar diferenciado na hora de pensar um instrumento avaliativo.

Portanto, o objetivo da avaliação é auxiliar o discente na sua evolução como um todo, ou seja, na sua integralidade, transformando o mesmo um cidadão capaz de colaborar positivamente na sociedade no qual está inserido. Infelizmente muitos veem na avaliação um processo autoritário que tem como propósito prejudicar, sabatinar o aluno e isso não é verdade, “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos” (LUCKESI, 2000, p. 43).

De acordo com as referências teóricas, há três tipos de avaliação, classificatória, diagnóstica e emancipatória, cuja descrição está brevemente apresentada nos subitens que seguem, ancoradas em autores que são pertinentes à pesquisa.

2.1.6 Avaliação Classificatória

A avaliação classificatória é aquela que aplica instrumentos como questionários, provas, trabalhos escritos em geral, em períodos regulares (final de cada mês, bimestre ou semestre), tem por objetivo averiguar as informações que os alunos assimilaram naquele período por meio da quantidade, logo, classifica os mesmos com notas ou conceitos.

Nesse contexto Perrenoud (2000) afirma que:

a avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida em absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos. (PERRENOUD, 2000, p.11)

Apesar de ser bastante discutida pelos pesquisadores de que não é a forma mais adequada, atualmente, esse tipo de avaliação ainda é utilizada por muitas instituições de ensino. A avaliação classificatória é uma forma de avaliação reducionista (FERREIRA, 2002), pois utiliza instrumento meramente quantitativo, baseado em notas, provas, exames, em determinados períodos do ano letivo, deixando de considerar outros aspectos relevantes. Nessa perspectiva, para Haydt (2008), a avaliação classificatória, nada mais é do que uma visão reducionista de avaliação, está baseada na ideia de aprovação, classificação, acúmulo de informações.

2.1.7 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica atenta-se as necessidades dos alunos, observando como acontece o processo de aprendizagem dos mesmos, pois acompanha o desenvolvimento cognitivo de cada sujeito, permitindo rever e reconstruir os conhecimentos sempre que necessário.

Para Macedo (2007):

uma avaliação que ajuda o aluno a compreender e a se desenvolver. Colabora para a regulação de suas aprendizagens, para o desenvolvimento de suas competências e o aprimoramento de suas habilidades em favor de um projeto. Um professor comprometido com a aprendizagem de seus alunos utiliza os erros, inevitáveis, sobretudo no começo, como uma oportunidade de observação e intervenção. Com

base neles, propõe situações-problema cujo enfrentamento requer uma nova e melhor aprendizagem, possível e querida para quem a realiza. MACEDO, 2007, p. 118)

Segundo Haydt (2008), essa ideia de avaliação “ajuda o professor” durante o processo, identificando os conhecimentos e habilidades que precisam ser adquiridos, em cada etapa desse processo, antes de dar continuidade aos conteúdos previstos para etapas seguintes. Para Luckesi (2010), a avaliação deve ter uma dimensão diagnóstica, a fim de dar melhor ajuste do processo reflexivo cultural, econômico, social e político no ensino e aprendizagem do aluno levando em conta o contexto em que vivem. Nessa ótica, informa o professor sobre o grau de conhecimentos e habilidades de seus alunos.

Para Candau (2011, p. 12), o professor traz na essência de sua formação entender que “[...] o processo de ensino e aprendizagem, para ser adequadamente compreendido, precisa ser analisado de tal modo que articule consistentemente as dimensões humana, técnica e político-social [...]”. Candau descreve o quanto o processo ensino e aprendizagem é complexo para que uma avaliação esteja reducionista.

2.1.8 Avaliação Emancipatória

A avaliação emancipatória, permite que o sujeito faça sua promoção durante o processo de aprendizagem por meio de suas observações, críticas, questionamentos e práticas, desenvolvidas no âmbito escolar juntamente com seus educadores.

Hoffmann (2005) explica que:

é preciso colocar a avaliação em discussão, sem censuras e temores de desvelar sentimentos e concepções individuais, porque não há culpados no processo avaliativo, mas posturas diferenciadas que se constituíram no último século em decorrência de inúmeros fatores, desde as influências teóricas aos pressupostos políticos. O caminho para compreender as resistências é a discussão ampla e coletiva dos significados dessa prática. (HOFFMANN, 2005, p. 73)

Nesta avaliação, o docente faz a mediação dos conhecimentos já adquiridos pelos alunos com o conhecimento formal, auxiliando o mesmo a reconstruir ou construir seu saber como um ser atuante no processo de aprendizagem e não passivo. Esta avaliação na verdade valoriza a bagagem que cada educando traz consigo dando sentido e significado ao conhecimento a ser construído.

A avaliação emancipatória pode ser entendida como processo. A própria

Legislação Nacional vigente considera a avaliação escolar como processual, nessa perspectiva, consideramos a definição de Piletti (1997):

A avaliação é um processo contínuo que visa interpretar os conhecimentos habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo. (PILETTI, 1997, p.190):

Ainda nessa ótica, não considerar uma avaliação como processual é pautar-se numa avaliação de nível totalmente classificatório e quantitativo, e não num processo reflexivo baseado no contexto sociocultural de cada estudante.

Libâneo (1991, p. 200) define:

A avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino – aprendizagem e não uma etapa isolada. Ajuda a tornar mais claros os objetivos que se quer atingir e a desenvolver capacidades e habilidades [...] os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos os interessados e os desinteressados [...] A avaliação do rendimento escolar deve centrar-se no entendimento de que as capacidades se expressam no processo da atividade do aluno, em situações didáticas. (LIBÂNEO, 1991, p. 200)

A avaliação considerada como um processo se constitui no campo da dialogicidade e do construtivismo, quando o que realmente interessa não pode ser expresso em números ou quantidades.

Segundo Luckesi (1998, p. 172), “a avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário”. Desta forma, percebe-se o quanto a avaliação é indispensável para evolução do aluno enquanto cidadão participativo da construção/reconstrução do seu conhecimento, pois os erros servem de escada para as superações, por meio de suas dificuldades superadas e expectativas apresentadas, ele pode transformar sua realidade, incluindo-se na sociedade como ser pensante capaz de colaborar para melhora do meio em que está inserido.

A maneira de cada educador avaliar seus educandos determina o tipo de avaliação que é posta em prática, para tanto é necessário perceber a intenção que o profissional tem quando opta por determinado instrumento de avaliação.

Este que atrelado também a fatores, como, as relações estabelecidas entre todos os sujeitos envolvidos (professores, alunos, familiares, demais membros da comunidade escolar, valores, sentidos e significados, cultura e até mesmo a própria sociedade) frente aos paradigmas relacionados ao processo da aprendizagem e da avaliação.

Desta forma a unificação de estratégias e práticas pedagógicas adotadas para desenvolver este processo avaliativo vai depender dos interesses, motivação, necessidades, currículo oculto e expectativa de todos envolvidos.

Sendo assim Luckesi (2008) descreve:

A execução deve ser uma forma de construção dos resultados esperados, não só pela realização do processo planejado, mas também por meio do reprocessamento das atividades a partir de decisões tomadas em decorrência de avaliações. A avaliação propicia acompanhamento e reorientação do processo de construção dos resultados esperados. Assim sendo, a execução de um planejamento não é linear, mas sim perpassada por processos de avaliação, tomadas de decisão, reorientação, etc.[...] (LUCKESI, 2008, p. 149)

A avaliação é peça fundamental para definir o bom andamento da escola, pois dela vai depender colocar ou não em prática o que é previsto na lei da educação, os objetivos e filosofia da escola, além de ser ou não um lugar onde se constrói e reconstrói saberes.

Para Luckesi (2008)

[...] Importa estarmos cientes que a avaliação educacional, em geral, e a avaliação da aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam [...] dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica [...] (LUCKESI, 2008, p.28):

A prática avaliativa quando feita de maneira consciente pode ser importante e inovadora, tendo uma definição superior enquanto exame/prova, pois não vai ser vista pelo aluno como um ato de punição com ganhos e perdas, mas sim como um instrumento que vai impulsioná-lo a superar dificuldades e a realizar mudanças necessárias, dando sentido e significado à construção do conhecimento e seu crescimento enquanto cidadão.

No item a seguir, apresento uma breve descrição da avaliação na EJA, em especial, como está descrita no documento oficial da escola.

2.2 Avaliação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e BNCC

A Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional 9.394/96 destaca a avaliação como processo, visto que é considerada um dos problemas a serem solucionados para melhorar a educação brasileira.

O artigo 24 considera:

[...] V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
2.1.1.1 avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
(BRASIL, 1996, p.122)

Nesta perspectiva, a avaliação está descrita como um processo diagnóstico ou formativo, e não como recurso classificatório. Ela não apresenta uma definição bem clara, mas pressupõem uma avaliação não quantitativa.

Vale considerar que mesmo a LDB apresentando a avaliação numa perspectiva qualitativa, os docentes não conseguem livrarem-se dos números e quantidades para inferir sobre a “aprendizagem” dos estudantes. Nessa ótica, Gatti (2003) expõe que os professores, ao mesmo tempo, que se utilizam de notas, apresentam algumas características pessoais para essa quantificação da aprendizagem que, por vezes, nem mesmo os estudantes compreendem esse processo.

Logo após a promulgação da LDB, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, reeditados em 2013), defendendo uma proposta de avaliação totalmente formativa e não classificatória, a fim de servir como referencial do trabalho das escolas e dos docentes, conforme descrevo a seguir.

A LDB de 1996 sinaliza a necessidade de um documento que sirva de referência nacional para orientar as aprendizagens dos estudantes. No período de 2015 e 2016, foram realizadas consultas públicas presenciais e on-line para possibilitar a participação mais direta da população na construção da BNCC. A ação gerou mais de 12 milhões de contribuições, sendo que a maioria dos colaboradores foram educadores, todas as contribuições foram enviadas ao Ministério da Educação (MEC). Ficou estabelecido que a implantação da BNCC terá início até o ano de 2020 nos sistemas e redes de ensino do país e quanto aliada às boas metodologias, atuam de forma a melhorar e qualificar a oferta da Educação Básica.

Tal implementação se deu após a construção de um documento por meio do protagonismo dos Estados, Municípios e ampla participação de diversos setores da sociedade, com vistas a normatizar as aprendizagens essenciais que todo o estudante deve desenvolver (Igualdade), assumindo e reconhecendo que as necessidades dos estudantes são diferentes (Equidade) sendo utilizado para

todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades (EJA) da Educação Básica e assumindo compromisso com a educação integral. A BNCC leva em consideração as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades:

a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2016, p.07).

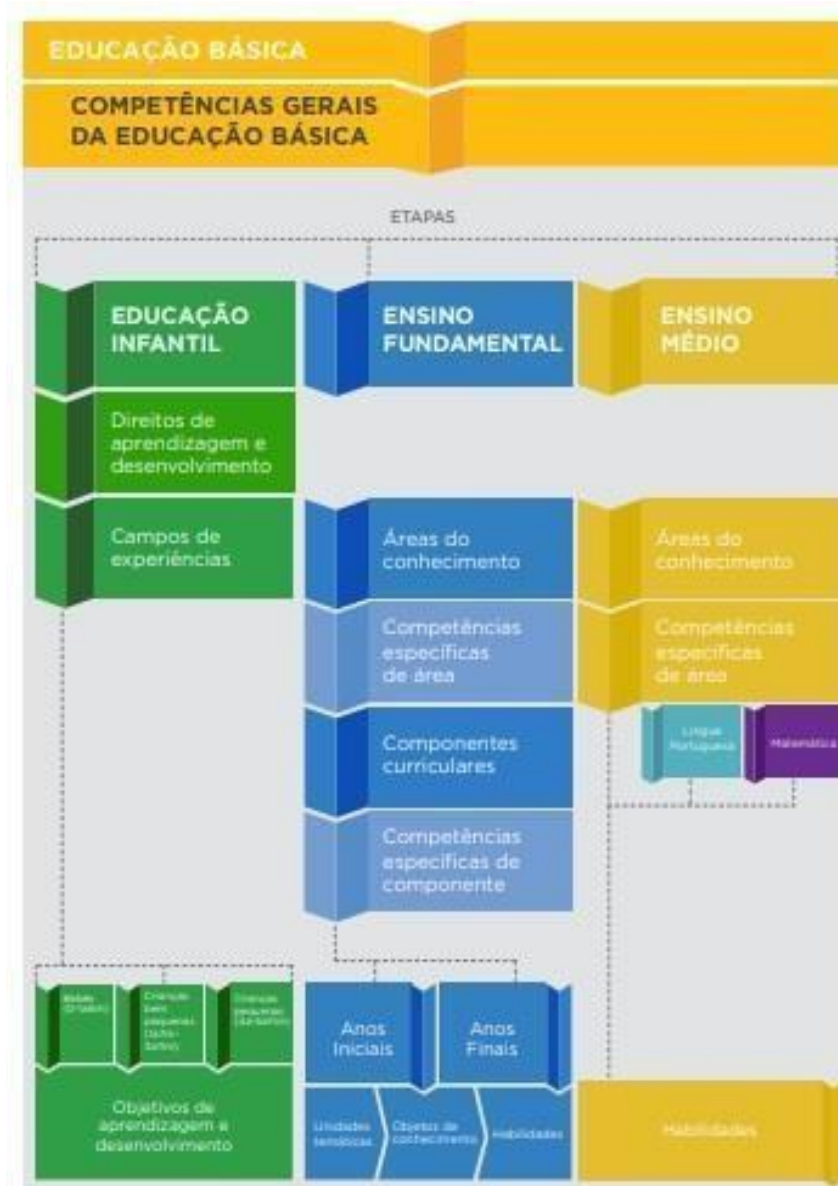
No que concerne à inclusão social, a BNCC, descreve

[...] para que a inclusão social se efetive, é fundamental a incorporação, aos documentos curriculares, de narrativas dos grupos historicamente excluídos, de modo que se contemple, nas políticas públicas educacionais, a diversidade humana, social, cultural, econômica da sociedade brasileira, tendo em vista a superação de discriminações (BRASIL, 2016, p. 27).

A BNCC busca a garantia do direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, além de promover a igualdade no sistema educacional, contribuindo para formação integral dos estudantes e colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Sendo estruturada por etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e apresentando particularidades para cada uma delas, conforme a Figura 1.

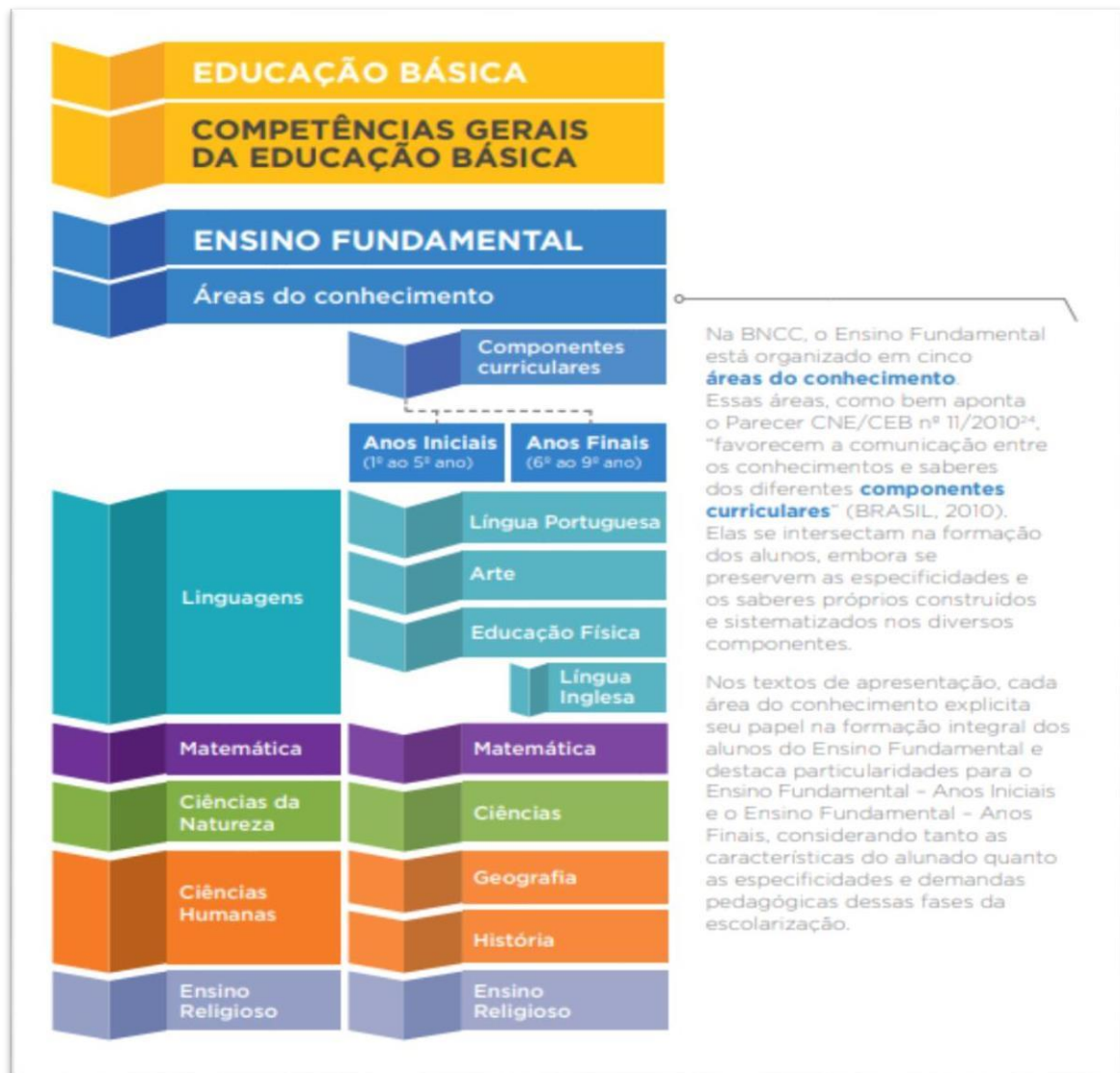
Figura 1: estrutura da BNCC



Fonte: BNCC (2016, p. 24)

Sendo o foco deste texto a Etapa do Ensino Fundamental, vou aprofundar a organização da mesma a partir da figura 02.

Figura 2: estrutura da BNCC para o Ensino Fundamental



Fonte: BNCC (2016, p. 27)

No Ensino Fundamental a BNCC está estruturada em cinco áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) que organizam os componentes curriculares, sendo as Linguagens compostas pelos componentes curriculares da Língua Portuguesa, Arte, Educação física e Língua Inglesa (sendo esta obrigatória apenas para os anos finais do Ensino Fundamental); a Matemática composta pelo componente curricular da matemática; as Ciências da Natureza composta pelo componente curricular das Ciências da Natureza; as Ciências Humanas compostas pelos componentes curriculares da Geografia e História e Ensino Religioso composta pelo componente curricular do Ensino Religioso.

Cada Componente Curricular se organiza em Unidades Temáticas que são os arranjos dos Objetos dos Conhecimentos, por sua vez são os objetos do conhecimento (conteúdos), conceitos e processos mobilizados em diferentes habilidades, organizados em Habilidades que são as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos, conforme a figura 3.

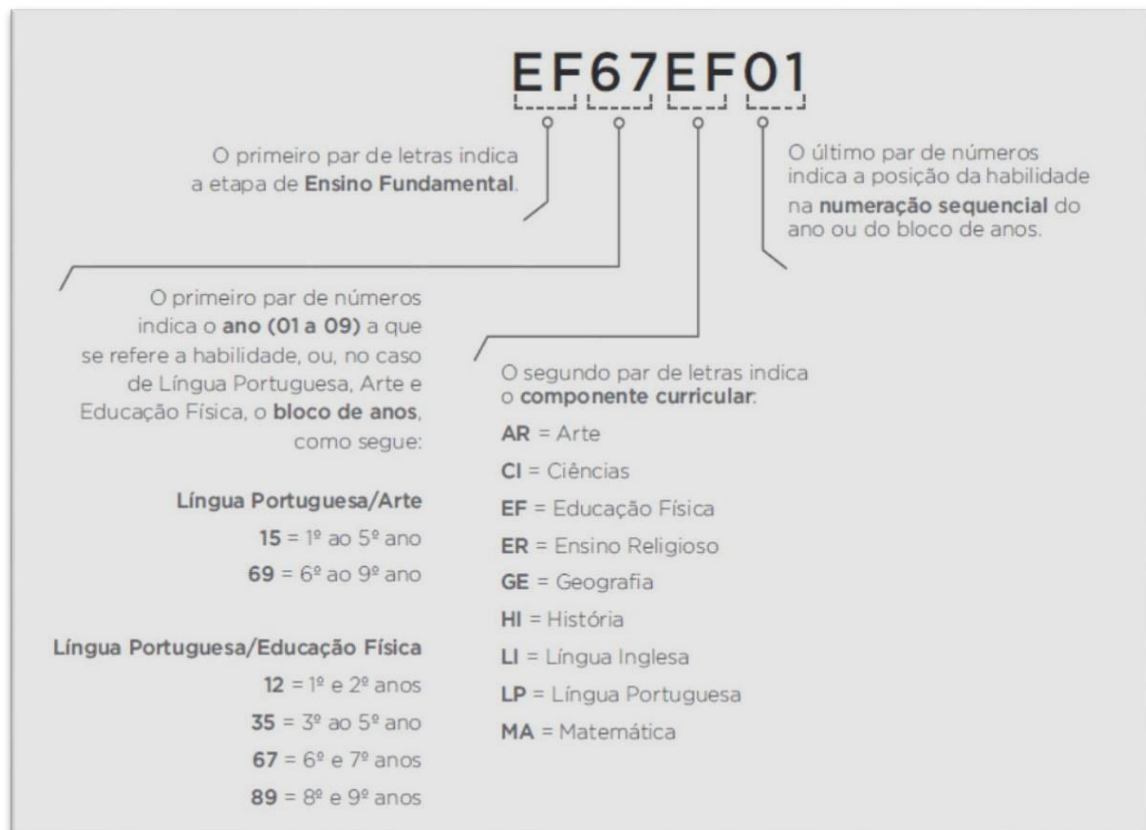
Figura 3: competências gerais da Educação Básica



Fonte: BNCC (2016 p. 28)

As Habilidades a serem trabalhadas são organizadas por descritores (códigos) estruturados e particulares de cada etapa, sendo que para o Ensino Fundamental os primeiros caracteres identificam a etapa, os 3º e 4º caracteres identificam o Bloco de Anos, os 5º e 6º caracteres apresentam o Componente Curricular e os dois últimos o número da habilidade, conforme imagem 04.

Figura 4: descritores (códigos) estruturados e particulares de cada etapa (BNCC)



Fonte: BNCC(2016 p. 30)

Essa estruturação, “(...) adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a clareza, a precisão e a explicitação do que se espera que todos os alunos aprendam no Ensino Fundamental, fornecendo orientações para a elaboração de currículos em todo o País, adequado aos diferentes contextos.

2.2.1 Avaliação na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Segundo os PCNs (2013), a avaliação não tem como propósito julgar os sucessos ou fracassos do aluno, e sim o comprometimento de disseminar um conjunto de ações com o objetivo de apoiar e orientar a intervenção pedagógica no processo de aprendizagem.

O aluno precisa ter consciência e clareza das suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganizar o processo de aprender. Mas precisa do respeito e ajuda do professor que irá orientá-lo por meio de estratégias e recursos para vencer as dificuldades

Tal processo é contínuo e ordenado por meio da cultura, ou seja, a interpretação do conhecimento construído pelo aluno, o que permite ao professor uma visão ampla deste conhecimento e o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem em determinados momentos da escolaridade.

O momento que o educando expõe seu conhecimento, ele leva o professor uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novas ferramentas de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo.

Assim avaliação torna-se um instrumento no desenvolvimento das atividades didáticas, solicitando que não seja interpretada como um momento estático, mas sim como um momento de observação de um processo dinâmico e não-linear de construção de conhecimento.

Desta forma, a avaliação considerada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar. Nessa perspectiva, é importante considerar as metas decenais construídas num processo democrático para educação do Brasil, conforme descritas no Plano Nacional de Educação.

2.2.2 Avaliação no Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação (doravante PNE) foi sancionado em 26 de junho de 2014. Esta lei (LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014) é decenal por força constitucional, ou seja, ultrapassa governos (tendo validade de dez anos) e objetiva que, através de metas, diretrizes e estratégias as etapas básicas e obrigatórias do ensino (de 04 a 17 anos) sejam universais (direito de todos), como também que o nível de escolaridade, as taxas de alfabetização, a qualidade da educação (em todos os níveis) e a valorização dos profissionais da educação aconteçam, além de ampliar o acesso e os investimentos realizados na educação, reduzir desigualdades e democratizar a gestão. Desta forma, para que a qualidade da educação seja avaliada, o PNE aponta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica como fonte de orientação para as políticas públicas.

O PNE, tem metas e diretrizes a serem cumpridas e utiliza diferentes estratégias como referência, dentre elas o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, apresentado no artigo 11 e que, de acordo com Bandeira (2014) as informações que compõem esse Sistema são referentes aos indicadores nacionais de rendimento escolar, que são responsáveis por medir o desempenho dos estudantes, e aos indicadores de avaliação institucional que contém informações sobre os perfis dos alunos e dos profissionais da educação. Também fazem parte, as relações entre a equipe docente, a equipe técnica e o corpo discente, aspectos da estrutura escolar, os recursos pedagógicos e os processos de gestão (BANDEIRA, 2014).

Ressalto que o artigo 11 do PNE não apresenta informações claras e detalhadas no que se refere a avaliação, de modo que Bandeira (2014) reforça que tais informações não são precisas sobre como deve ocorrer o processo de avaliação, o que existe é um grande enfoque nos exames de rendimento escolar, na divulgação dos resultados, na abrangência e nos responsáveis pelo cálculo e aplicação dos exames,

O Plano Nacional de Educação é constituído por 20 metas, as quais abrangem todos os níveis de formação, desde a Educação Infantil até o ensino

superior, com atenção para a educação inclusiva. No que diz respeito à avaliação no Ensino Básico existe a Meta de número 07:

Meta 07: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (BRASIL, 2014, p.31.).

A meta de número 07 do PNE se remete as melhorias de qualidade da educação básica em relação às medidas nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Uma das estratégias desta meta, a estratégia 7.7 diz:

Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas (BRASIL, 2014).

De acordo com Bandeira (2014), o alcance das metas do IDEB está relacionado ao estabelecimento de diretrizes pedagógicas e relacionado à criação de uma base curricular nacional que seja comum com as definições dos objetivos de aprendizagem, levando em consideração cada nível a ser medido ao longo da vigência do PNE.

O PNE prevê durante a sua vigência a constituição de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional, com ênfase no perfil dos alunos e dos profissionais da educação, levando em consideração as condições de infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis, as características da gestão e também as modalidades de ensino (BANDEIRA, 2014).

De acordo esse autor, o que diz respeito à avaliação educacional no PNE, deixa claro que não existe, no Plano, uma preocupação com as políticas de avaliação que possa servir para que os Projetos Políticos Pedagógicos sejam elaborados de forma reflexiva e ao mesmo tempo, a política educacional dos municípios e estados.

Como afirma Bandeira (2014):

A ênfase se dá nas avaliações externas em larga escala, sobretudo de desempenho de estudantes com base no IDEB que pouco ou nada contribuem para uma reflexão que permita que as comunidades escolares a partir de uma análise crítica intervenham na realidade.(BANDEIRA,2014,p.03):

2.2.3 Avaliação na EJA

Do ponto de vista pedagógico, o atual sistema de avaliação adotado na modalidade EJA, provoca, na maioria das vezes, frustração e sofrimento, tanto para os discentes como para os docentes. As avaliações feitas, atualmente, pelos alunos são classificatórias, relacionando e definindo as possibilidades e os conhecimentos dos mesmos.

A maneira que este instrumento é aplicado, provoca insegurança, preocupação, medo e ansiedade, levando os alunos a acreditarem que são incapazes de exteriorizar ser conhecimentos adquiridos.

Haydt (2007) explica como acontece o processo avaliativo:

A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Portanto, ela não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada. Nessa perspectiva, a avaliação faz parte de um sistema amplo que é o processo de ensino - aprendizagem, nele se integrado. Como tal, ela deve ser planejada para ocorrer normalmente ao longo de todo esse processo, fornecendo feedback e permitindo a recuperação imediata quando for necessário. (HAYDT,2007, p. 14)

Logo o verdadeiro processo de avaliação na EJA, deve acontecer com muita atenção, respeitando, investigando e valorizando toda bagagem cultural do discente, pois avaliar é ter um olhar compreensivo das vivencias em geral do aluno, identificando e contemplando seus avanços no processo de ensino e aprendizagem adquiridos dentro e fora do âmbito escolar.

Para Luckesi (2006):

Em primeiro lugar, há que partir a perspectiva de uma avaliação diagnóstica. Com isso, queremos dizer que a primeira coisa a ser feita, para que a avaliação sirva a democratização do ensino, é modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. [...] (LUCKESI,2006, p. 66):

O processo avaliativo na EJA, não deve ser conceituado como uma cobrança de aprendizagem, mas deve ser construído por todos envolvidos no processo de aprendizagem, por meio dos conhecimentos adquiridos ao longo das experiências vivenciadas, adequando-as as precisões deste público, que retorna as atividades escolares, com o intuito de concluir os estudos.

Arroyo (2006) reconhece o direito ao conhecimento dos estudantes da EJA:

[...] que conhecimento? Ver o conhecimento como categoria abstrata acarreta os mesmos problemas que a educação como direito abstrato [...] os jovens e adultos não estão no mesmo tempo mental, cultural e vivência do que as crianças de 6 a 14 anos. Seus saberes, culturas e vivências são outros, sua lógica, seus conhecimentos da natureza, da cidade ou do campo, da produção e do trabalho, o conhecimento de si mesmos e do ser humano, de seu gênero, etnia, raça, são outros. (ARROYO, 2006, p. 30)

Investigando o cotidiano escolar, percebo que o processo de avaliar continua seguindo o senso comum, ou seja, preserva as mesmas práticas tradicionais, inadequadas a presente realidade vivenciada pelos alunos matriculados nesta modalidade.

[...] enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios (CAMURRA; BELLIN, 2008).

Pessoas que infelizmente não conseguiram concluir a escolaridade no tempo adequado, quando retornam para a escola, percebem que as estratégias avaliativas, utilizadas para verificar se o processo ensino aprendizagem aconteceu, continuam as mesmas do tempo de suas infâncias, ou seja, identificam que o processo se restringe em exames, notas, sucessos, fracassos, promoções, repetências e evasões, ou seja, o mesmo aplicado anteriormente.

Segundo Vilas Boas (2008):

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem e presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno. (VILAS BOAS, 2008, p. 26)

Portanto, esse processo avaliativo, não faz sentido aos estudantes, pois está descontextualizado e totalmente desvinculado a realidade e necessidades desta comunidade escolar.

Para Araújo (2007)

A avaliação de sala de aula deveria funcionar como um retrato que mostrasse a situação de aprendizagem do estudante. [...] o processo de avaliação precisa ser visto com um instrumento pedagógico, não como uma forma de punição. Deve ser usado para fazer um diagnóstico das deficiências de aprendizagem de cada aluno e para detectar o que o

professor não conseguiu desenvolver ao longo do ano letivo. [...] que habilidades e competências não foram alcançadas, as atividades são replanejadas buscando o avanço da turma. Isso significa diversificar materiais estratégias de ensino como: jogos, elaboração de materiais, pesquisas, leituras e também o modo de avaliar. (ARAÚJO, 2007, p. 42-43):

O desafio é garantir com que o sistema de avaliação se torne um instrumento norteador das potencialidades e habilidades, vinculado a outros instrumentos, que permitam um processo de construção do saber contínuo, com a finalidade de auxiliar o jovem e o adulto (aluno) a evoluir e se desenvolver tanto no seu cotidiano escolar, como na sua vida pessoal e profissional, estimulando-o a perceber seus conhecimentos, cultura, habilidades, atitudes e a autoestima.

Hoffmann (2000) percebe que:

A ação avaliativa deve partir do fazer do aluno, essa ação intenciona principalmente, a compreensão dos fenômenos e dos objetos. Cabe observar se o professor está atento a provocação necessária ao processo de compreender. Mais especificamente, uma ação avaliativa mediadora envolveria um complexo de processos educativos (que se desenvolveriam a partir da análise das hipóteses formuladas pelo educando, de suas ações e manifestações) visando essencialmente o entendimento. Tais processos mediadores objetivariam encorajar e orientar os alunos à produção de um saber qualitativamente superior, pelo aprofundamento às questões propostas pela oportunidade de novas vivências, leituras ou quaisquer procedimentos enriquecedores ao tema em estudo. (HOFFMANN, 2000, p. 72)

Desta forma, a avaliação deve ser um instrumento de apoio, pois o ato de avaliar deve ser constante, servindo de direcionamento e percepção da evolução dos alunos, no processo da construção do conhecimento. Sendo assim, o ato de avaliar, deve ser visto como um processo de idas e vindas, pois não adianta determinar notas, atribuir valores ou mesmo conceder pareceres. A aprendizagem da realidade não se limita à simples coleta de dados e fatos, mas deve, acima de tudo, compreender como o educando sente sua própria realidade, superando a simples constatação dos fatos.

2.2.4 Permanência e Êxito

Compreende-se que a EJA apresenta suas particularidades, o que a diferencia do ensino regular, disponibilizando aos discentes matriculados nesta modalidade, um calendário mais adaptável as suas realidades. Dessa forma, o horário e turno de estudo também são de acordo com a necessidade destes

estudantes que não frequentaram a escola na idade prevista em lei.

Soares (2005) afirma:

[...] são sujeitos sociais que se encontram no cerne de um processo muito mais complexo do que somente uma modalidade de ensino. Estão imersos em uma dinâmica social e cultural ampla que se desenvolve em meio a lutas, tensões, organizações, práticas e movimentos sociais desencadeadas pela ação dos sujeitos sociais ao longo da história. (SOARES, 2005, p. 07)

Vale salientar que a educação é um direito básico de todo cidadão, garantido por lei. Conforme a Constituição Federal Brasileira (1988) regulamenta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho(BRASIL, 1988, p..45).

Ainda assim as razões da evasão na EJA são variadas, desde a necessidade de trabalho até os fatores educacionais. Contudo quando se trata desses motivos, noto nitidamente uma contradição entre discurso e realidade, pois os mesmos retomam a vida escolar, por afirmar que estudar é importante. No entanto, mesmo tendo um número significativo de matriculados na EJA, há uma parte expressiva que evade, permanecendo a ideia que não há permanência e êxito na conclusão dos estudos.

Entretanto para Arroyo (2005) a evasão:

é consequência de um processo de exclusão dessas pessoas ao longo da vida. Daí, a relevância de se compreender a condição e situação desse jovens e adultos, os sentidos e significados atribuídos à escolarização, ao trabalho, à vida – em seus múltiplos aspectos – e à configuração estabelecida em cada caso. Nesse sentido, para garantir esses direitos, os sistemas de ensino “têm de se adaptar à concretude social em que os diversos sujeitos vivem suas exigências, sobretudo quando se trata da infância, adolescência e juventude populares a quem não é dado o direito de escolher suas formas de vida e de sobrevivência. (ARROYO, 2005, p. 49)

O combate à evasão escolar, precisa ser visto como uma ação imediata, também deve ser analisado e não aceito. Todavia, a evasão escolar não deve ser vista exclusivamente como fracasso para o aluno, mas também como fracasso da própria instituição de ensino, que repetidas vezes não alcança seus objetivos, especialmente no que se refere à permanência e êxito do estudante.

Brasil (2009) afirma:

Quando as políticas públicas se voltam para o que tem sido chamado de universalização do atendimento e a escola básica deixa de ser elitizada, passando a atender, preferencialmente, as classes populares, não é o acesso suficiente para dar conta do saber ler e escrever. Os fundamentos das práticas pedagógicas permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das dos alunos, produzindo o fracasso escolar e a chamada “evasão”. Desta forma, ainda hoje, mesmo os que chegam ao final saem sem dominar a leitura e a escrita. (BRASIL, 2009, p. 18)

Logo, é dever da escola atual, na execução do seu papel histórico e social, se adaptar para resgatar e receber esses jovens e adultos que posteriormente já passaram por instituições de ensino, na maioria das vezes com um histórico marcado por um processo de ensino aprendizagem inadequado a realidade e necessidade dos mesmos, induzindo conseqüentemente a exclusão e ao fracasso escolar.

Andrade (2009) evidencia que:

Valorizar esse retorno é fundamental para torná-lo visível, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem a escolaridade básica. (ANDRADE, 2009, p. 41)

O importante é considerarmos como esses jovens e adultos aprendem, pois reconhecê-los como adultos que muitas vezes apresentam uma história escolar de insucesso, que os condena como excluídos do sistema escolar, mas donos de saberes obtidos fora do senso comum, no contexto cultural e social a que pertencem, exercendo seu papel fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico.

Giovannete (2011) compreende que:

[...] não apenas como o do acesso das camadas populares à escola, mas também como propiciador de sua permanência em uma escola que proporcione um processo educativo marcado por sua inclusão efetiva; enfim, o direito à uma educação de qualidade, por parte daqueles excluídos até aqui dos bens da vida e dos bens do saber [...]. GIOVANNETE, 2011, p. 246)

Sendo assim, mesmo sabendo que a educação passa por mudanças constantemente, é imprescindível salientar a importância de se refletir sobre a necessidade de ampliar a oferta ao ensino e a democratização da educação, facilitando o ingresso das comunidades mais carentes da sociedade. Além de determinar um acordo que auxilie e garanta a permanência e o êxito na conclusão

dos estudos, desses sujeitos nos sistemas escolares e, principalmente, com a qualidade dos processos educativos a eles destinados.

2.2.5 Evasão Escolar e suas Implicações Sociais

A evasão escolar no contexto da EJA, é um fato marcante que infelizmente corrobora para exclusão deste público alvo que persiste em concluir os estudos. Os motivos que implicam para tal fato, são de diversas naturezas, que perpassam desde as questões pessoais até mesmo as propostas atuais de ensino.

Carvalho (2012) compreende que:

A evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar; da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras. (CARVALHO, 2012, p. 01)

Durante minhas vivências escolares, foi possível presenciar nos relatos de alguns alunos, as adversidades que encontravam diariamente para participarem ativamente das atividades escolares. Além das dificuldades e do grande empenho dispensado, para compreender as complicações dos objetos do conhecimento.

Referente ao fato, Silva (2015) assegura:

É fato que, muitos são os fatores extraescolares que contribuíram para a desistência desses alunos como: falta de interesse do aluno, situação de risco no percurso que fazem até a escola trabalha para manter o sustento próprio e da família, falta de incentivo, migração para outro município à procura de oportunidade de trabalho, falta de uma relação interpessoal saudável dentro da escola, reprovação escolar, gravidez (filho), casamento. (SILVA, 2015, p.26)

Diante destes acontecimentos que interferem significativamente na conclusão dos estudos, percebo a importância da sensibilidade, das estratégias e olhar pedagógico da escola, afim de achar táticas que venham minimizar as consequências dos mesmos, colaborando desta maneira para permanência e êxito dos estudantes matriculados nesta modalidade de ensino

Paro (2001) afirma em sua fala a importância do papel da escola:

É preciso que se coloque nos centros das discussões (e das práticas) a função educativa global da escola. Assim se entendemos que educação é atualização histórico-cultural dos indivíduos e se estamos comprometidos com a superação do estado geral de injustiça social que, em lugar do bem viver, reserva para a maioria do trabalho alienado, então

é preciso que nossa escola, concorra para a formação de cidadãos atualizados, capaz de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem histórico produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade. Só assim a escola estará participando de forma efetiva como elemento da necessária “reforma intelectual e moral”, de que nos fala Gramsci (1978). (PARO, 2001, p. 25)

Assim, o desafio a ser enfrentado é o de se comprometer com o processo educativo, com o desenvolvimento do discente como um todo para que o mesmo tenha condições de viabilizar caminhos coletivos que revertam a imensa exclusão social produzida pelas mudanças da sociedade em que ele está inserido e assim contemplar o que está previsto pela BNCC, documento que atualmente norteia a educação nacional, conforme previsto na LDB.

2.2.6 Estratégias para Prevenção e Redução da Evasão Escolar

A escola é um lugar de encontros e também serve para muitos, como local de lazer e oportunidades para a realizações de sonhos, isso porque dependendo do meio em que os estudantes estão inseridos, a instituição de ensino é o único recurso que, os mesmos tem para realizar seus objetivos planejados/sonhos. Gonçalves (2011) descreve a escola como:

Esse espaço [o da escola] vem acompanhado de um conjunto de comportamentos, regras, mitos, enfim, de uma lógica que o descreve, circunscreve, justifica e mobiliza a partir de uma concepção de mundo e de uma ciência iluminista na qual a higiene, a limpeza, a iluminação, a ventilação, a ordem e a hierarquia dos saberes garantiriam uma educação eficiente e eficaz que, feita pelo Estado, seria capaz de produzir o progresso para todos. (GONÇALVES, 2011, p. 12)

Também afirmar-se que a sala de aula deve ser um espaço de protagonismo, onde acontecem as trocas de conhecimento e a reconstrução do saber, permitindo a exposições de dúvidas, expectativas, construções de relações/socialização que os estudantes fazem durante o tempo de estudo com colegas e professores.

Para Soares (2005, p. 07) professores e alunos, constroem juntos em sala de aula, uma prática pedagógica única, adequada somente para aquele grupo de estudantes.

[...] são sujeitos sociais que se encontram no cerne de um processo muito mais complexo do que somente uma modalidade de ensino. Estão imersos em uma dinâmica social e cultural ampla que se desenvolve em meio a lutas, tensões, organizações, práticas e movimentos sociais desencadeadas pela ação dos sujeitos sociais ao longo da história. (Soares (2005, p. 07)

Além disso é dentro da sala de aula, que deve acontecer as estratégias adequadas, respeitando o tempo que cada discente precisa, para reconstruir seus saberes e sua singularidade.

Luckesi (2011) relata:

[...] o educador não tem a solução completa para todas as experiências de aprendizagem do educando, mas deve ser aquele que, amorosamente, acolhe, nutre, sustenta e confronta sua experiência, seus anseios e caminhos, para que o outro construa sua trajetória pessoal enquanto aprende e se desenvolve. (LUCKESI, 2011, p. 134)

Por isso, a escola é responsável por dar sentido e significado aos sujeito. Esses que estão matriculados buscam sentir-se colaboradores e pertencentes a uma sociedade, construída a várias mãos.

2.2.7 Respeito, Valorização e Benefícios da Diversidade Cultural

A ideia de êxito e do sucesso na EJA vem atrelada à ideia da conclusão do curso e da obtenção do certificado. Esse pressuposto é oriundo de uma lógica social, que valoriza o título e não as suas contribuições na sociedade em que está inserido e os conhecimentos que este sujeito adquiriu fora da escola. Os estudantes da EJA têm consciência, que os certificados não garantem uma vida menos difícil, mas facilita a busca de uma vida profissional mais digna, proporcionando a aquisição de um espaço na sociedade, onde poderá ter a chance de ser valorizado, respeitado e ter acesso a outras culturas e saberes.

Arroyo (2006) avalia que:

[...] os jovens e adultos sempre que voltam para a escola, voltam pensando em outros direitos: o direito ao trabalho, o direito a dignidade, o direito a um futuro um pouco mais amplo, o direito à terra, o direito a sua identidade negra ou indígena. Esse traço é muito comum, a educação de jovens e adultos nunca aparece como direito isolado, sempre vem acompanhado de lutas por outros direitos. (ARROYO, 2006, p. 29)

A realidade apresentada necessita ser modificada, pois estes sujeitos são atraídos para conclusão dos estudos na maioria das vezes só para serem valorizados e reconhecidos, mesmo tendo consciência que o trabalho que exercem é de qualidade e que de uma forma ou outra está colaborando para o desenvolvimento da sociedade em que está inserido Oliveira (1999, p. 05), avalia que “os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem.” Compreem-se com a colocação do autor e percebe-se a necessidade

de valorização destes alunos que retornam aos estudos para concluírem os mesmos e serem reconhecidos.

Arroyo (2005) entende que:

Diante da vulnerabilidade de suas vidas, o direito à educação foi e continuará sendo vulnerável. Conseqüentemente, não se trata de secundarizar a universalização do direito ao ensino fundamental para esses jovens-adultos. Trata-se de não separar esse direito das formas concretas em que ele é negado e limitado no conjunto da negação dos seus direitos e na vulnerabilidade e precariedade de suas trajetórias humanas. (ARROYO, 2005, p. 24)

A ideia de concluir os estudos deveria ter outro significado. O ambiente escolar tem o dever de estimular seus educandos a superarem suas dificuldades e provar que os mesmos são capazes de concretizarem qualquer objetivo independente das dificuldades que vão encontrar.

Gonçalves (2012) entende que se deve buscar outros métodos para apresentar aos estudantes o mercado de trabalho, mas:

Negamos continuar pensando que jovens e adultos devam exclusivamente se preparar para competir no mercado de trabalho, em uma sociedade marcada pela dinâmica excludente do capitalismo. Acreditamos ser possível construir outros espaços de produção de existência material e imaterial baseados, não no individualismo e na competição, mas sim na cooperação e solidariedade, imaginando a possibilidade de construir novas relações humanas no trabalho e na vida. (GONÇALVES, 2012, p. 31)

Assim, acredita-se que há a necessidade de provar aos alunos a possibilidade de trilhar/construir outros caminhos que vão permitir o acesso e manuseio das informações de acordo com suas necessidades específicas, o entendimento de conclusão de estudo vai ser modificado e assim ter sentido e significado para os mesmos. A escola como espaço colaborativo, na estruturação de saberes não pode se abster de elaborar mecanismos que deem acesso aos conhecimentos necessários a todos sem distinção de classe, cor, sexo e religião.

Parte-se da visão de Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56):

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

A partir dessa ótica, a escola e todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos matriculados na modalidade EJA, vão ter condições de proporcionar um ensino de qualidade, por meio dos indicadores que disponibilize

um ensino de respeito a pluralidade cultural que institui o espaço escolar. O seu currículo escolar também precisa estar fundamentado em uma proposta de trabalho a serviço da eliminação de qualquer tipo de preconceito e identificando os entraves que devem ser instintos.

3 METODOLOGIA

3.1 Descrição da Estrutura Física e Organizacional da Escola em Pesquisa

O presente trabalho foi desenvolvido numa Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada num bairro de periferia do município de Pelotas/RS. A referida escola é onde atuo como orientadora educacional por dois turnos.

A escola dispõe de uma estrutura física composta por doze salas de aula, 06 banheiros femininos, 06 banheiros masculinos, 01 auditório, 01 secretaria, 01

laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 refeitório, 01 cozinha, 01 dispensa, 01 Sala de Recurso Multifuncional, 01 sala de direção, 01 sala de orientação educacional, 01 sala de coordenação, 01 quadra de esporte e 01 sala de professores. Tem um grupo de cinquenta professores, sua equipe diretiva é composta por dez profissionais eleitos pela comunidade escolar e possui dezesseis funcionários efetivos e cinco terceirizados.

A Escola campo de pesquisa é composta por 1.500 alunos distribuídos na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, nos três turnos (manhã, tarde e vespertino), seu quadro de profissionais totaliza oitenta e oito, redistribuídos entre equipe diretiva, professores, funcionários e guardas municipais. Foi fundada em 29 de dezembro de 2004 com o objetivo de ampliar as vagas do Ensino Fundamental devido à necessidade da comunidade, sua mantenedora é a Secretaria Municipal de Educação e Desporto do município de Pelotas/RS, funciona em um prédio próprio com dependências adequadas quanto ao tamanho, iluminação e ventilação.

Sendo assim, a pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), pois não se preocupa “com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Um estudo qualitativo de acordo com Minayo (2007), compreende as estratégias metodológicas utilizadas nos trabalhos realizados por professores e alunos. O autor aponta que:

O estudo qualitativo incorpora as questões do significado e intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas, adotadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas. (MINAYO,2007. p. 238),

Portanto, baseando-se na hipótese de que a aprendizagem parte de situações reais do meio cultural e no trabalho desenvolvido em sala de aula, atrelados aos conteúdos a serem desenvolvidos, os métodos de ensino e aprendizagem utilizados (LUCKESI, 2002), surgiu à necessidade, de investigar quais as concepções de avaliação que decorrem entre alunos e professores, com o intuito de possibilitar a reflexão sobre situações reais da avaliação vivenciadas no âmbito escolar.

De acordo com Alvântara e Vesce (2008):

a investigação qualitativa trabalha com opiniões, representações, posicionamentos, crenças e atitudes, possuindo procedimentos de cunho racional e intuitivo para a melhor compreensão da complexidade dos fenômenos individuais e coletivos. Assim sendo, se caracteriza como uma abordagem de alto grau de complexidade, na medida em que aprofunda as interpretações e decifra seus significados. (Alvântara e Vesce, 2008, p. 74):

3.1.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso:

O estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (EISENHARDT, 1989; Yin, 2009).

O estudo de caso se torna uma opção a pesquisa, devido ao fato de proporcionar dados de uma determinada realidade específica. A partir do estudo de caso, foram utilizados dois instrumentos para ter acesso aos dados da pesquisa.

3.1.2 Questionário semiaberto para os alunos da turma

Para Marconi e Lakatos (2011, p.86), questionário é um instrumento de coleta de dados, onde o pesquisador envia as perguntas ao grupo pesquisado e recolhe-o depois de preenchido. Os sujeitos que participaram desse instrumento foram os alunos da 6º etapa da EJA, turma A, da Escola onde atuo como Orientadora Educacional, cuja descrição da realidade da escola já fora feita. Ao todo, a turma iniciou o semestre letivo de 2018/02 com 43 alunos, porém

apenas 16 alunos responderam ao questionário, sendo que o restante, como será mostrado nos resultados dessa dissertação, são evadidos ou infrequentes. É importante resaltar que os 16 estudantes que responderam o questionário semiaberto vão ser identificados por números para preservar suas identidade.

3.1.3 Entrevista semiestruturada com os professores da turma

Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 278), a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias”.

As entrevistas foram realizadas, com 09 professores da 6ª Etapa, turma A, sobre a avaliação, os mesmos foram identificados por números para preservar suas identidades. A todos os sujeitos da pesquisa foi solicitada a assinatura do termo de consentimento livre-esclarecido (Apêndice 7.4 e 7.5).

3.1.4 Análise de dados

Os dados obtidos ao longo dos instrumentos foram analisados por meio da análise de objetos do conhecimento (conteúdos). Para Bardin (2009), a análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações com o objetivo de obter, sistematicamente a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferir sobre conhecimentos destas mensagens. A análise de objeto do conhecimento (conteúdo) é um método para se compreender uma mensagem.

E a partir da análise de conteúdo foi possível interpretar os conteúdos das mensagens tanto dos questionários quanto das entrevistas. Os dados coletados foram digitados em tabelas do Word, categorizadas para melhor compreensão e interpretação dos mesmos.

De acordo com Moraes (1999), as etapas da análise de objeto do conhecimento (conteúdo) se dão em cinco etapas:

- 1 - Preparação das informações;
- 2 - Transformação do conteúdo em unidades;
- 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias;

- 4 - Descrição;
- 5 - Interpretação.

O capítulo a seguir dedico a apresentar os resultados e discussões obtidos a partir da análise de conteúdo.

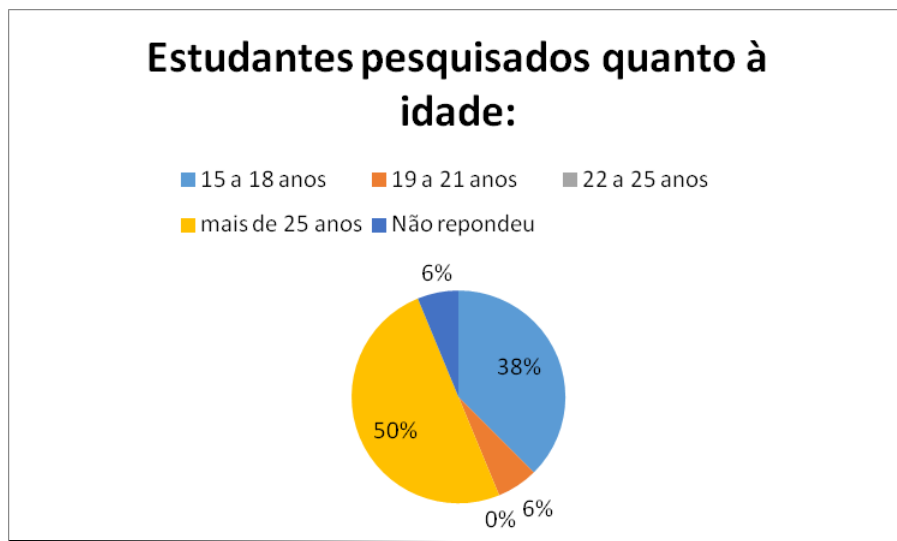
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme descrito no capítulo teórico-metodológico, utilizou-se dois instrumentos para ter acesso aos dados pesquisa. O primeiro deles foi um questionário semiaberto, ou seja, contendo questões dissertativas e objetivas, aplicado aos alunos da 6ª Etapa da EJA e, posteriormente, uma entrevista, com os professores dessa turma, sobre a avaliação. Nesse primeiro item, concentro os resultados dos questionários, aplicados aos 16 alunos.

4.1 Questionário aplicado aos estudantes

A aplicação do questionário contou com a presença de 16 alunos. No início do questionário, havia perguntas objetivas que propunham levantar o perfil desses alunos. Nos gráficos abaixo, elaborados a partir dos questionários, proponho uma reflexão sobre a diversidade de perfis que compõe a turma da EJA pesquisada.

Gráfico 1: Estudantes pesquisados quanto à idade



Fonte: Autora (2018).

A partir, do levantamento das idades dos alunos pesquisados, foi possível perceber que a maioria é de pessoas com mais de 25 anos.

Vale relatar que para estar matriculado na EJA, é necessária a idade mínima de 15 anos, mesmo assim, o número de alunos ainda menores representa uma grande parcela dos estudantes dessa etapa.

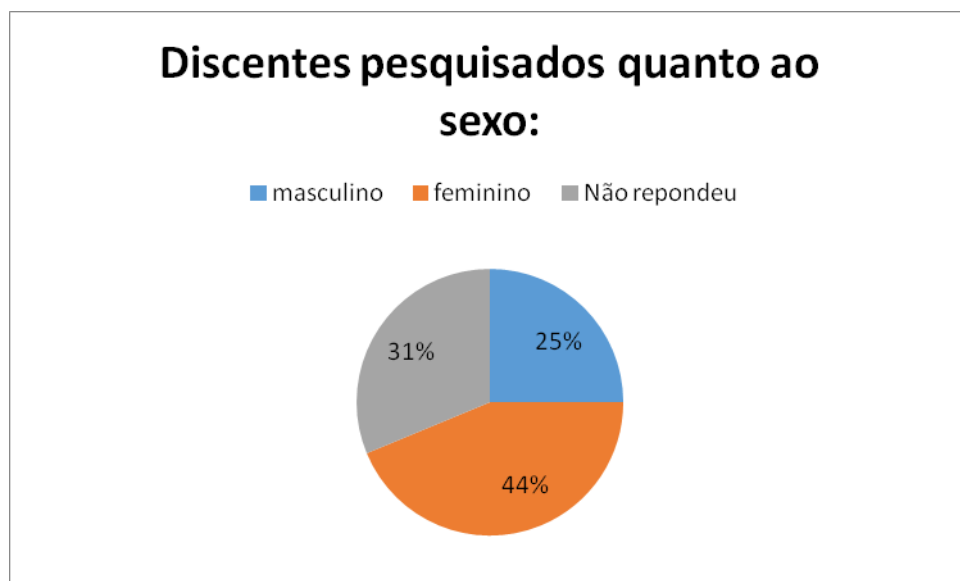
Quanto aos menores de idade estarem matriculados na EJA, o Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer 6/2010, artigo 6º, tem um posicionamento sobre as idades para matrícula na modalidade “Observado o disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 9.394/96. O artigo explicita que a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Fundamental inscrição e realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Fundamental é 15 (quinze) anos completos” (BRASIL, 2010).

O artigo 208 da Constituição Federal explicita sobre aqueles alunos, que não tiveram acesso a escolarização na idade própria:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

É importante lembrar que mesmo tanto os alunos maiores quanto os menores de idade, se aplicam a regra de não terem tido acesso ou permanência na idade certa, pois a distorção idade-série é um fator que limita a permanência dos alunos no ensino regular.

Gráfico 2: Estudantes pesquisados divididos por sexo



Fonte: Autora (2018).

Quanto ao sexo, foi curioso perceber que 31% preferiram não responder sobre sua identidade sexual e dos que a manifestaram há uma predominância de alunas do sexo feminino.

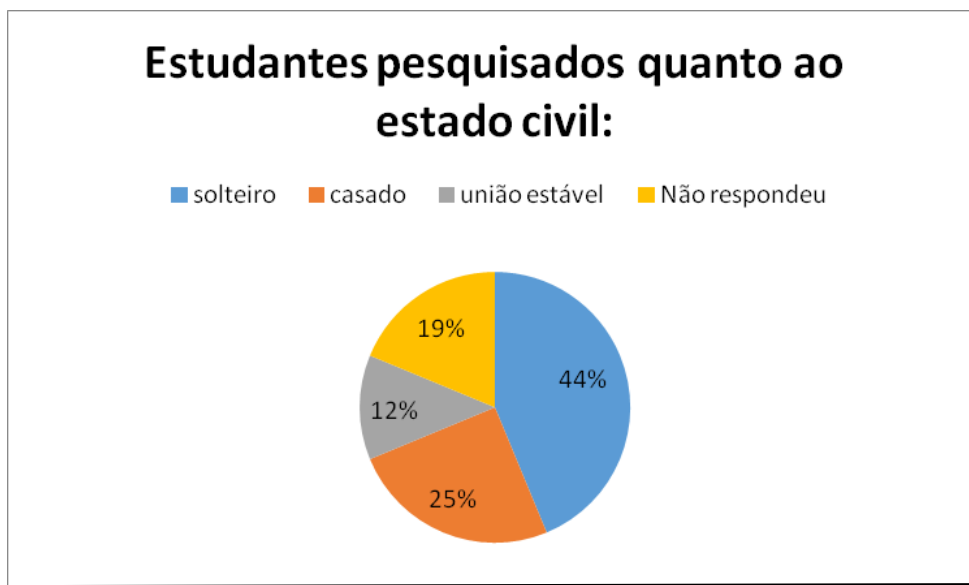
Assim questionasse o que teria motivado os alunos a não identificação sexual? Embora houvesse anonimato nas respostas, desconfio que seja mais uma forma de evitar que fossem reconhecidos a partir do seu perfil. Interessante pontuar que, embora o recorte seja pequeno, o fato das mulheres estarem maioria contraria o estudo do Inep (2016), de que as pessoas do sexo masculino são maioria na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. O quadro abaixo, retrata bem essa questão.

TABELA 1- Perfil da EJA no Brasil

Perfil da EJA no Brasil		
Total de alunos	3.491.869	
No ensino fundamental	2.115.217	(63%)
No ensino médio	1.269.984	(37%)
Homens	1.774.128	(51%)
Mulheres	1.717.741	(49%)
Negros	1.273.366	(36%)
Branços	533.605	(15%)
Indígenas	26.451	(1%)
Amarelos	10.882	(0,3%)
Cor não declarada	1.487.167	(43%)
Com até 14 anos de idade	26.688	(1%)
Entre 15 e 17 anos	611.189	(18%)
Entre 18 e 19 anos	564.249	(16%)
Entre 20 e 24 anos	673.360	(19%)
Entre 25 e 39 anos	359.969	(27%)
Com 40 anos ou mais	674.465	(19%)

Fonte: Inep (2016).

Gráfico 3: Estudantes pesquisados quanto ao estado civil



Fonte: Autora (2018).

Quando questionados sobre o estado civil, a maioria dos que responderam “casados ou em união estável”, representam os que são maiores de 25 anos. Igualmente, estão em maior número, representados no gráfico a seguir, como os aqueles que têm fonte de renda.

Desde os que não sabem ler e escrever que querem ser alfabetizados e os que já possuem essas habilidades, mas desejam adquirir o diploma. Procuram esses, saberes para se sentirem mais cidadãos e participativo na comunidade. Portanto o conceito de EJA é voltado para as características e especificidades dos sujeitos aos quais ela se destina. Dentre os educandos encontram-se: homens e mulheres, trabalhadores(as) empregados(as) e desempregados(as) ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem em um mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que quando retornam à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem (GUEDES, 2009).

Gráfico 4: Estudantes pesquisados quanto a possuir ou não renda.

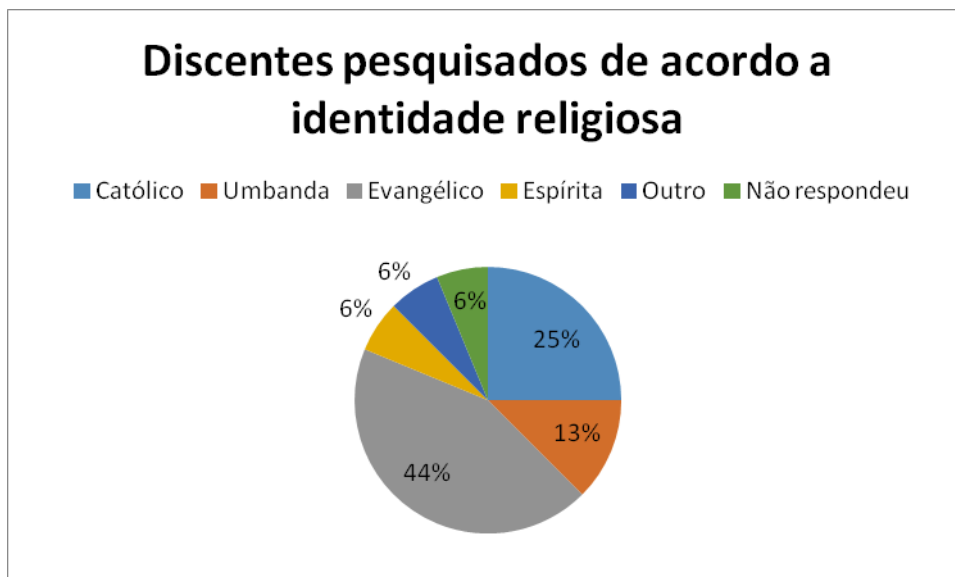


Fonte: Autora (2018).

Embora 19% não tenham respondido sobre a renda, há uma predominância de alunos sem renda. Interessante evidenciar que dentre as pessoas do sexo feminino, há uma menor predominância de pessoas com renda. Um estudo semelhante realizado por Soek (2010) aponta que:

As mulheres, em grande parte da história, foram discriminadas e eram entendidas como pessoas que não necessitavam de escolarização, pois a preparação delas deveria ser para o casamento e para cuidar dos filhos. [...] Quando perguntadas sobre a razão de não ter estudado na infância, grande parte delas responde que seus pais acreditavam que as mulheres não precisavam trabalhar. (SOEK, 2010, p. 51)

Gráfico 5: Identidade religiosa dos estudantes pesquisados



Fonte: Autora (2018).

Quando questionados sobre a identidade religiosa, os alunos indicaram na maioria que são evangélicos, destes a maioria estão entre 15 e 18 anos e não tem renda. Segundo Almeida e Chaves (1998, p. 672):

Entre 15 e 24 anos, compreende-se justamente o início da vida de uma pessoa em que se processam, de maneira mais consciente, as opções 'existenciais' – dentre elas, a religiosa. É muito raro alguém, antes dos 15 anos, mudar de religião, rompendo com as crenças dos pais. A juventude [...] dá início aos questionamentos à religião que podem resultar na desfiliação de vida à conversão a outra fé, ou na simples auto-exclusão de alguma comunidade religiosa.

Muitos desses jovens ainda não conquistaram a liberdade financeira, dessa forma, estão vinculados a religião que predomina no seio familiar. Utilizando-me da análise de conteúdo, as repostas dos questionários foram tabuladas e agrupadas, dando ênfase não apenas ao que se repete, mas aos conteúdos de cada "mensagem", às subjetividades e aos códigos.

4.1.1 Entendimento de avaliação

Quando questionados sobre o que entendem por avaliação/prova?" Os alunos concentraram suas respostas em alguns eixo investigativo:

Eixo Investigativo: Forma de comprovar o que os alunos aprenderam.

Documento que comprova que o aluno aprendeu (Aluno 01 e Aluno 02).

Modos para saber se os alunos estão se desenvolvendo bem (Aluno 05).

Eixo Investigativo: Uma forma de avaliar o conteúdo.

Um meio de avaliar a matéria (Aluno 10).

Ver se aprendemos a matéria daquela aula (Aluno 13).

Eixo Investigativo: Uma consequência do sistema educacional.

Verificar as notas, ver quem está interessado em estudar, ver quem tem um futuro bom pela frente e quem está com frequência (Aluno 15).

Para nós ser avaliados (Aluno 07).

Percebo que na concepção dos alunos sobre avaliação/prova, há um certo direcionamento de suas respostas a avaliação como um recurso obrigatório e não processual.

4.1.2 A importância da avaliação

Os estudantes foram questionados "Tu julgas importante fazer avaliação/prova nas disciplinas/matérias da 6ª Etapa da Modalidade EJA? Por quê?" As respostas se concentraram em dois eixos investigativos.

Eixo Investigativo: Avaliação em forma de prova é importante.

Sem fazer provas não tem como avaliar os alunos (Aluno 08).

Eixo Investigativo: A avaliação deveria ser apenas com o caderno e trabalhos.

Não deveria ter provas e sim só revisão do caderno, até porque muitos vêm para aula só em dia de prova (Aluno 03).

As avaliações deveriam ser no caderno, porque a escola passa por falta de folhas e tintas para fazer as nossas provas (Aluno 05).

A partir desses eixos investigativos é importante salientar que ao mesmo tempo que os estudantes evidenciam a realização da prova, eles preferem outros instrumentos de avaliação.

4.1.3 Infrequência

Nesse item julguei importante juntar duas perguntas, “Por que existe um alto índice de infrequência na turma da 6ª Etapa?” e “Por que muitos colegas abandonam a vida escolar?”, visto que, as respostas se apresentaram de forma muito semelhantes, cujas categorias explicitam abaixo:

Eixo Investigativo: Em função da violência do bairro

Porque muitos hoje estão em facções, na prostituição, no crime e não querem estudar ou estão presos, fugitivos da família ou até mesmo mortos (Aluno 14).

O bairro é muito violento, as vezes deixam a escola para ajudar a família (Aluno 05).

Eixo Investigativo: Não gostam de estudar ou são maiores de idade.

Porque não gostam de ir à escola (Aluno 04, Aluno 07 e Aluno 10).

Porque já são maiores e não tem obrigatoriedade de estudar (Aluno 08).

Eixo Investigativo: Trabalham, estão na maternidade ou motivo de doença.

Porque trabalham ou tem filhos (Aluno 03).

Porque muitos trabalham (Aluno 02).

Com esses eixos investigativos, foi possível perceber os vários fatores que levam a evasão escolar. Tais fatores, embora externos à escola, repercutem diretamente na interrupção da vida escolar.

4.1.4 Motivos que levaram os estudantes à EJA

Quando questionados sobre os porquês de estarem matriculados na EJA, e se houve reprovação na vida escolar, foi possível concentrar as respostas dos estudantes em três eixos investigativos:

Eixo Investigativo: necessidade de trabalhar e perda da oportunidade de concluir os estudos na idade certa.

Porque eu deixei de estudar quando jovem por problemas psicológicos e familiares (Aluno 13).

Porque quero terminar o Fundamental, pois na infância não tive condições (Aluno 07).

Eixo Investigativo: relacionada à maternidade precoce.

Porque é uma grande oportunidade para mim que tenho uma filha... (Aluno 14).

Por falta de oportunidade quando menor, hoje depois dos filhos criados tentando recuperar o tempo perdido. (Aluno 09).

Eixo Investigativo: distorção idade/série.

Porque tenho 17 anos de idade e não me sinto à vontade de estudar na parte da manhã, por isso faço o vespertino (Aluno 16).

Porque tenho dificuldade de aprendizagem (Aluno 02).

Os eixos investigativos elencados a partir dos motivos que levaram os alunos à EJA, nos inferem a forte desigualdade social presente nesta comunidade escolar, tendo como consequência a exclusão social desses sujeitos.

4.1.5 Concordância com a forma de avaliação utilizada

Quando questionados sobre concordar ou não com a forma de avaliação utilizada, foi possível elencar dois eixos investigativos:

Eixo Investigativo: Concordam com a forma de avaliação utilizada.

Boa, pois eles sabem como a gente consegue aprender e assim nos avaliam melhor (Aluno 13).

A disciplina de ciências está super correta, avalia o caderno e as atividades nos livros dando vistos. A professora não passa provas (Aluno 14).

Eixo Investigativo: Não concordam com a metodologia avaliativa utilizada.

A maneira de ser avaliado pode ser mudada, porque ela é cansativa (Aluno 01).

No meu pensamento muito puxada (Aluno 10).

Com esses eixos investigativos sobre a forma de avaliação utilizada, fica evidente que a tal metodologia não está adequada, pois esses alunos que estão retornando aos estudos deparam-se com uma metodologia não diferente de quanto estavam no ensino regular. Mesmo os alunos que concordam com a forma de avaliação utilizada, citam algumas camuflagens de avaliação qualitativa, quando citam, por exemplos, vistos nos cadernos e a não realização de provas.

A partir dos eixos investigativos que foram surgindo nos discursos dos alunos foi possível agrupá-las em duas supercategorias:

CATEGORIA 1: Avaliação como uma consequência e não como processo

Nesse grupo, foi possível juntar os seguintes eixos investigativos surgidos:

Eixo Investigativo: Forma de comprovar o que os alunos aprenderam.

Eixo Investigativo: Uma forma de avaliar o conteúdo.

Eixo Investigativo: Uma consequência do sistema educacional.

Eixo Investigativo: Avaliação em forma de prova é importante.

Eixo Investigativo: A avaliação deveria ser apenas com o caderno e trabalhos.

Contudo, é importante considerar que todos esses eixos investigativos surgem em discursos que relatam a avaliação educacional como uma consequência de resultados, seja para comprovar algo, avaliar o conteúdo, provar o que foi aprendido ou produzido. Nessa perspectiva, a avaliação não está considerada pelos estudantes como um processo, onde a aprendizagem é o foco e não os resultados que são produzidos.

Di Pierro (2010) corrobora com essa afirmação, salientando a dificuldade dos jovens e adultos em ver a avaliação como um processo:

[...] os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não ocorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais. (DI PIERRO, 2010, p. 35)

CATEGORIA 2: Acesso não significa permanência

Nesse grupo, foi possível juntar os seguintes *Eixos Investigativos* surgidos:

Eixo Investigativo: Em função da violência do bairro

Eixo Investigativo: Não gostam de estudar ou são maiores de idade.

Eixo Investigativo: Trabalham, estão na maternidade ou motivo de doença.

Eixo Investigativo: necessidade de trabalhar e perda da oportunidade de concluir os estudos na idade certa.

Eixo Investigativo: relacionada à maternidade precoce

Eixo Investigativo: distorção idade/série.

Os eixos investigativos acima, surgidos a partir dos discursos dos estudantes, indicam que embora os alunos tenham o acesso à escolarização, isso não representou a permanência deles na escola na idade certa. Portanto, mesmo que haja legislações que garantam a obrigatoriedade de vagas e o acesso à escola, há fatores sociais que levam à infrequência e, por consequência, à evasão escolar. Nesse contexto, o estudo é necessário evidenciar o eixo investigativo que surge sobre a violência no bairro, como justificativa para abandonar os estudos, já que muitas crianças e jovens deixam a escola para participar do tráfico, para integrar gangs ou facções e muitos, ainda, deixam a escola para poder trabalhar e auxiliar a financeiramente a família.

Para Ferreira (2001, p. 33), o que leva a evasão escolar são diversos motivos de diferentes causas que podem ser coligados da seguinte maneira:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc. Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc. Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc.

4.2 Análise da entrevista com professores

Conforme descrito no item metodologia, foi realizada uma entrevista com 09 professores da 6ª etapa da EJA – Ensino Fundamental. As respostas obtidas junto às entrevistas foram agrupados em eixos investigativos.

4.2.1 Concepção de avaliação

Quando questionados sobre o que entendem por avaliação, as falas dos professores puderam ser agrupados em três eixos investigativos:

Eixo Investigativo: Concepção de avaliação como um conceito amplo.

Nos seus depoimentos, duas professoras consideraram a avaliação como um conceito amplo:

Me vem à mente avaliar na verdade tudo tanto os conteúdos o conhecimento científico quanto o comportamento disciplina... (Professora 01)

Para mim avaliação é uma das questões de maior dificuldade assim na nossa profissão porque avaliar seria como ter o respaldo de todo o trabalho que foi realizado com os alunos... (Professora 02)

Considerar a avaliação num sentido amplo é compreendê-la de forma a considerar as dimensões humanas e político-social. Para Candau (2011, p. 12), o professor que traz na essência de sua formação entender que “[...] o processo de ensino-aprendizagem, para ser adequadamente compreendido, precisa ser analisado de tal modo que articule consistentemente as dimensões humana, técnica e político-social [...]”. Esse contexto da avaliação de forma mais ampla e construtivista, pode ser categorizada, de acordo como Sant’Anna (2011), como avaliação formativa:

Formativa tem como função informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e a aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios) (p. 34).

Eixo Investigativo: Concepção de Avaliação como um conceito restrito.

Duas professoras consideraram a avaliação ligada à aprendizagem dos alunos:

Acredito que seja verificar a capacidade do aluno de acompanhar...a capacidade do aluno em relação ao processo de ensino-aprendizagem se ele foi capaz não diria absorver, mas de compreender, né? os objetivos propostos... (Professora 03)

É a forma da gente conseguir perceber se o aluno está conseguindo se desenvolver dentro da aprendizagem... (Professora 04)

Uma avaliação de forma restrita (FERREIRA, 2002) é aquela que utiliza instrumento meramente quantitativo, baseado em notas, provas, exames, em determinados períodos do ano letivo, deixando de considerar outros aspectos relevantes. Para Haydt (2008), essa visão reducionista poderia ser categorizada como classificatória ou somativa, pois está baseada na ideia de aprovação, classificação, acúmulo de informações.

Eixo Investigativo: Concepção de Avaliação respeitando a cultura dos discentes

Na minha concepção avaliação em processo muito particular não pode ter como objetivo padronizar ou de alguma maneira tornar iguais o conhecimento de todos os alunos porque nunca vai ser se for analisar o histórico de cada um a bagagem de cada um traz de maneira nenhuma nós vamos conseguir tornar todos iguais é claro que tem alguns requisitos mínimos que devem ser cumpridos para cada um para cada etapa mas é importante que a gente respeite também o que cada aluno traz (Professor 05).

...não é apenas do conteúdo da disciplina vários outros aspectos se ele está se adaptando à escola a estrutura da escola cultivando valores e hábitos que a escola espera que ele tenha (Professor 06).

Durante as entrevistas percebe-se na fala dos docentes que a maioria percebe a realidade e as necessidades dos discentes, desta forma tentam desenvolver suas práticas pedagógicas voltadas para este fato. Também verifica-se que este olhar diferenciado dos professores visa a qualidade no processo ensino aprendizagem, colaborando muitas vezes para uma educação democrática, pois acolhe todos os sujeitos envolvidos neste processo educativo, por meio das possibilidades e compreensão de como acontece a aprendizagem de cada um.

Nessa perspectiva da avaliação escolar inclusiva, Luckesi (2002, p.82) fala que:

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos

melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação.

Para Moraes (2006, p. 5):

O aluno da EJA apresenta um conjunto de características muito peculiar que envolve o retorno à escola como sendo a via possível para se alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho, um lugar nesse mesmo mercado, ou, ainda, para as mulheres – donas de casa, em específico - uma oportunidade de vivenciarem uma atividade produtiva diferente das realizadas no interior do próprio lar. Em geral,

esse aluno chega à escola com grande receio de não conseguir cumprir com as exigências institucionais e, ao mesmo tempo, apresenta uma visão de escola completamente atrelada à perspectiva empirista de educação. Isto o leva a refutar quaisquer propostas de ensino que sejam distintas do conhecido e 'clássico' modelo de uma aula transmitida via quadro de giz, com pouco diálogo, muita cópia e repleta de exercícios repetitivos para que o aluno execute.

4.2.2 Estratégias de avaliação

A segunda pergunta feita aos professores concentrou-se na avaliação e nas estratégias utilizadas pelos docentes para avaliar. Foi possível agrupar as respostas dos docentes em dois eixos investigativos:

Eixo Investigativo: Concepções de avaliação como instrumento.

Instrumentos avaliativos seriam questionários, provas e trabalhos (Professora 01).

O instrumento é como se fosse um projeto, um documento ou um trabalho que eu tivesse registrado com dados, números e parecer (Professora 04).

O instrumento são as várias ferramentas que utilizo para mensurar de maneira diferente a avaliação... então esses instrumentos são as ferramentas necessárias ou caminho para eu formatar avaliação... (Professor 06).

Percebe-se pelas falas dos professores que ao mesmo tempo em que dominam o conceito de instrumento de avaliação, reduzem tal conceito a necessidade da utilização de instrumentos.

Nessa perspectiva Luckesi (2002, p. 118) afirma que:

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz

presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. (...) A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível.

Eixo Investigativo: avaliação como processo subjetivo

Avaliação na minha opinião seria uma forma subjetiva... (Professora 04).

Avaliação é bastante subjetiva... (Professor 05).

...sendo o instrumento o critério mais objetivo para essa mensuração, a avaliação acaba sendo subjetiva (Professor 05).

Sobre a questão da subjetividade na avaliação, Franco (2010, p. 137) afirma que:

Uma ação educativa de sucesso na EJA no contexto escolar requer de todos os envolvidos no processo uma participação efetiva para a construção de um projeto que contemple o jovem e o adulto e seu processo de aprendizagem em suas singularidades e proporcione a essas pessoas uma educação de qualidade, crítica, criativa e sensível. Porém, para que isto seja realidade, é necessário que as escolas articulem as ações educativas o projeto da EJA, em processos de formação continuada que forneçam subsídios aos docentes para desencadear um processo significativo de ensino-aprendizagem juntos aos educandos.

4.2.3 Verificação da aprendizagem

Quando os professores foram questionados sobre como verificam a aprendizagem dos seus alunos, percebeu-se uma necessidade dos docentes de expressarem nos seus discursos que não utilizavam provas. Esses apenas avaliavam seus alunos por meio de trabalhos, ou seja, predomina a concepção de outras estratégias avaliativas, que não a prova. Portanto, nessa questão houve a criação de uma categoria única:

Eixo Investigativo único: a prova não se constitui um instrumento adequado

[...] é mais fácil fazer trabalho porque a prova é mais complicado e tem a questão do nervosismo [...] (professora 03).

Eu faço bastante pesquisa na internet e pesquisa no livro (professora 04).

[...] no decorrer das aulas com a realização das atividades principalmente com a participação dos alunos (professora 02).

[...] eu só faço prova em recuperação, durante o semestre eu faço só trabalhos (professora 08).

[...] eu faço trabalhos em sala de aula, não faço prova. [...] todas as vezes que eu falo que não vou fazer prova, bilha o olho (professora 07).

Conforme Luckesi (2000, p. 07):

[...] Chega de confundir a avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam.

4.2.4 Quando o rendimento não for satisfatório

No questionamento sobre os procedimentos utilizados com alunos que não tiveram bom rendimento, houve uma predominância da concepção de avaliação ligada à realização de uma sondagem sobre a situação de aprendizagem do aluno.

Eixo Investigativo único: Avaliação como sondagem

Procuro conversar com outros professores para saber como é o rendimento dele com outros professores para ver o que eu possa avaliar nele qual a capacidade dele na língua estrangeira, porque de repente em outra disciplina ele também não consegue se desenvolver então eu não posso cobrar dele um desempenho da mesma forma que outro, então eu ainda procuro fazer uma avaliação mais particular dou uma olhada no caderno vejo se está copiando tudo se mesmo assim ele encontra dificuldade eu pego um trabalho desse aluno e aponto o que está errado para ser visualizado e recuperar de outra forma (Professora 03).

Eu trabalho mais com interpretação e não com memorização... procuro aplicar as provas sem aviso, assim evito que criem uma barreira psicológica, pois percebo que quando são avisados com antecedência sobre a avaliação não conseguem ter bons resultados, principalmente o pessoal mais velho, talvez por serem mais retraídos e tem medo das coisas, o adolescente não tá nem aí se vão reprovar na prova, "assar", o adulto tem a preocupação de aprovar, então ele tem medo, talvez pelas experiências ruins com a escola os adultos geralmente desistiram no passado por estarem reprovados criam uma barreira psicológica, isso é uma coisa que prejudica tudo, então eu procuro não contribuir para esse tipo de sistema (Professor 06).

A partir do momento que eu consigo finalizar uma avaliação, para alguns alunos que recuperam o conteúdo com dificuldade a gente faz primeiro uma reflexão em grupo com todos os alunos envolvidos e com esses alunos que estão de alguma maneira apresentando algum tipo

de dificuldade, faço uma conversa particular com eles para entender quais foram os principais obstáculos... (Professor 05).

No meu caso como a matemática é cumulativa eu preciso de um conteúdo para que o próximo seja melhor compreendido eu realmente preciso de um resgate...a gente precisa fazer uma boa sondagem para saber se eu consigo dar continuidade no meu trabalho, então preciso fazer isso constantemente, sempre estar indo e voltando As vezes a reprovação não está relacionada em saber ou não o conteúdo, mas é resultado de algum momento de algo que aconteceu que impediu de conseguir alcançar os objetivos... Muitas vezes a reprovação é benéfica pela falta de maturidade, pois as questões que são trazidas por esse sujeito com todos os atravessamentos (violência, questões familiares, inclusão social) vão fazer com que ele encontre obstáculos (Professora 02).

Nessa perspectiva, para Luckesi (2002, p.81) a avaliação:

[...] deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao

educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos [. . .](LUCKESI, 2002, p.81)

4.2.5 Aprovação e reprovação

Quando questionados sobre reprovação e aprovação, constatei que as concepções dos professores entrevistados se classificam em dois eixos investigativos:

Eixo Investigativo: Concepção de aprovação/reprovação associada à maturidade

Eu acredito que reprovação deve de ser um recurso utilizado quando o aluno não demonstra ainda condições de avançar, não exclusivamente no conteúdo. Mas seria uma medida menos frequente que se usa na maioria das vezes, acredito que em alguns casos seja importante para que o aluno tenha mais tempo de maturação principalmente nas etapas de desenvolvimento (Professor 05).

...acontece também pela falta de acompanhamento pela falta de maturidade então às vezes a reprovação é benéfica para alguns alunos pela questão da maturidade porque ele não tem maturidade para avançar (Professora 02).

Segundo esses professores, a maturidade do aluno está fortemente marcada pela sua condição intelectual, portanto, reduzem o processo de aprendizagem aos resultados apresentados, dessa forma a avaliação acaba se tornando uma consequência e não um processo.

Nessa perspectiva de considerar a aprendizagem como um processo integral, Demo (1994, p.20-21) explicita:

[...] Educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade [...] representa a estratégia básica de formação humana [...] não será, em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar [...] DEMO, 1994, p.20-21)

Eixo Investigativo: Concepção de aprovação/reprovação levando em conta a realidade sociocultural

[...] a gente tem que levar em consideração sócio-econômico bairro que eles vivem um bairro violento é uma cultura que infelizmente colabora para reprovação (Professora 08).

[...] eu enxergo que historicamente a reprovação ela funciona como algo de punição tem um sentido de punir e não é estranho isso (Professor 06).

Sobre esta questão cabe citar Luckesi (2002):

[...] à avaliação interessa o que estava acontecendo antes, o que está acontecendo agora e o que acontecerá depois com o educando, na medida em que a avaliação da aprendizagem está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em desenvolvimento, em construção permanente. Para um verdadeiro processo de avaliação, não interessa a aprovação ou reprovação de um educando, mas sim sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu crescimento; daí ela ser diagnóstica, permitindo a tomada de decisões para a melhoria; e, conseqüentemente, ser inclusiva, enquanto não descarta, não exclui, mas sim convida para a melhoria. (LUCKESI, 2002, p. 83)

Para o autor, a avaliação deve ter uma dimensão diagnóstica, a fim de dar melhor ajuste do processo reflexivo cultural, econômico, social e político no ensino-aprendizagem do aluno levando em conta o contexto em que vivem. Nessa ótica, informa o professor sobre o grau de conhecimentos e habilidades de seus alunos.

4.2.6 A relação professor-aluno e a avaliação

Ao serem questionados sobre a relação professor-aluno, levando em conta o processo avaliativo. Percebe-se à partir da concepção dos professores entrevistados que a boa relação entre eles ocorre também pela forma como a avaliação acontece, assim, as respostas foram agrupadas num eixo investigativo único:

Eixo Investigativo único: avaliação e a relação professor aluno

A relação professor-aluno em relação à avaliação acontece porque a maioria dos alunos acham que precisam ser aprovados de qualquer maneira (Professora 01).

Eu me sinto bem próxima deles e não consigo fazer nada diferente para me aproximar deles, não é fazendo prova e memorizando. Na nossa forma de avaliar, nós construímos juntos (Professora 04).

A minha relação com os alunos em geral é boa, mas eles vem com uma visão inicial de que não gostam de ser avaliados. Daí, utilizamos somente trabalhos e não provas (Professora 02).

Muitos dos alunos sentem dificuldades de entender a liberdade que eles tem em alguns momentos da aula, parece resquícios de uma educação tradicional, o professor manda e o aluno faz (Professo 05).

Para Luckesi (2008, p.28):

[...] Importa estarmos cientes que a avaliação educacional, em geral, e a avaliação da aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam [...] dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica [...] LUCKESI (2008, p.28):

O trabalho desenvolvido em sala de aula exige um bom convívio entre professor e aluno, assim a troca de experiências e o aprendizado acontecem de forma eficiente e como consequência passa a existir um maior engajamento de ambas as partes envolvidas no processo avaliativo como um todo, permitindo o bom andamento e sucessos dos objetivos planejados pelos sujeitos envolvidos. Logo, é necessário ter consciência que a avaliação é um processo constante e transitório, isto é, muda a todo instante exigindo que as estratégias pedagógicas alterem conforme a realidade e necessidades dos alunos.

4.2.7 Obstáculos vivenciados pelos professores no processo avaliativo

Os professores foram questionados sobre a avaliação descrita nos documentos da escolar e a realidade do público destinado. Notei que a maioria parece desconhecer o que consta no documento escolar, mesmo assim, fizeram questão de considerar a autonomia docente frente à realidade daquela comunidade. Assim, ficou evidenciado que um obstáculo vivenciado é não ter participado do processo de elaboração dos atuais documentos referentes à avaliação.

Eixo Investigativo: desconhecimento dos documentos escolares

Mesmo sem ter lido o documento da escola, eu acho que é próximo do que eu faço (Professor 06).

Eu acho que a avaliação tem que ser adaptada ao público, acredito que o fato de fazer só trabalhos, eu esteja em desacordo com os documentos da escola (Professora 04).

Em geral, eu acredito que de certa forma, nós temos alguma autonomia para avaliar da forma como a gente acredita que seja a mais plausível (Professora 02).

Nessa perspectiva, Luckesi (2008) descreve:

A execução deve ser uma forma de construção dos resultados esperados, não só pela realização do processo planejado, mas também por meio do reprocessamento das atividades a partir de decisões tomadas em decorrência de avaliações. A avaliação propicia acompanhamento e reorientação do processo de construção dos resultados esperados. Assim sendo, a execução de um planejamento não é linear, mas sim perpassada por processos de avaliação, tomadas

de decisão, reorientação, etc.[...] (LUCKESI (2008, p. 149)

A avaliação como sendo um processo pedagógico, deve ser discutida no ambiente escolar pela comunidade, deve ser palco de planejamentos, formações, reflexões. Os documentos escolares devem estar sempre se modelando a realidade da escola.

4.2.8 Proposta pedagógica utilizada pelo professor

Quando questionados sobre a proposta pedagógica adotada para atingir os objetivos de aprendizagem para os alunos que evadiram e retornaram à escola, os professores consideraram em suas respostas dois obstáculos:

Eixo Investigativo único: Necessidade de criarem recursos direcionados para esses alunos

Fazer um trabalho, utilizando algum tipo de estratégia que possa passar para o aluno de uma forma mais resumida pelo menos todo conteúdo (Professora 01)

[...] eu tento passa todo conteúdo que foram trabalhados, normalmente, eu faço uma avaliação até com consulta e vou acompanhando e auxiliando ele (Professora 04).

Nessa ótica, Hoffmann (2005, p. 73) explica que:

[...] é preciso colocar a avaliação em discussão, sem censuras e temores de desvelar sentimentos e concepções individuais, porque não há culpados no processo avaliativo, mas posturas diferenciadas que se constituíram no último século em decorrência de inúmeros fatores, desde as influências teóricas aos pressupostos políticos. O caminho para compreender as resistências é a discussão ampla e coletiva dos significados dessa prática.

A fala dos professores relata a dificuldade que encontram em resgatar conteúdos já trabalhados com alunos que passaram o semestre inteiro afastados das atividades escolares e retornam no fim, com o propósito de serem aprovados.

Neste sentido, é perceptível que muitas vezes os motivos que levaram este aluno a se tornarem infrequentes estão relacionados a fatores sociais, como violência, gravidez, necessidade de sustento.

Sendo assim a necessidade de priorizar a realidade destes sujeitos é fundamental, pois o objetivo da escola é que seus alunos permaneçam e tenham êxito em suas vidas acadêmicas. Para tanto, é importante que a avaliação seja processual, e jamais pronta ou estanque. Os processos pedagógicos, incluindo

a avaliação, devem estar no foco das discussões que permeiam à escola.

Eixo Investigativo: Há necessidade de considerar o contexto de vida desse aluno para melhor atendê-lo.

A gente não sabe os fatores que deixam o aluno fora da escola, mas independente das razões ou dos motivos que levaram ele a evadir, se ele está de volta, é necessário um olhar para esse aluno e tenta atender o mínimo de dar pelo menos o olhar para ver quais as necessidades desse aluno (Professora 02).

É preciso considerar que a gente tem aluno que simplesmente estão envolvidos com drogas ou a família tem influência, por causa de morte ou meninas que não tem com quem deixar seus filhos. O que está acontecendo? (Professora 03).

Então, para Luckesi (2000, p. 172) a avaliação não pode ser confundida com julgamento, assim:

[...] importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão.

De acordo com o autor, a avaliação jamais deve servir para julgamentos, mas para demonstrar aprendizagem, o que foi desenvolvido e o que ainda necessita de esforços.

4.2.9 Processos avaliativos que influenciam na permanência e êxito

Com base na questão da avaliação, os professores foram questionados sobre a relação entre permanência e êxito. Os professores relataram nos seus depoimentos que a evasão escolar acontece, basicamente devido a fatores externos à escola. Com isso, constatei que os professores não consideram que os processos avaliativos influenciem na permanência e êxito na escola. Assim, foi possível agrupar as respostas dos professores num eixo investigativo único:

Eixo Investigativo: o processo de avaliação não influencia na permanência e êxito dos estudantes

Eu vejo que muitos alunos evadem a escola por causa da condição cultural e econômica (Professora 01).

É um conjunto de variáveis que vai determinar a permanência e o êxito, eu acho que o que tira os alunos da escola não é o que está dentro da escola, é o que está fora, eu acho que a questão social (Professor 06).

Não acredito que a forma de avaliação da escola tenha algum quesito que propicia uma real inclusão e permanência desse aluno na escolar, certamente, as pessoas não podem ser avaliadas da mesma maneira (Professora 02).

Uma relação direta é uma falsa ideia de que o aluno vai ser recuperado de que ele vai ser motivado a refazer. Quando o aluno retorna, garante-se uma avaliação igual para todos, mas cada um é diferente e vem de realidades diferentes (Professora 07).

Para Luckesi (2002, p. 94):

Aprovação ou reprovação, avanços e permanências (que na verdade são retrocessos) são constatações que pouco ou nada contribuem para a consecução do trabalho pedagógico quando a avaliação da aprendizagem é compreendida enquanto um “ato dinâmico que qualifica e subsidia o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências no sentido da construção dos resultados que se deseja”.

Para que ocorra a permanência e o êxito dos alunos na escola é necessário que a mesma se torne atrativa, pois se as atividades desenvolvidas não forem diferenciadas e significativas para os mesmos, há o risco de perder o aluno para aquilo que está do lado de fora, como a prostituição, tráfico de drogas entre outros tantos motivos que colaboram para nosso discente não ter sucesso em sua vida escolar. A questão de um planejamento atrativo com uma avaliação que envolva todo o processo de aprendizagem faz toda diferença e proporciona aos mesmos uma motivação fundamental para o sucesso em sua vida escolar.

4.3 Categorias

Considerando as categorias surgidas a partir das respostas dos professores, foi possível ainda agrupá-las em duas supercategorias, cujos conceitos já foram apresentados no esboço teórico.

Categoria 1: avaliação classificatória

Eixo Investigativo: Concepção de Avaliação como um conceito restrito.

Eixo Investigativo: Concepções de avaliação como instrumento.

Eixo Investigativo: Concepção de aprovação/reprovação associada à maturidade

Eixo Investigativo: avaliação e a relação professor aluno

Eixo Investigativo: desconhecimento dos documentos escolares

Eixo Investigativo: o processo de avaliação não influencia na

permanência e êxito dos estudantes

Foi possível evidenciar que muitos discursos dos professores ainda remetem a necessidade de uma avaliação classificatória, que privilegia os resultados e não o processo pedagógico como um todo. Na avaliação classificatória, a quantidade é levada em consideração, apresentando uma visão reducionista de avaliação (FERREIRA, 2002).

Retomando Perrenoud (2000):

a avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida em absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos. (Perrenoud, 2000, p.11)

Categoria 2: avaliação diagnóstica e emancipatória

Eixo Investigativo: Concepção de avaliação como um conceito amplo.

Eixo Investigativo: Concepção de Avaliação respeitando a cultura dos discentes

Eixo Investigativo: avaliação como processo subjetivo

Eixo Investigativo: a prova não se constitui um instrumento adequado

Eixo Investigativo: Avaliação como sondagem

Eixo Investigativo: Concepção de aprovação/reprovação levando em conta a realidade sociocultural

Eixo Investigativo: Necessidade de criarem recursos direcionados para esses alunos

Eixo Investigativo: Há necessidade de considerar o contexto de vida desse aluno para melhor atendê-lo.

A junção da avaliação diagnóstica e emancipatória, nessa supercategoria, se dá pelo fato de considerar que a ambas estão intrinsecamente conectadas. Para que um processo de avaliação seja emancipatório, ele precisa considerar o diagnóstico, a leitura da realidade e o entendimento do contexto daqueles sujeitos que estão sendo avaliados.

Retomando Luckesi (2010), a avaliação deve ter uma dimensão diagnóstica, a fim de dar melhor ajuste do processo reflexivo cultural, econômico, social e político no ensino-aprendizagem do aluno levando em conta o contexto em que vivem. Nessa ótica, informa o professor sobre o grau de conhecimentos

e habilidades de seus alunos.

Quanto à avaliação emancipatória, Hoffmann (2005, p. 73) explica que:

[...]é preciso colocar a avaliação em discussão, sem censuras e temores de desvelar sentimentos e concepções individuais, porque não há culpados no processo avaliativo, mas posturas diferenciadas que se constituíram no último século em decorrência de inúmeros fatores, desde as influências teóricas aos pressupostos políticos. O caminho para compreender as resistências é a discussão ampla e coletiva dos significados dessa prática.

Considerar a avaliação como um processo e não como um resultado, é tê-la como sinônimo de inclusão. A avaliação, deve considerar todos os aspectos da aprendizagem, e não apenas aqueles cognitivos, os pilares da educação estão pautados no aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer. Nessa perspectiva, a educação torna-se integral, formação de um sujeito social e não conteudista.

4.3.1 Índice de aprovação e reprovação

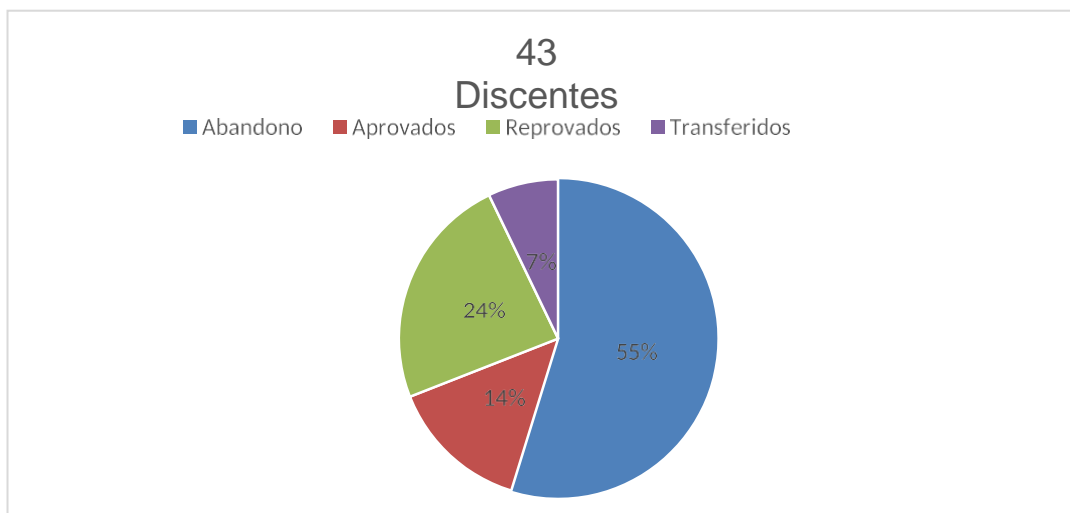
No final do segundo semestre de 2018, a partir da ata de resultados finais, foi possível evidenciar o índice de aprovação, reprovação abandono e transferência.

Os dados oficializados pela Secretaria de Educação e Desporto exibem que a turma que constituiu a E6A foi composta de 43 alunos, mas ao longo do semestre a maioria evadiu, pois se tratavam de alunos maiores idade, como idosos, que por diversos motivos como alto índice de violência no entorno da escola, trabalho e a necessidade de se locomover todos os dias planejados no calendário escolar abandonaram o sonho de concluir o Ensino Fundamental.

Na verdade, todo início do ano letivo a escola realiza muitas matrículas na EJA, a procura é muito grande, mas ao longo do semestre percebe-se que fatores influenciam e colaboram para a infrequência e abandono escolar. Esses problemas sociais acabam levando os alunos a não permanecerem na escola, logo não vão ter êxito nos objetivos planejados, conseqüentemente os mesmos acabam fazendo parte de um grande grupo de sujeitos excluídos socialmente.

O gráfico abaixo apresenta a quantidade de alunos matriculados e evadidos durante o ano letivo de 2018, em uma turma da EJA – Etapa 6 do Ensino Fundamental da escola municipal que participa desta pesquisa.

Gráfico 6: Ata dos Resultados Finais do 2º Semestre de 2018 da EJA 6ª Etapa.



Fonte: Autora (2018).

Nesse contexto de evasão/abandono e reprovação, é preciso considerar a metodologia de avaliação utilizada pela Escola, tendo em vista que a avaliação deve ser um processo, articulado a proposta real da instituição frente a sua realidade social.

Dos alunos que não abandonaram a escola, mais de 50% reprovaram. Numa realidade assinalada pela violência, por alto índice de criminalidade e tráfico de drogas, a mudança de proposta pedagógica precisa chegar ao

currículo, precisa dar conta de reestruturar, não apenas o horário das aulas como acontece na prática, mas atingir a práxis pedagógica, que considere as características locais e que seja de fato inclusiva. Dessa forma, se almeja uma avaliação realmente formativa e emancipatória.

5 CONCLUSÃO

Portanto, com o objetivo de compreender as concepções atribuídas pelos professores e alunos da EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental para a avaliação da aprendizagem e a relação estabelecida entre avaliação, permanência e êxito ao longo dessa modalidade, foi possível compreender que o tema avaliação é extremamente amplo e inesgotável.

Consequentemente, ao longo da realização da pesquisa, com os olhares atentos de uma pesquisadora, consegui perceber nuances, que como orientadora educacional não tivera me dado conta. Exemplo disso, são os vários obstáculos que alunos e professores vivenciam ao longo do processo de avaliação, como alunos infrequentes, instrumentos que “medem” a quantidade, um currículo engessado pela mantenedora, a evasão, a violência e tantos outros fatores, que influenciam direta ou indiretamente no ato de avaliar.

Por meio dos resultados da pesquisa, obtidos pela análise de conteúdo, foi possível evidenciar com a formação de eixos investigativos que os depoimentos dos estudantes estruturam duas supercategorias: “Avaliação como uma consequência e não como processo” e “Acesso não significa permanência”. As supercategorias exibem que é possível inferir que os estudantes percebem que, na sua maioria, a avaliação é considerada uma consequência do currículo escolar.

Já que há a necessidade de mostrar resultados em determinados recortes de tempo. Além disso, muitos dos alunos que chegam à EJA não tiveram a oportunidade de continuar seus estudos na idade certa, devido a muitos fatores sociais externos a escola, como violência, drogas, necessidade de sustento, quando retornam na modalidade da EJA, percebem muitas barreiras que, muitas vezes, os levam a uma nova evasão. Conforme descrito nos depoimentos, as provas (exames) são um exemplo dessas barreiras que dificultam o processo de permanência dos estudantes.

Com os eixos investigativos formados a partir das entrevistas com os professores, foi possível também formar duas supercategorias: “avaliação classificatória” e “avaliação diagnóstica e emancipatória”. Por meio dos discursos de alguns professores, foi evidenciado um conceito bastante restrito de avaliação, que considera a importância dos instrumentos como a prova, a

reprovação como um fator importante para a maturidade do estudante e também considera que o processo de avaliação não influencia na permanência e êxito dos alunos na escola. Esses professores atribuem à avaliação uma concepção classificatória, muito semelhante ao indicado pelos estudantes, quando desconsideram a avaliação como um processo, mas como um resultado e uma classificação

Para a formação da supercategoria “avaliação diagnóstica e emancipatória”, foram considerados discursos sobre a avaliação num conceito amplo e inacabado. Em se tratar como um processo subjetivo que respeita a cultura dos estudantes e que considera a realidade sócio-histórico-cultural ao qual a escola está imersa. Esses professores atribuem à avaliação uma concepção diagnóstica e emancipatória.

Os resultados obtidos do questionário aplicado para os alunos que participam desta pesquisa, também foi criado duas supercategorias, a primeira “avaliação como uma consequência e não como processo” e a segunda “acesso não significa permanência. A respeito dessa supercategoria citada fica claro que o processo avaliativo não contempla às necessidades dos estudantes, pois se apresenta inadequado com a realidade desta comunidade escolar composta por famílias que precisam trabalhar muito para atender suas necessidades, muitas vezes a carência é tanta que não tem condições de trabalhar.

A evidência que os discentes, por sua vez, que buscam na escola uma forma diferenciada de construir conhecimentos, pois as estratégias pedagógicas atuais, nada mudaram daquelas utilizadas no período em que estudavam na idade certa. Mais uma vez, verifica-se que os alunos mesmo não concordando com a forma que é desenvolvida a avaliação participam no automático, sem muitos questionamentos, pois em todas essas supercategorias percebo que os participantes relacionam a avaliação ao conteúdo, ou seja, a reprodução do que lhes é ensinado, e que de alguma forma precisam “provar” o que aprenderam.

Fica evidente, através dos resultados, que o verdadeiro sentido da avaliação processual, conforme descrito nos documentos oficiais da escola, não é contemplado, pois além da evasão, o número de reprovações é alto. Essas inúmeras repetências estão relacionadas à infrequência que vão se fortalecendo ao longo do período letivo. Muitos não abandonam a escola, porém frequentam

muito esporadicamente, por causa do cansaço, da violência, da escola não ser atrativa, dentre muitos fatores. Vale lembrar, que são indivíduos que não tiveram acesso/permanência na escola na idade certa, portanto, novamente, enfrentam fatores que os excluem do processo.

Os questionários aplicados aos alunos da 6ª Etapa da EJA demonstram a necessidade de haver uma mudança significativa na proposta pedagógica da escola para que de fato aconteça a permanência e êxito dos educandos matriculados nesta modalidade. A instituição de ensino precisa sair do senso comum, deixar de estar estática de uma certa forma, precisa reorganizar suas documentações e estratégias diferenciadas que contemplem esses discentes que tem sede de conhecimento.

Tanto a utilização dos instrumentos avaliativos, como da metodologia como um todo, não contempla a necessidades dos educandos e colabora para que o abandono e evasão escolar aconteça. A prova disso, são os resultados obtidos na ata de resultados finais da 6ª Etapa, espaço que percebe-se um alto índice de abandono e reprovação. O fato de não contemplar um grande número de alunos surge de diversos motivos que causam esta evasão como : a necessidade do discente trabalhar para seu próprio sustento ou de sua família, a falta de professores, a inserção do aluno na criminalidade, falta de interesse do próprio aluno, falta de metodologia adequada, entre outras causas.

Desse modo existem entraves que não se encontram no contexto escolar, mas no entorno da instituição de ensino, causando medo e desistência que acabam sendo empecilhos para chegar à escola ou lá permanecerem. Portanto, a responsabilidade não é somente dos profissionais da educação, mas da sociedade em geral, ou seja, outras instituições responsáveis pelo bem estar de todos devem colaborar para a permanência e êxito destes discentes que procuram a escola para concluir seus estudos, mas acabam não concluindo.

A escola por sua vez, deve garantir o ingresso e permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos, conforme determina a LDB, mas infelizmente ainda existem fatores que colaboram para o abandono dos estudos. E o maior índice de evasão se apresenta nas turmas da modalidade EJA, que vão desde fatores sociais como violência, tráfico e criminalidade, como uma metodologia pedagógica

que não leva em conta heterogeneidade.

Sendo assim, após aplicar os questionários aos alunos percebo a necessidade da escola, juntamente com demais órgãos responsáveis, em fazer cumprir o direito de estudar, de ter um olhar diferenciado e voltado as necessidades desta comunidade escolar e suas particularidades, contemplando e proporcionando uma construção de conhecimento adequada, conseqüentemente garantindo a permanência e o êxito dos alunos da EJA.

Por fim, a partir dos resultados e dos direcionamentos dessa pesquisa, o produto educacional elaborado, juntamente, com essa dissertação é um dispositivo para implantação de um ensino híbrido na Educação de Jovens e Adultos, propondo uma metodologia pedagógica que garanta maior permanência e êxito ao público-alvo dessa modalidade de ensino. O produto encontra-se no Apêndice I.

6. REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

ALMEIDA, Ronaldo; CHAVES R.M. **Juventude e filiação religiosa no Brasil**. Caxambu: AMPCS, 1998.

ALVÂNTARA, Anelise. VESCE, Gabriela. **As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa**. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/724_599.pdf>. Acesso em: 08 jul 2018.

BANDEIRA, Claudia. **A avaliação educacional no Plano Nacional de Educação - PNE**. Seminário GEPAVE de Avaliação Educacional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: LDA, 2009. BERGER, Miguel André. **Avaliação educacional**. Aracaju: UNIT, 2011.

BRASIL. 2010. Parecer 06/2010. **Sobre idade para ingresso nos cursos de EJA. Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5061-parecercne-seb6-2010&Itemid=30192>. Acesso em 08 jul 2018.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, abr 1997.

BRASIL. LEI nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, dez 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014.

CANDAUI, Vera Maria. **A didática em questão**. 32ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DEMO Pedro. **Educação e Qualidade** (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). – Campinas, SP: Papirus, 1994.

DIAS, Aldeci da Silva. Avaliação da aprendizagem na educação de jovens e adultos na Escola Municipal José Duarte de Azevedo: discurso e prática dos professores. **V. 5, n. 1, p. 99-113, jan./jun. Macapá, 2015.** Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>>. Acesso em 08 jan 2019.

DI PIERRO, Maria Clara. Balanço e desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOARES, Leôncio et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. ENDIPE, 15. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

EISENHARDT, Kathleen.M. **Building theories form case study research.** Academy of Management Review. New York, New York, v. 14 n. 4. 1989.

FERREIRA, Lucinete. **O contexto da Prática avaliativa há cotidiano escolar. Retratos da Avaliação: Conflitos, desvirtuamentos e Caminhos para a superação.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

FERREIRA. L. A. M. *Direito da Criança e do Adolescente: direito fundamental à educação.* Presidente Prudente – SP, 2001. (em 02 de junho de 2019)

FRANCO, Francisco Carlos. **A coordenação pedagógica e a educação de jovens e adultos.** In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de.; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. *O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade.* São Paulo: Loyola, 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernardete. **O Professor e a Avaliação em sala de aula.** 2003. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1150/1150.pdf>>. Acesso: 05 dez 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUEDES, L. F. **A leitura no universo educacional de jovens e adultos.** In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 17, 2009. Campinas, SP. Anais... 17^o Congresso de Leitura do Brasil, Campinas: Unicamp/FE; ALB, 2009.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** 6^a ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir da avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

LIBANEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 21ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e preposições**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**. v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola? **Revista Idéias**. v. 1, n. 8, p. 133-140, 1998.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MACEDO, Lino de. MELO, Marcos Muniz (Org.). **Avaliação na educação**. Paraná: Melo, 2007.

MARCONI, Marina. de Andrade. LAKATOS, Eva. Maria. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEC, PNE em movimento. **Por que o Brasil precisa de um Plano Nacional de Educação?**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes>>. Acesso em 02 out 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORAES, Márcia Amaral Corrêa de. **Atuação psicopedagógica institucional na EJA: a prática da negociação nos processos de ensino e aprendizagem na escola**. Ciências & letras. Porto Alegre. n. 40, dez., 2006.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PELOTAS. **Regimento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Mário Meneghetti**. Secretaria de Educação e Desporto. Rio Grande do Sul, 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 1997.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. - 11 ed.- São

Paulo, Cortez, 2000.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes 2011.


SANTANA, Ana Elisa. **PNE: 10 perguntas para tirar suas dúvidas sobre o Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2014/07/entenda-o-pne>>. Acesso em: 20 dez 2016.

SANTOS, M. L. L. (2003). **Educação de jovens e adultos**: marcas da violência na produção poética. Passo Fundo: UPF.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓDOVA, Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOEK, Ana. M. **Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: FAEL. 2010

APÊNDICE I - Produto Educacional: dispositivo para avaliação qualitativa na educação de jovens e adultos



**AVALIAÇÃO ESCOLAR
PARA MODALIDADE EJA
DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL:
A RELAÇÃO
ENTRE CONCEPÇÕES,
PERMANÊNCIA E ÊXITO**

**ALINI CABREIRA CORRÊA
PROFESSOR DR. RAYMUNDO
CARLOS MACHADO FERREIRA
FILHO**

FICHA TÉCNICA

Autores

Alini Cabreira Corrêa

Prof. Dr. Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Design

Equipe Proedu

Ficha Catalográfica

C824d Corrêa, Alini Cabreira
Dispositivo para avaliação qualitativa na educação de jovens e adultos / Alini Cabreira Corrêa. – 2022.
15 f. : il.

Produto educacional (Mestrado) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Câmpus Pelotas Visconde da Graça, Programa de Pós - graduação em Ciências e Tecnologias da Educação, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Raymundo Carlos Machado Ferreira

Filho.

1. Permanência e êxito. 2. Tecnologias na educação. 3. Avaliação escolar. 4. Educação de jovens e adultos. 5. Mestrado profissional. I. Ferreira Filho, Raymundo Carlos Machado (orient.). II. Título.

CDU: 374.7

Catálogo na fonte elaborada pelo Bibliotecário
Emerson da Rosa Rodrigues CRB 10/2100
Câmpus Pelotas Visconde da Graça



Esta obra está licenciada com uma Licença *Creative Commons*
Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

1 INTRODUÇÃO

É com a intenção de servir como um instrumento avaliativo qualitativo e condizente com o processo de aprendizagem que a presente produção encontra-se estruturada. Como evidenciado ao longo da pesquisa, a avaliação da aprendizagem utilizada na EJA evidencia várias consequências negativas na permanência, êxito e sucesso dos alunos matriculados na 6ª etapa da EJA. Dessa forma, o recurso aqui apresentado está embasado na BNCC que atualmente é a base referência para condução do ensino regular do ensino, atendendo a realidade e anseios dos professores e alunos da turma referida.

Este produto requer mais compromisso por ambas as partes envolvidas, pois é por meio das estratégias utilizadas, das sugestões sugeridas durante as aulas, dos trabalhos realizados pelos alunos e das participações que será determinada a evolução de cada discente. Portanto, por meio do presente dispositivo os docentes centrarão o processo de avaliação na perspectiva da aprendizagem dos estudantes, valorizando a realidade, as necessidades e ver os educandos de forma integral e não de maneira fragmentada.

2 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A Tecnologia da Informação e Comunicação mais do que nunca estiveram a serviço da educação, assim o digital pode e deve permear processo de aprendizagem, em todos os seus processos, portanto, também no processo de avaliação. Atualmente a educação vem enfrentando novos desafios devido à evolução da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), conduzindo os professores a se atualizarem quanto à utilização de estratégias da construção de conhecimento. O principal objetivo, dentro do processo de aprendizagem é tornar o aluno crítico, capaz de participar das escolhas dos recursos adequados a sua realidade.

Segundo Silva e Claro (2007, p. 84)

As tecnologias digitais possibilitam configurar espaços de aprendizagem, nos quais o conhecimento é construído conjuntamente, porque permitem interatividade. Não há como pensar em educação sem troca, sem co-criação. Na busca do modelo pedagógico específico da educação online, a interatividade surge como aspecto central.

Com este propósito surge de pensar a criação de uma proposta que auxilie os docentes no processo de avaliação, pois o objetivo desse dispositivo é, justamente, considerar as aprendizagens que o aluno desenvolveu ou ainda vai desenvolver, com a possibilidade de variados instrumentos de avaliação.

3 METODOLOGIA

Como já mencionado na pesquisa que deu gênese a esse trabalho, a partir do aumento nos indicadores de reprovação e evasão escolar. Assim, verificamos que a forma de avaliação realizada pelos docentes não atendia as necessidades dos discentes, pois não contemplava a realidade e não considerava a cultura e o conhecimento prévio do aluno.

A dissertação que originou esse dispositivo, partiu de uma análise dos documentos referentes a legislação educacional da EJA e permeou pela necessidade de dialogar com discentes e professores. Esse espaço de trabalho se constituiu como campo de pesquisa e optou-se por realizar a entrevista com alunos da 6ª etapa do Ensino Fundamental, visto ser a etapa com maior reprovação e evasão.

Como também, avaliar documentos e atas de resultados finais com o objetivo de confirmar a hipótese inicial de altos índices de reprovação e evasão, documentos estes arquivados na secretaria da escola. Para os alunos foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e dissertativas com vistas a compreender a percepção dos alunos sobre a avaliação aplicada a eles. Já para os professores, foi realizada uma entrevista gravada com questões estruturadas de forma a compreender como acontecia o processo avaliativo.

Como resultados, as atas e documentos reforçaram o número baixo de aprovação e o alto índice de evasão, reforçados pela avaliação das entrevistas e questionários que mostraram que a forma escolhida pelos professores não atendia a integralidade e evolução dos alunos.

A avaliação tem se restringido a provas e outros instrumentos que explicitam uma quantidade daquilo que supostamente tem se aprendido, porém, esse formato de avaliação classificatória não colabora e nem garante a construção social do sujeito, tampouco dá autonomia para que o mesmo desenvolva suas aprendizagens por meio de suas experiências de vida.

O dispositivo possibilitará que os docentes acompanhem, num processo qualitativo dando sentido e significado ao processo avaliativo, quais habilidades determinado estudante desenvolveu e quais ainda precisam ser retomadas.

Considerando os resultados da pesquisa e a atual BNCC, surge a ideia de

utilizar como produto desta pesquisa a criação de uma tabela contendo os objetivos que devem ser alcançados por área de conhecimento da Base. Esse oferecendo aos professores acompanharem a evolução do aluno durante todo seu processo pedagógico e a partir de diversas estratégias, valorizando sempre a sua cultura e bagagem de informações que trazem consigo, além da sua participação e colaboração no desenvolvimentos das aulas. Este processo acontecerá durante o semestre com os alunos não sendo pertinente um único formato de avaliação.

Nesta proposta de processo avaliativo, os docentes, que ministram aulas para os alunos da 6ª etapa da EJA, vão receber da secretaria da escola uma tabela relacionada a área de conhecimento corresponde a cada um. Neste documento vai ter a lista de nomes dos alunos, além de constar todas as habilidades e descritores por área de conhecimento conforme consta na BNCC, também vai constar opções que devem ser marcadas conforme o rendimento de cada aluno.

Ao final do preenchimento dos dados da tabela serão convertidos em formato de nota¹ para atender o formato previsto pela mantenedora, sendo possível observar também o desempenho do aluno em cada componente curricular, unidade temática, objetos do conhecimento e habilidades, como também sua frequência. Este formato facilitará o acesso, a permanência e o êxito dos alunos, já que se pauta em uma aprendizagem dinâmica, facilitadora e que amplia o acesso à educação.

E por meio disso possibilitando transformações no processo da construção dos saberes, onde o aluno passa a ser o protagonista do seu aprendizado. Sendo assim o uso da tecnologia, legitima a possibilidade de um aluno proativo, autônomo e sinérgico, respeito os diversos tempos de aprendizagem e liberdade aos mesmos para construir seus conhecimentos. Experimentando de um espaço democrático e criativo capaz de proporcionar a motivação necessária para que alunos/escola alcancem seus objetivos. Esses mesmos para construir seus conhecimentos, por meio de um espaço democrático e criativo capaz de proporcionar a motivação necessária para que alunos/escola alcancem seus objetivos.

¹ Neste trabalho utilizarei a conversão para nota considerando valores de 0 a 10, contudo o município de Pelotas utiliza o cálculo de trimestre com valor diferenciado (1º e 2º trimestres com valor máximo de 30,0 e média de 18,0 e o 3º trimestre com valor máximo de 40,0 e média 24,0), sendo necessário a conversão do cálculo neste município.

4 ESTRUTURA E PREENCHIMENTO DO PRODUTO

Olá professor da EJA, quero fazer um convite para experimentar um dispositivo de avaliação que permitirá que tu consideres a aprendizagem, enquanto processo, portanto, proporcionará um melhor acompanhamento do desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes matriculados nesta modalidade.

Sabendo que muitos dos objetos do conhecimento (conteúdos) previstos pela BNCC para serem desenvolvidos durante o semestre letivo, transpassam por vários componentes curriculares (disciplinas), recomendo a criação de um projeto integrado entre os mesmos que fazem parte da grade curricular da EJA ou individualmente, conforme a necessidades e as possibilidades dos docentes envolvidos neste processo avaliativo, prezando desta forma a qualidade da reconstrução/construção do saber e a ressignificação dos mesmos na vida dos sujeitos matriculados na sexta etapa desta modalidade.

PASSO A PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO

- a. Observar a realidade em que os estudantes estão inseridos e suas principais necessidades, sejam elas cognitivas, afetivas ou psicomotoras;
- b. Realizar por meio de questionamentos, quais os verdadeiros interesses de cada um e o que levou os levou a retornarem aos estudos;
- c. Identificar com os demais docentes ou individualmente, estratégias que colaborem com o acolhimento de cada discente no processo ensino aprendizagem;
- d. Organizar reuniões para listar sugestões de recursos e metodologias adequadas a realidade do grupo em questão, quando for o caso;
- e. Elaboração do projeto por várias mãos, quando for o caso, para desenvolvimento dos objetos do conhecimento (conteúdos), alinhados com os demais componentes curriculares (disciplinas) e as necessidades dos alunos, tornando uma ferramenta exclusiva e necessária para esse grupo.
- f. Definir os parâmetros de avaliação relativos ao projeto.
- g. Desenvolvimento do projeto com a colaboração dos docentes envolvidos e

equipe diretiva (direção, coordenação e orientador educacional responsáveis pela EJA) para que o mesmo se torne efetivo e significativo para os sujeitos envolvidos.

Pensando em colaborar com o esclarecimento/entendimento da proposta deste produto, abaixo vou citar um exemplo fictício de como seria desenvolvido a proposta do mesmo.

No ano de 2019, em uma escola pública e municipal, localizada em Pelotas foi verificado pelo grupo de profissionais da educação que atuavam na sexta etapa da EJA um alto índice de violência e evasão escolar, o que causava o desinteresse dos estudantes nesta modalidade.

Pensando na qualidade de ensino e em colaborar no processo de ensino aprendizagem desses alunos, buscaram ferramentas que fugissem do senso comum para ensinar e avaliar os discentes em questão.

O primeiro passo foi reconhecer metodologias e estratégias adequadas para acolher estes estudantes, não foi algo muito fácil, pois era necessário conhecer os anseios do público alvo.

Link para referencias em metodologias e estratégias:

- <https://educacao.imagine.com.br/metodologias-ativas-segundo-a-bncc/>
- <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/3/o-que-acontece-na-sua-escola-com-as-novas-competencias>
- <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2029/como-explorar-as-competencias-gerais-da-bncc>
- <https://sae.digital/base-nacional-comum-curricular-competencias/>
- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/202-o-uso-de-metodologias-ativas-colaborativas-e-a-forma%20cao-de-competencias-2>

Desta forma a observação, o diálogo, o trabalho coletivo entre os profissionais envolvidos e troca de informações foram ferramentas indispensáveis para construção de um projeto singular que atendesse a demanda daquela comunidade.

Links para modelos de projetos integradores:

- <https://apps.univesp.br/o-que-e-projeto-integrador/>
- <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-em/entenda-o-que-sao-projetos-integradores-no-pnld-2021/>
- <https://projetointegradoresenacdf.wordpress.com/>
- <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2015/11/projeto-integrador.pdf>
- <https://projetoacademico.com.br/projeto-integrador/>

No decorrer deste trabalho, a coletividade dos componentes curriculares que compunham a grade curricular da sexta etapa da EJA, contemplado o que está previsto pela BNCC. Se fez fundamental, juntamente com a consciência de tudo que fosse elaborado e realizado teria que ter sentido e significado as necessidades da turma envolvida.

O semestre foi se desenvolvido e os professores perceberam que havia fluidez e leveza, a distância entre professor e aluno diminuiu, a presença dos mesmos nas atividades desenvolvidas era maior, reduzindo desta forma a infrequência e a avaliação era algo que acontecia naturalmente. Por meio da participação dos estudantes, sem ser necessário a elaboração de um instrumento avaliativo que contabilizasse o conhecimento, porque os professores envolvidos conheciam os anseios de seus estudantes é essa era a peça chave para pôr em prática o processo de ensino e aprendizagem.

Links para referencias para definição dos parâmetros de avaliação relativos ao projeto:

- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2237022/mod_resource/content/1/Av%20alia%C3%A7%C3%A3o%20de%20projetos%20-%20AACC%20IV.pdf
- <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/aavaliacao-na-pedagogia-de-projetos/19752#>
- <file:///D:/alini/Downloads/16142-Texto%20do%20artigo-39398-1-10-20130730.pdf>
- <https://utp.br/wp-content/uploads/2020/03/Manual-de-Projeto-Interdisciplinar.pdf>
- http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_dtec_pdp_patricia_marcatti_lima.pdf

Agora, alguns pressupostos que conduziram a elaboração desse dispositivo.

A avaliação na EJA vem, ao longo do tempo, sendo desenvolvida de forma quantitativa, em formas de provas e trabalhos escritos, permitindo pouco acompanhamento do real desenvolvimento dos estudantes.

Todos os estudantes da EJA foram excluídos da escola, durante o período de determinado para sua escolaridade, portanto, a modalidade precisa caracterizar-se de forma inclusiva.

Muitos estudantes da EJA acabam sendo excluídos em função da avaliação quantitativa e conteudista, o que pressupõem que a modalidade não garante a permanência e êxito.

É necessário que a avaliação seja processual, portanto, considerar o estudante na sua integralidade, a partir de suas peculiaridades e valorizando sempre a sua cultura e bagagem cultural.

Mesmo que o sistema de ensino e a organização institucional prevejam a avaliação classificatória, em forma numérica, é possível realizar um acompanhamento processual das aprendizagens.

A Tecnologia da Informação e Comunicação mais do que nunca precisam estar a serviço da educação e do processo pedagógico, a fim de contribuir para a aprendizagem, logo, do processo de avaliação.

Segundo Silva e Claro (2007, p. 84)

As tecnologias digitais possibilitam configurar espaços de aprendizagem, nos quais o conhecimento é construído conjuntamente, porque permitem interatividade. Não há como pensar em educação sem troca, sem co-criação. Na busca do modelo pedagógico específico da educação online, a interatividade surge como aspecto central.

O presente dispositivo busca colocar o professor e estudante em processo de feedback, em que os alunos possam estar acompanhando o seu processo de aprendizagem, as habilidades desenvolvidas, quais estão de forma parciais e quais ainda precisam ser desenvolvidas.

5 ESTRUTURA E PREENCHIMENTO DA PLANILHA

O dispositivo está organizado a partir das referências da Base Nacional Comum Curricular e dividido em Unidades Temáticas, Objetos do Conhecimento e Habilidades referenciadas com seus descritores.

Para o preenchimento, o docente irá acompanhar a evolução do aluno observando-o no cumprimento das habilidades a partir de quatro referências que serão preenchidas conforme apresentação abaixo:

a) **Desenvolveu:** preenchido quando o aluno cumpre a habilidade sem auxílio, corresponde as notas 9 a 10;

b) **Desenvolveu com ajuda pontual:** preenchido quando o aluno cumpre a habilidade com auxílio de professor e colega/outro, por orientação, observação, dicas e etc de maneira pontual, corresponde as notas 7 a 8,9;

c) **Desenvolveu com ajuda constante:** preenchido quando o aluno cumpre a habilidade com auxílio de professor e colega/outro, por orientação, observação, dicas e etc. de maneira constante, corresponde as notas 5 a 6,9;

d) **Não desenvolveu:** preenchido quando o aluno, mesmo com auxílio de professor e colega/outro, por orientação, observação, dicas e etc. de maneira constante, não cumpre com a habilidades, corresponde as notas inferiores a 5.

Na Figura 5, apresento um print da tabela para servir como exemplo, tendo como referência o componente curricular “Matemática”, também coloco a disposição o link que dá acesso a tabela construída no Excel.

A2:D2		Nome:						
E.M.E.F. DR. MÁRIO MENEGHETTI				TURMA: E6				
Nome:				SEMESTRE				
				Desenvolveu	Desenvolveu com Ajuda Pontual	Desenvolveu com Ajuda Constante	Não Desenvolveu	
COMPONENTE CURRICULAR	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DO CONHECIMENTO	9,0 a 10,0	7,0 a 8,9	5,0 a 6,9	Inferior a 5,0	
Campo Jornalístico - Midiático		LEITURA	1. Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital	X				
			2. Apreciação e réplica					
			3. Relação entre textos					
			4. Estratégia de leitura Distinção de fato e opinião					
		Produção de Texto	5. Estratégia de leitura: identificação de teses e argumentos Apreciação e réplica					
			6. Efeitos de sentido					
			7. Efeitos de sentido Exploração da multissemiose					
			8. Estratégias de produção: planejamento de textos Informativos					
			9. Textualização, tendo em vista suas condições de produção, as características do gênero em questão, o estabelecimento de coesão, adequação à norma-padrão e o uso adequado de ferramentas de edição					
			10. Estratégias de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos					
		Oralidade	11. Textualização de textos argumentativos e apreciativos					
			12. Produção e edição de textos publicitários					
			13. Planejamento e produção de entrevistas orais					
			14. Estratégias e procedimentos de leitura em textos					

Figura 1: planilha modelo para avaliação qualitativa de alunos da sexta etapa da EJA

5.1 passo a passo para cópia da planilha

- 1º Para copiar o arquivo no Google Drive é necessário ter um e-mail do Gmail.
- 2º Abrir o link (para abrir o link [clique aqui](#)) do drive nos aplicativos do Gmail.
- 3º Copiar a planilha (que abrir a partir do link) para o local do seu drive que melhor lhe convier.
- 4º Ajuste as permissões de compartilhamento caso mais colegas professores forem acessar a planilha para realizar a avaliação de forma interdisciplinar.

6. REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BRASIL, **Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008**. Brasília: 2010.

BRASIL, Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o artigo 80 da LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em 05 out 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Decreto nº 2.494** de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB/11/2000**. Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1**, de 5 de julho de 2005. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: dez. 2019.

DEMO, Pedro. **Questões para a Teleducação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORAN, José Manuel. BACICH, Lilian. **Aprender e ensinar com focona educação híbrida**. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2015/07/hibrida.pdf>>. Acesso em 16/06/2019.

MORÁN, José. **Educação Híbrida**: Um conceito chave para a educação, hoje. In: Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação [recurso eletrônico] / Organizadores, Lilian Bacich, Adolfo Tanzi Neto, Fernando de Mello Trevisani. – Porto Alegre: Penso, 2015. e-PUB.

OLIVEIRA, Celina Couto de; COSTA, José Wilson da. & MOREIRA, Mercia. **Ambientes informatizados de aprendizagem**. In: COSTA, J. W. & OLIVEIRA, M. A.

M. (Org.) Novas linguagens e novas tecnologias: educação e sociabilidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 149 páginas.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos no estado do Paraná**. Versão Preliminar. Curitiba: SEED – PR, jan. de 2005.

SÁNCHEZ, Francisco Martínez. **Os meios de comunicação e a sociedade**. In. Mediamente! Televisão, cultura e educação. Secretaria de Educação à Distância, SEED, Brasília, 1999. Séries de estudo. Educação à Distância. P. 55- 90.

SANTOS, Maria. L. L. **Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética**. Passo Fundo: UPF. 2003.

SCHIEHL, Edson Pedro; GASPARINI, Isabela. Contribuições do Google Sala de Aula para o Ensino Híbrido. **CINTED-UFRGS Novas Tecnologias na Educação**. V. 14. Nº 2, dezembro, 2016.

Disponível:

<<https://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/70684/40120>>. Acesso em 12/05/2019.

SILVA, Marco; CLARO, Tatiana. **A docência online e a pedagogia da transmissão**. Disponível

em

<http://www.academia.edu/4975684/A_DOC%C3%80NCIA_ONLINE_E_A_PEDAGOGIA_DA_TRANSMISS%C3%80O> Acesso em 10/03/2015.

SILVA, Hérica Fontes da. **As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Itupiranga** – Pará nos anos de 2013 e 2014. In: Congresso Nacional de Educação. 12, Anais..., Paraná, 2015.

VALENTE, Carlos. & MATTAR, João. **Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias**. São Paulo: Novatec, 2007.

APÊNDICE IV - Termo de consentimento livre e esclarecido para docentes

Apresentamos a pesquisa “Concepções de professores e alunos da EJA sobre avaliação escolar”, desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação, do CAVG/IFSUL, pela mestrandia Alini Cabreira Corrêa. O objetivo da pesquisa é Compreender as concepções atribuídas pelos professores e alunos da EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental para a avaliação da aprendizagem e a relação estabelecida entre avaliação, permanência e êxito ao longo dessa modalidade, além disso, propor a reestruturação do item avaliação escolar junto ao Projeto Político Pedagógico e regimento escolar.

O instrumento utilizado é uma entrevista semiestruturada com os professores da 6ª Etapa da EJA de uma Escola de periferia de Pelotas/RS. Todas as pessoas terão suas identidades mantidas em sigilo, as respostas serão analisadas a partir de siglas.

A pesquisa, aqui apresentada, não gera nenhum ônus aos participantes e nem a Instituição escolar. Para qualquer informação, o participante ou seus responsáveis poderão entrar em contato pelo e-mail: alinicc4@gmail.com ou telefone 53 981196309.

Eu, _____

, docente da 6ª Etapa da EJA declaro ter compreendido os objetivos da pesquisa, autorizando, dessa forma, o uso dos dados para fins acadêmicos. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora.

Docente

Pesquisador

Data: ____/____/____

APÊNDICE V - Termo de consentimento livre e esclarecido para alunos

Apresentamos a pesquisa “Concepções de professores e alunos da EJA sobre avaliação escolar”, desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação, do CAVG/IFSUL, pela mestranda Alini Cabreira Corrêa. O objetivo da pesquisa é compreender as concepções atribuídas pelos professores e alunos da EJA dos Anos Finais do Ensino Fundamental para a avaliação da aprendizagem e a relação estabelecida entre avaliação, permanência e êxito ao longo dessa modalidade, além disso, propor a reestruturação do item avaliação escolar junto ao Projeto Político Pedagógico e regimento escolar.

O instrumento utilizado nesta etapa é um questionário com os alunos da 6ª Etapa da EJA de uma Escola de periferia de Pelotas/RS. Todas as pessoas terão suas identidades mantidas em sigilo, as respostas serão analisadas a partir de siglas.

A pesquisa, aqui apresentada, não gera nenhum ônus aos participantes e nem a Instituição escolar. Para qualquer informação, o participante ou seus responsáveis poderão entrar em contato pelo e-mail: alinicc4@gmail.com ou telefone 53 981196309.

Eu, _____

, aluno da 6ª Etapa da EJA declaro ter compreendido os objetivos da pesquisa, autorizando, dessa forma, o uso dos dados para fins acadêmicos. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora.

Aluno

Pesquisador

Data: ____/____/____

ANEXO I

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DR. MARIO
MENEGHETTI**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PELOTAS

2017

MISSÃO

Proporcionar o desenvolvimento da autonomia através de uma educação integral, formando cidadãos éticos visando tornar o educando em agente transformador da sociedade em que está inserido.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição de educação que concretiza o processo ensino aprendizagem, com qualidade, ética e comprometimento.

VALORES

- Ética: observar os valores éticos dando exemplos de solidez moral, honestidade e integridade.
- Responsabilidade social: exercer a cidadania, adotando posturas éticas e compromissos sociais com o meio em que está inserido.
- Comprometimento: com o pleno desenvolvimento do cidadão visando o bem estar coletivo.
- Ser humano: deve ser inserido em um processo de crescimento contínuo, através de um tratamento justo, estimulando sua autonomia, criticidade, criatividade e amorosidade.
- Ambiente sustentável: exercer a cidadania contribuindo, por meio da Educação, para um desenvolvimento sustentável, disseminando culturas conscientes, com atitudes de responsabilidade ambiental e solidárias para com as gerações futuras.

1 INTRODUÇÃO

O dever da escola é garantir a inclusão e permanência do aluno na mesma, auxiliando-o na sua participação na sociedade, possibilitando a ele a ampliação dos conhecimentos adquiridos, preparando-o para ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Nosso PPP está sendo reestruturado com o objetivo e sério comprometimento de desenvolver uma gestão democrática, através da ação e participação de todos os segmentos da escola; assim possibilitaremos que a comunidade avance na conquista da autonomia e de sua verdadeira cidadania.

Várias ações precisam ser realizadas visando à concretização dos objetivos da escola, ações estas que serão desenvolvidas no decorrer do ano letivo, com a participação e cooperação da comunidade escolar, do poder público, bem como da iniciativa privada.

Portanto cabe à escola alfabetizar as crianças, pois alfabetizar nada mais é do que...“... aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político (Freire).”

A educação é o alicerce da cidadania, pois conforme Freire, “educação é uma prática formadora (não aquela em que o professor forma o aluno, e sim uma troca de conhecimentos, onde quem ensina aprende e quem aprende ensina). É ética (ter coerência com nosso saber científico, respeito ao saber dos outros, capacidade de viver e aprender com o diferente) que exige pesquisa constante do educador; é um ato político, não neutro de interação e intervenção na realidade, que exige reflexão crítica sobre a prática”.

É através da educação que o indivíduo concebe o “saber”. O saber inclui, conforme Tardif, “os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser.”. Assim a escola visa formar os educandos integralmente, atendendo a todas as dimensões do desenvolvimento humano. Para tanto é necessário envolver diversos indivíduos, tempo e espaço, pois para educar alguém “é preciso uma aldeia inteira”.

2 CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A .E. M. E. F. Doutor Mário Meneghetti foi fundada em 29 de dezembro de 2004, à Rua Quatro, no bairro Getúlio Vargas, na cidade de Pelotas, devido a demanda de matrícula no bairro, onde a Escola Getúlio Vargas não contemplava mais as necessidades locais. Assim sendo necessária assim a construção de mais um espaço escolar. A escola recebeu inicialmente a denominação de Getúlio Novo, e muitos de seus primeiros professores e funcionários vieram da Escola Getúlio Vargas.

A escola iniciou suas atividades em 17 de março de 2005 com duas turmas de 5ª séries e duas turmas de educação infantil, sendo que foram implantadas mais duas turmas de educação infantil em setembro do mesmo ano, encerrando o ano letivo com aproximadamente 140 alunos matriculados. Atualmente, a escola possui 1018 alunos, 64 professores e 22 funcionários e oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º a 9º ano e Educação de Jovens e Adultos.

O Conselho Escolar foi constituído no ano de 2006, para que possa ter uma participação mais efetiva da comunidade escolar junto às decisões que dizem respeito à escola. Ele que é constituído pela equipe diretiva, representantes dos professores, dos pais e dos funcionários. Sua função é administrar as verbas da escola e prestar contas a secretaria e comunidade. A escola, mantém a estrutura organizacional através do Programa de Aplicação de Recursos Financeiros - PARF. Para direcionar esta verba são feitas reuniões com professores e funcionários visando descobrir as prioridades do momento. No entanto, a verba do PARF é insuficiente em relação às necessidades encontradas na escola

O pátio é bem amplo, todo murado, porém a parte destinada às atividades dos alunos corresponde a uma quadra coberta, sendo utilizada pelas crianças no intervalo e na Educação Física. No entanto, mesmo havendo mais de um professor de cada disciplina por turno, as aulas no pátio não podem coincidir, pois o espaço oferecido para a prática de Educação Física é apenas uma quadra, o restante do espaço é gramado e na maior parte do tempo predomina mato com muita lama e cobras.

O prédio da escola é composto por treze salas de aula, dentre elas, duas salas para o pré, com pátio e banheiros exclusivos para seus alunos, sala da direção, sala da coordenação, Serviço de Orientação Pedagógica – SOP e Biblioteca. Possui

também três salas de aula adaptadas em contêineres, que ficam no pátio da escola. Possui ainda laboratório de ciências. A sala de informática é ampla e iluminada, nela encontram-se mais ou menos doze computadores, o sistema operacional, como é de praxe aos órgãos públicos, é o Linux e, apesar de se ter um monitor para cada turno, os mesmos não dominam este sistema.

A escola possui o Programa Mais Educação, onde há cinco turmas abrangendo os seguintes macrocampos: ESPORTE E LAZER; CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – PERCUSSÃO E DANÇA; COMUNICAÇÃO, USO DE MÍDIAS E CULTURA DIGITAL E TECNOLOGIA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.

A escola oferece, também, aulas de apoio de matemática, português, ciências e alfabetização (português e matemática) em turno inverso. O apoio pedagógico possui apenas uma sala própria, o que dificulta seu funcionamento, que acaba acontecendo na sala de informática, laboratório de ciências e biblioteca. No entanto, mesmo com suas dificuldades, o apoio pedagógico é de suma importância para a aprendizagem dos alunos, muitos com déficit intelectual e deficiências.

Reportando-nos ao bairro, este tem um histórico muito violento e a atividade econômica são pequenos estabelecimentos comerciais (bares, açougues, armazéns, farmácias, prestação de serviços, etc.). As ruas ainda carecem de calçamento, o que configura um grande problema nos dias de chuva. Também na parte de saneamento básico o bairro não é bem atendido, havendo muitas valetas a céu aberto, prova disso é a existência de uma valeta bem à frente da escola. O bairro possui transporte coletivo em horários regulares havendo, inclusive, uma parada de ônibus em frente à escola, o que facilita o acesso à mesma.

Um problema ainda latente no bairro (como em outros pontos da cidade) é a questão da drogas, assim como o comércio desenfreado desta. Este problema chega também à escola, pois muitas crianças são filhos de usuários o que agrava a desestrutura destas famílias. Outro dado observado é a falta de planejamento familiar. Na escola muitas mães possuem acima de quatro filhos matriculados, o que agrava o estado de pobreza e as dificuldades familiares.

A escola possui também muitas alunas grávidas que acabam tendo seus estudos interrompidos para assumir a família que não foi planejada. Muitos pais vêm na escola a possibilidade de melhorar o futuro de seus filhos, sem contar que a maioria depende de verbas públicas atreladas à escola como bolsa família,

merenda escolar, etc.

Diante deste contexto e, enquanto escola de periferia, nos preocupamos em como situar a educação escolar, procuramos fazer nossa parte para que os alunos não percam seus valores humanos e sua dignidade. Assim, pretendemos prepará-los para que acreditem que também podem ter seu lugar na sociedade. Mas para isso é preciso que lutem e que vejam que alguém acredita em seu potencial. E nós, enquanto instituição, pretendemos contribuir não apenas em conhecimento, mas, também, em torná-los cidadãos que acreditem no futuro e que lutem por ele.

Em agosto de 2006 passou a funcionar, como escola pólo, a sala de recursos que tem por objetivo acompanhar alunos portadores de necessidades especiais. Desde 2007 começou a trabalhar, também, com discentes das escolas próximas, Santa Irene, Frederico Ozanam e Getúlio Vargas.

A escola tem vários casos de alunos com necessidades educativas especiais, estes são atendidos, dentro do possível, na sala de recursos e sempre que necessário são encaminhados para avaliação neurológica e psicológica. O maior problema enfrentado nestes encaminhamentos é a demora no atendimento, muitas vezes agravando os problemas apresentados pelos alunos.

A maior preocupação desta instituição é que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais sintam-se realmente incluídos dentro do contexto escolar. Por isso observa-se que para incluir não basta inserir a criança no grupo, pois uma inclusão efetiva depende muito de adaptações e de condições necessárias para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo.

Quanto a gestão da escola, pode-se afirmar que esta é feita de forma democrática tornando as decisões coletivas e de responsabilidade de toda a comunidade. A equipe diretiva da escola se organiza em diretor geral, vice diretor geral, diretores de turno e coordenação pedagógica. Cada setor possui autonomia para desenvolver seu trabalho da melhor maneira possível, desde que este esteja de acordo com o PP e o REGIMENTO da escola. O corpo docente da escola, quase que em sua totalidade, possui curso superior e/ou está cursando. Estes participam quase que em sua totalidade de todos os cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Quanto as condições de trabalho, a escola atende a todas as necessidades que consegue com a pouca verba que recebe. Os educadores possuem material didático, tais como jogos pedagógicos, data show, lousa digital, sala de informática,

TV, DVD, em suma, sala de multimídia, a disposição para desenvolver seu trabalho. A maior dificuldade encontrada pelos educadores esta na estrutura da escola, pois o número de alunos está cada vez maior e os espaços físicos que devem ser utilizados nas atividades, continuam os mesmos. Um exemplo disso é o fato de a escola possuir apenas um pátio coberto que é utilizado como quadra poliesportiva para quarenta turmas, divididas em três turnos. Este é um problema já relatado a mantenedora que até o momento não tomou providencias para que o mesmo fosse solucionado, uma vez que, com a verba recebida, a escola não tem condições de solucioná-lo sozinha.

Ao nos reportarmos aos educandos, podemos apontar que para estes a escola muitas vezes é seu único ponto de referencia. Muitos não têm família presente que lhes dêem limites e a educação necessária, transferindo, assim, este papel para o educandário. Os problemas de indisciplina são constantes, muitos alunos são rebeldes e agressivos. Na maioria dos relatos são filhos de pais separados, falecidos ou até mesmo presidiários. Há vários casos de pais alcoólatras e drogados que deixam os filhos a mercê de si mesmos.

Na maioria das vezes, ao serem chamados para tratar da disciplina ou rendimento dos alunos, os pais ou responsáveis comparecem a escola e é neste momento que nos deparamos com diversos tipos de problemas; pais que dizem não saber mais o que fazer com os filhos; mães que relatam a violência doméstica onde estão presas com os filhos por não terem para onde ir; mães solteiras com mais de cinco filhos que não conseguem dar conta de toda sua prole; crianças criadas pelos avôs, tios e vizinhos, que foram abandonados pelos pais.

Muitos destes alunos possuem necessidades educativas especiais ou deficiências o que agrava seu aprendizado. Embora todos estes problemas, a escola mantém uma boa relação com a comunidade, mas deve realizar medidas para efetivar sua participação.

3 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E DO ENSINO

A escola funciona em três turnos e possui 40 turmas entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Possui sistema seriado, cumprindo, na Educação Infantil e Ensino Fundamental 200 dias letivos e 800 horas/aula. Na Educação de Jovens e Adultos organiza-se em semestre, sendo 300 horas/aula para as etapas iniciais e 400 horas/aulas para as etapas finais. As aulas acontecem de segunda e sexta-feira nos seguintes horários:

- Manhã: 07h45' as 11h45'
- Tarde: 13h às 17h
- Vespertino: 17h30' as 21h30'

A organização das turmas se dá da seguinte forma:

1. Manhã: número de turmas: 16

- Pré: 2 turmas;
- 1º ano: 1 turma;
- 5º ano: 2 turmas;
- 6º ano: 4 turmas;
- 7º ano: 3 turmas;
- 8º ano: 2 turmas;
- 9º ano: 2 turmas.

2. Tarde: número de turmas:

13

- Pré: 2 turmas;
- 1º ano: 1 turma;
- 2º ano: 2 turmas;
- 3º ano: 4 turmas;
- 4º ano: 3 turmas;
- 5º ano: 1 turma.

3. Vespertino: número de turmas: 10

- 1ª, 2ª e 3ª Etapa EJA: 1 turma;
- 4ª Etapa EJA: 1 turma;
- 5ª Etapa EJA: 2 turmas;
- 6ª Etapa EJA: 2 turmas;
- 7ª Etapa EJA: 2 turmas;
- 8ª Etapa EJA: 2 turmas.

Além do núcleo comum são oferecidas às turmas de Pré ao 5º ano aulas de Educação Física, Artes Visuais, Música, Ensino Religioso/Relações Humanas, Hora do Conto e Língua Estrangeira.

As séries/anos finais possuem um total de nove disciplinas, são elas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Artes Visuais, Ensino Religioso, Língua Estrangeira. Para o ano de 2018 será acrescentada a disciplina de Música.

Na Educação de Jovens e Adultos, que se organiza por etapas semestrais, oferecem-se dez disciplinas, acrescentando, além das já citadas no parágrafo anterior, a Prática Integrada. Acrescentando-se, também, para 2018 a disciplina de música. Nos anos iniciais a escola oferece aos discentes classes de apoio com o objetivo de auxiliar os alunos com maior dificuldade na sua alfabetização.

Para os anos finais são oferecidas classes de apoio das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, com o objetivo de sanar as dificuldades encontradas pelo educando na construção da aprendizagem, bem como tentar recuperar defasagens dos anos anteriores. As classes de apoio de Ciências ainda têm, por finalidade colaborar na melhoria da higiene e na conscientização ambiental dos alunos.

No que diz respeito a avaliação, está é realizada de forma processual ao longo de cada trimestre, no Ensino Fundamental ou de cada semestre ao se tratar da Educação de Jovens e Adultos. Na Educação Infantil, no 1º e 2º anos a avaliação é feita através de pareceres que tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento da criança em seu processo de integração social, seu desenvolvimento cognitivo e motor e sua aprendizagem no que tange a alfabetização. Do 3º ao 9º ano a

avaliação é expressa através de notas tendo pesos diferentes para cada trimestre, sendo 30, 30 e 40. O aluno deve alcançar o mínimo de 60% de nota e 75% de frequência ao final do ano para aprovação.

Para o ano de 2018, será implantada a progressão parcial, beneficiando os alunos dos anos finais que reprovarem em apenas uma disciplina e alcançarem nota igual ou superior a 40 pontos com frequência igual ou superior a 75%. O educando que apresentar estes requisitos avançará de ano em progressão parcial e terá aulas em turno inverso, durante um semestre, para recuperar a disciplina em que foi reprovado. Em caso de não conseguir sucesso nas avaliações da disciplina que deverá recuperar, o aluno terá mais uma oportunidade no próximo semestre.

Na Educação de Jovens e Adultos as etapas 1 e 2 tem sua avaliação através de parecer descritivo individual onde o aluno recebe o resultado de apto ou não apto para a próxima etapa. Da etapa 3 a etapa 8 a avaliação dos alunos é expressa através de nota. Diferente do ensino regular a EJA tem sua nota apenas no final de cada semestre, no valor 100. Para avançar para a próxima etapa o aluno deve alcançar nota mínima de 60%, acompanhada de 75% de frequência.

Os alunos com deficiência terão sua avaliação de forma diferenciada e seus resultados poderão ser expressos através de parecer descritivo com o respaldo da professora de AEE, orientadora e coordenadora pedagógica da escola. Para o aluno que não obtiver resultados satisfatórios será ofertada a recuperação paralela dentro dos dias letivos. O professor se utilizará da avaliação para diagnosticar o déficit, ainda apresentado pelo aluno oferecendo um trabalho diversificado procurando corrigir falhas no processo ensino aprendizagem.

Contudo mesmo com oferta da recuperação paralela, o aluno ainda apresentar defasagem em sua aprendizagem, a escola oportuniza os estudos de recuperação, em turno inverso, fora dos dias letivos, ao final de cada trimestre/semestre. Quanto a classificação dos alunos, esta se dá, exceto no primeiro ano, através de promoção; transferência sem comprovação de escolaridade para alunos oriundos de outras escolas, mediante avaliação; avanço.

A escola adota, ainda, a reclassificação, quando necessário para situar os alunos no ano ou etapa, adequado ao seu nível/estágio de aprendizagem e as suas possibilidades de crescimento, mediante verificação de aprendizagem. Reportando-nos ao censo escolar, podemos apontar nossa maior preocupação, os índices de

reprovação. Estes são mais preocupantes principalmente na transição do currículo para a área.

4 FILOSOFIA E CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO DA ESCOLA

A filosofia de nossa escola está comprometida com a formação de uma sociedade cidadã, com a construção do conhecimento devidamente contextualizado e permeado de significados, valores como o amor, solidariedade, respeito e dignidade. A escola, com o objetivo de buscar efeitos transformadores, geradores de novos conhecimentos, relacionados ao seu tempo e com respostas dos problemas de seu meio, procura instrumentalizar os alunos para que se apropriem e recriem conhecimentos, entendendo-se e colocando-se a serviço da qualidade de vida.

Nossa escola necessita de um currículo escolar que busque, no geral das séries, anos e etapas, selecionar objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação, úteis, universais, ricos em significados, cientificidade e tecnologia, recorrendo à fundamentação de valores humanos, válidos para a formação de uma sociedade mais justa e solidária. A escola, como instituição social, tem o compromisso de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos.

Dessa forma, tem que possibilitar e criar condições para que os alunos desenvolvam suas capacidades, aprendam conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade de participação em relações sociais, políticas e culturais. A sociedade tem privilegiado os valores materiais, o consumismo e a competitividade. Precisamos resgatar os valores humanos, alicerçados numa conduta ética, a fim de que possamos preparar o homem para enfrentar com dignidade as novas relações sociais decorrentes do processo tecnológico, onde o mesmo possa vivenciar valores de justiça, liberdade, cooperação, responsabilidade e solidariedade, desenvolvendo a sua cidadania e comprometimento com a realidade social em que vive.

Com o processo social, a escola precisa engajar-se numa concepção dialética que permita ao professor uma troca permanente entre teoria e prática de forma que a sua ação pedagógica possa ser (re) avaliada e (re) planejada. A preocupação com o desenvolvimento integral do aluno deve ser uma proposta constante da escola para que haja um ensino mais ativo, oportunizando a reflexão e preparando os alunos para os desafios da realidade, favorecendo o desenvolvimento das habilidades que permitam solucionar problemas e tomar

decisões. Para isso, a escola deve ser aberta, democrática, voltada para a realidade e integrada na comunidade.

Para Piaget “educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente...”. Ora a adaptação é um equilíbrio cuja conquista dura toda a infância e adolescência e define a estruturação própria desses períodos da existência entre dois mecanismos indissolúveis: a assimilação e a acomodação.

Saviani, define a educação como um processo contínuo e conflitivo de transformação- assimilação de conhecimentos que ocorrem mediante a relação dialética entre aluno, professor e meio sócio-natural. Também como uma atividade que supõe uma heterogeneidade possível, uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada. Por último Saviani defini o ato educativo como o que produz direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Para construir uma nova ação humana e um novo mundo diferenciado, através de uma aprendizagem consciente e que se torne relevante para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, é importante que se construa um projeto educacional que gere novos ambientes de aprendizagem no contexto dinâmico que deve ser centrado na pessoa, na interdependência com o mundo informal, na compreensão do ser humano consigo mesmo e com os outros.

Este novo modelo que desejamos para a educação deve ser sustentado por concepções que frutifiquem e possam atender necessidades que dêem caráter interdisciplinar. A partir do momento que compreendemos as diferentes dimensões e amplitude da inteligência, estaremos superando a visão fragmentada do conhecimento disciplinar, assim todas as teorias e conceitos estão interconectados.

Podemos, dessa maneira, entender que a educação caminha para um comprometimento com o resgate do ser humano, ou seja, busca-se novas formas de pensar, compreender e viver no mundo, através do processo educacional.

O educador deve ser um facilitador de aprendizagem do aluno, além de investigar seu próprio fazer. Deve, ainda, ajudar a dinamizar o processo de fazer evoluir os conceitos do sujeito que aprende. Tomando por base a não existência de conhecimentos prontos para impor, senão processos de uma dinâmica coletiva de reflexão, negociação e evolução de significados, tanto no aluno como no professor, isto há de investigar os processos em aula para ajustar seu planejamento didático aos fenômenos que ocorrem em seus alunos. Sendo assim, ele poderá tomar

decisões sobre o que, como e quando ensinar e como avaliar.

Diante desse novo modelo o aluno é visto como aquele ser que aprende, atua na sua realidade, constrói conhecimento utilizando-se do seu lado racional e do seu potencial criativo demonstrando com isso o seu talento, sua intuição, seu sentimento, as suas sensações e as suas emoções.

Dessa forma, o currículo deve ser flexível, aberto ao imprevisto, ao inesperado, ao criativo e ao novo. O que marca a necessidade de apropriação é aprender, do saber pensar, globalizando a necessidade de apropriação do conhecimento disponível e seu manejo criativo e crítico. Portanto, a escola deve ser competente de propiciar ao cidadão, o conhecimento como instrumento eficaz para sua emancipação.

Entre o sujeito e o objeto de conhecimento está o docente que passa a ser o mediador. É importante que ele proporcione situações nas quais o educando tenha acesso ao conhecimento científico. O educador deve organizar conteúdos e níveis de aprofundamento, sempre considerando a possibilidade do processo de ensino ser entendido enquanto movimento interativo no qual o aluno aprende a partir da reflexão sobre conteúdos específicos, em situações problematizadoras e coletivas através da dinâmica contínua entre o conhecimento que o professor possui e os conhecimentos que o aluno traz.

Segundo os autores COLL, PAZO, SARABIA e VAUS, apontados pelo PRC, a escola deve proporcionar ao aluno a aprender: conteúdos de aprendizagem, estabelecidos em marcos de aprendizagem, que explicitam a complexidade dos objetos do conhecimento de acordo com a estrutura do pensamento do aluno. Flexibilizam o conceito de conteúdos e, sob a denominação de conteúdos de aprendizagem, inclui além de fatos, conceitos e princípios- SABER, os procedimentos- SABER FAZER atitudes, normas e valores que correspondem ao SER/ CONVIVER.

Fatos, conceitos, princípios e procedimentos correspondem ao compromisso científico da escola- O SABER e o SABER FAZER. São os conteúdos que compõem a estrutura da matéria, das diferentes áreas do conhecimento e o que fazer para se apropriar delas. Valores, normas e atitudes atendem ao compromisso da formação SER e do CONVIVER, aspectos que nos humanizam e que dão significado ao conhecimento científico.

Baseado no Parecer 04/98 da Comissão de Educação Básica, as escolas deverão estabelecer, como norteadores de suas ações pedagógicas, metodologias e ensino conforme os seguintes princípios:

a. os princípios éticos da autonomia da responsabilidade, da solidariedade e do respeito do bem comum;

b. os princípios políticos dos direitos e dos deveres da cidadania, do exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática;

c. os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Assim, a nossa proposta pedagógica pretende explicitar o reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.

As instituições deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas na interação entre os processos de conhecimento, linguagem e afetivos, como consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado, através de ações inter e intra- subjetivas; as diversas experiências de vida dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressa através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimento e valores indispensáveis à vida cidadã.

Além das transformações na ordem econômica, outra característica da era em que estamos vivendo é a mudança que o uso da tecnologia provoca na produção do conhecimento. A informática constitui-se hoje, na “tecnologia intelectual dominante” dando lugar a uma nova forma de conhecimento que libera a memória do homem.

O computador pode atuar como máquina para acumulação de informações como linguagem, abrindo a perspectiva de uma nova lógica que nos coloca “frente a um processo de trânsito entre a oralidade, a escrita e a informática”. Tais mudanças carregam consigo transformações culturais expressas nos valores sociais, nos padrões de estética, nos modos de vida, fragilizando as instituições.

No caso da escola, o processo de construção/veiculação do conhecimento

está fundamentado, ainda, na oralidade e na escrita e, muitas vezes, na transmissão de informações, o que exige que esta nova lógica e forma de linguagem sejam urgentemente apreendidas e incorporadas pelas práticas pedagógicas. Para garantir a sobrevivência desta instituição em padrões coerentes com as necessidades do homem e da sociedade.

Com isso entende-se a dimensão política imbricada nas práticas educativas escolares precisa, hoje, ultrapassar o reducionismo das questões ideológicas, muitas vezes mascaradas na discussão provocada pela queda do socialismo real, a crise capitalista e as relações de poder, abarcando a compreensão de que é necessário redimensionar a instituição escolar na sua totalidade, operando com uma nova lógica que conduza a produção de conhecimento e condutas adequadas aos novos tempos.

Estas reflexões conduzem ao entendimento de que, no âmbito e para além da luta de classes, repensar o currículo e a organização escolar numa dinâmica que ultrapasse a singularidade do domínio cognitivo e a mera instrumentalização para a inserção no contexto atual, impõe-se, hoje, como elemento ético e necessidade social. Isto significa que a dimensão política de um projeto educativo precisa expressar-se numa opção pedagógica procurada em resgatar “o equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora” (SIEBNEICHLER, 1989, p.153), para restabelecer as articulações entre o conhecimento historicamente produzido e o mundo da vida, da cultura e do trabalho, onde os homens organizam-se coletivamente, através das regras ético-normativas da sociedade.

Esta concepção aponta para uma nova postura quanto à teoria do conhecimento, pois esta deve orientar a organização do currículo e a processualidade do ensino, legitimando uma ação coerente ao esforço inovador. Torna-se necessário esclarecer que esta força inovadora que tem caracterizado a reorganização do cotidiano escolar, tem produzido uma teoria de esquerda que procura resgatar uma pedagogia socialista e libertadora. Essa somente será consequente, na medida em que as mudanças curriculares ocorram na articulação entre o político e o estudo crítico do conhecimento (epistemológico) construindo, no âmbito escolar, os ideais para a superação do atual modelo de escola, ou seja, excludente, fragmentado, pragmático e utilitarista, que a tem colocado a serviço da estrutura social que queremos ver transformada.

Assim sendo, devemos criar um projeto pedagógico que coloca a escola na

ordem das mudanças sociais que caracteriza o atual momento histórico, deve estruturar-se em torno de dois eixos básicos reciprocamente determinantes:

a.a intencionalidade política que se pretenda imprimir à prática educativa;

b.o paradigma epistêmico-conceitual que, dando sustentação à organização e à dinâmica curricular, orientará também o processo metodológico de construção e veiculação do conhecimento.

Tomando o caminho da construção de uma nova hegemonia, é necessário assumir o propósito de atingir a ordem social pela estruturação de novos valores, fortalecendo as propostas coletivas e a identidade do grupo.

Um projeto pedagógico com esta perspectiva política requer, assim, a busca de novas referências teóricas que imprimam formas de pensamentos capazes de captar a pluralidade da sociedade estabelecendo as relações produtoras do saber: relações dos homens entre si, produzindo, comunicando-se, organizando-se coletivamente. Assim sendo, os sujeitos organizam-se e interagem produzindo saber, cultura e condições necessárias à existência, através do trabalho.

Concebendo o projeto pedagógico como uma totalidade que congrega e organiza a multiplicidade de elementos e relações do espaço escolar. O currículo precisa ser repensado e reorientado a partir dos valores e princípios em que se assenta a intencionalidade política, num processo de envolvimento coletivo de todos os sujeitos que instituem as relações escolares (professores, pais e alunos).

Portanto, são objetos de permanente vigilância teórica, tanto quanto os conteúdos do ensino, as metodologias e as normas administrativas:

a.as relações professor/aluno/escola/comunidade entendidas como espaço sócio cultural da ação educativa;

b.o planejamento e a organização do tempo pedagógico expresso na forma de calendário e horários que privilegiem o tempo da ação e da reflexão, das atividades singulares e das ações coletivas;

c.as atividades dos setores, desde os serviços mais simples como limpeza e merenda, até os que tem como função específica apoiar a ação pedagógica como: serviço de supervisão escolar, orientação educacional, a biblioteca, Conselho Escolar e demais projetos que estamos idealizando em nosso Projeto Pedagógico.

A busca de novas relações que integram a escola à comunidade colocando

no espaço da sala de aula educadores e educandos como interlocutores que confrontam saberes diferentes e que, mediados pelo conteúdo em processo de comunicação, estabelecem relações entre os fatos e referências do mundo objetivo. Estas concepções que indicam seleção e a organização dos conteúdos escolares deverão centrar-se na estruturação de conceitos necessários à operação com as informações disponíveis em cada etapa da escolaridade.

Na articulação entre o saber cultural e o conhecimento científico, os conteúdos escolares deverão provocar os desequilíbrios necessários a novas buscas e ao estabelecimento de relações criadoras. Essas oriundas de estruturas mentais que possibilitam ao sujeito a interpretação e o uso adequado do conhecimento adquirido e sistematizado pela ciência. Incluímos aqui o incentivo permanente de também o professor colocar-se na posição de aprender, que vá em busca de especialização e formação continuada.

Para WITTER e DÁLIA devem ser oferecidas, ao corpo docente, oportunidades de familiarização e atualizações com os materiais disponíveis, bem como proporcionar-lhes cursos adicionais sobre treinamento, seleção e interpretação de vários tipos de medidas; deve haver um esforço para aumentar o número de professores e, ainda, empenho para mantê-los treinados e experientes.” Sabemos que a sociedade de hoje é competitiva, materialista, preconceituosa, consumista e individualista, ninguém é responsável por ninguém

O progresso obtido pela ciência e tecnologia, colocou o homem numa posição tão elevada que suas preocupações concentram-se na busca de novas técnicas e sofisticadas invenções. O progresso, no plano material, está cada vez mais acentuado, sendo que o aspecto social é pouco lembrado.

É evidente que a tecnologia tem trazido conforto e tornado o homem pretensamente mais feliz, mas em compensação este mesmo homem tem se tornado um ser autômato. As inovações tecnológicas tem possibilitado que o mesmo saiba o que fazer e como realizar, mas em contrapartida, paralelamente a estas inovações, tem perdido referenciais que o coloca mais distante dos objetivos dessas ações.

A competitividade tem levado o ser humano ao esquecimento dos objetivos e valores de sua existência, pois tanto a ética, quanto as relações humanas tem perdido espaço numa sociedade tão feroz como a nossa. A sociedade exige que a escola atenda suas reais necessidades, preparando os alunos para uma cidadania

consciente e responsável, mas em contra partida a escola não consegue conceituar objetivos claros que levem o ato educativo para a transformação das atividades dentro da escola, se depara com diferentes realidades as quais procura unificá-las através de seus atos educativos, a fim de proporcionar um crescimento social que irá interagir entre a família, escola e sociedade. Bem como buscar uma formação continuada.

Frente ao exposto, para o professor atuar dentro do sistema escolar, não basta saber o conteúdo e preparar-se para apresentá-lo, é necessário que haja politicamente, sentido e significado consciente e crítico na ação da docência junto aos educandos, demonstrando assim um compromisso social e político. Como descrito nos PCNs "... é essencial investir na formação dos docentes, uma vez que as medidas sugeridas exigem mudanças na seleção, tratamento dos conteúdos e incorporação de instrumentos tecnológicos modernos...".

Para fazer ,com que toda a escola cresça no processo e tenha cada vez mais êxito e autonomia para formar integralmente os seus educandos é necessário que o professor forme uma atitude crítica em relação a esses objetivos. De forma a identificar aqueles que possibilitam a democratização e melhoria qualitativa do processo educativo desenvolvendo nos alunos, a capacidade crítica e criativa na produção de seus conhecimentos, pois os mesmos não têm expressado os interesses da população brasileira.

Pensamos que a escola deve propor uma metodologia que leve o aluno a raciocinar e refletir de maneira que se estenda a tudo que o envolva como um Ser dentro do grupo social, questionando criticamente e procurando os limites da razão humana. Reforçamos esta ideia com os PCNs, onde descreve que devemos preparar competências para que o aluno tenha:

"...capacidade de abstração, do desenvolvimento do pensamento sistêmico, o contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos, da criatividade, da curiosidade, da capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento divergente, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, do desenvolvimento para o pensamento crítico, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento".

Com estes preceitos, a escola poderá preparar os educandos para ter um projeto de vida, através da educação para participação e transformação da realidade que contestamos.

5 OBJETIVO GERAL DA ESCOLA

A escola tem o objetivo de buscar efeitos transformadores, geradores de novos conhecimentos, relacionados ao seu tempo e com geração de respostas dos problemas de seu meio, organizando o currículo de forma significativa para os educandos visando colaborar com a autonomia dos discentes. Além de formar educandos que se apropriem e recriem conhecimentos, estendendo-se e colocando-se a serviço da qualidade de vida.

5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Valorizar hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida;
- b. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões;
- c. Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e interações entre eles, contribuindo ativamente para melhoria do meio ambiente;
- d. Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética e inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca do conhecimento e no exercício da cidadania.

6 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proporcionar condições de desenvolver necessidades básicas da criança, oferecendo-lhe um clima de bem-estar, através de atividades lúdicas que permitam a curiosidade e espontaneidade, estimulando novas descobertas e assim contribuindo para o seu desenvolvimento global.

7 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo a Constituição federal, é garantido a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudanças de ideias e práticas, portanto, o Ministério da Educação apoia a implementação de uma nova prática social que viabilize escolas inclusivas que atendam a todos, independente das suas necessidades educacionais especiais, de forma a garantir a participação de todos.

Os alunos com necessidades especiais terão uma avaliação diferenciada e específica para cada caso com todos os profissionais envolvidos podendo esta ser através de notas, conceitos ou pareceres descritivos. A avaliação terá necessariamente de ser dinâmica, contínua, mapeando o processo de aprendizagem do educando em seus avanços, valorizando sempre suas capacidades.

8 AVALIAÇÃO

Após esses anos de trabalho com o projeto pedagógico verificamos a importância da escola se engajar como um todo em prol da educação. Verificou-se o quanto o trabalho da sala de recursos é importante principalmente dentro da nossa realidade, onde poucos alunos tem acesso a mais recursos. Lembramos, também, que esta área ainda está deixando a desejar, uma vez que os estudantes que são encaminhados para a sala fazem uma avaliação, mas quando precisam de um encaminhamento específico (neurologista, psicólogo) ficam em uma longa espera, o que pensamos prejudicar o trabalho.

Assim obteve-se experiências interessantes com os projetos desenvolvidos desde 2011, fazendo com que os alunos se envolvessem na escola: desde estudantes das séries iniciais até a oitava série. Dentre estes projetos salientamos o Programa Mais Educação, e os apoios de disciplinas (Matemática, Português, Ciências e séries iniciais) ministrados em turno inverso.

Estes colaboraram para uma participação ativa dos discentes nos dois turnos da escola. Em vários momentos cruzamos com estudantes à procura de atividades desenvolvidas em seus projetos, nas pesquisas e estudos realizados nas aulas de apoio e numa maior procura pelo uso da biblioteca, já que para permanência nos projetos é indispensável ter bom rendimento escolar e assiduidade.

Eles auxiliaram na diminuição de adolescentes e crianças circulando nas ruas e diminuíram com a evasão escolar, usuários de drogas (principalmente o crack), abuso sexual, assaltos e outros males que assolam nossa realidade. Por isso se faz necessário a permanência destes projetos e atividades de apoio não somente para o ano de 2015, como também, para os posteriores.

E assim se mantém importante não desconsiderar a importância dos docentes no processo educativo. Há outras utilizações de tecnologia na educação, mas nada substituirá o professor. Todos esses serão meios auxiliares para o educador. Mas, segundo Bicudo: “o professor incapaz de se utilizar desses meios, não terá espaço na educação. O professor que insistir no seu papel de fonte e transmissor de conhecimento está fadado a ser dispensado pelos alunos, pela escola e pela sociedade em geral (...) o professor deve ser formado para ter o compromisso de intervir na realidade e para ter autonomia intelectual para a escolha de metodologias, procedimentos didáticos e paradigmas científicos (Bicudo).”

ANEXO II

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
DESPORTO EMEF DR. MÁRIO MENEGHETTI
CÓDIGO DO INEP 43208274**

REGIMENTO ESCOLAR

**PELOTAS- RS
2020**

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome da escola

Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Mário Meneghetti

1.2 Endereço/ Bairro

Avenida Quatro, nº 575. Loteamento Getúlio Vargas. Bairro Três Vendas

1.3 Telefone da Escola 53 32737420

1.4 E-mail da escola escmariomeneghetti@gmail.com

1.5 Diretor(a): Bianca Aires da Silva

1.6 Vice-Diretor(a) e diretores de turno: Flávia Spadari

Selmo Darlana de Lima Dutra

Taís Angelo Louzada

Eliane Silveira dos

Santos

1.7 Coordenador(a) Pedagógico(a): Gabriele Galarça Gonçalves Tuchtenhagen

Sabrina Vieira Rocha e Vanessa da Vara da Silveira

1.8 Orientador(a) Educacional: Alini Cabreira Correa

Lidiane da Silva Pinheiro Monteiro

2 ATOS LEGAIS

Natureza do Ato Legal	Órgão Emissor	Número	Data
Decreto de Criação	Prefeitura Municipal de Pelotas	4.707	26/12/2004
Parecer de Autorização de Funcionamento da 5ª série do Ensino Fundamental e da Educação Infantil	Conselho Municipal de Educação	004	08/06/2005
Parecer de Autorização de Funcionamento de 1ª a 6ª série e progressivamente 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental	Conselho Municipal de Educação	008	21/12/2005

Parecer de Autorização de funcionamento de 1ª a 8ª etapa do ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos	Conselho Municipal de Educação	005	06/12/2012
--	--------------------------------	-----	------------

3. SUMÁRIO	
4. FILOSOFIA DA ESCOLA	06
4.1 Objetivo da Escola	07
5. ETAPAS DE ENSINO	07
5.1 Educação Infantil	07
5.2 Ensino Fundamental	07
6. MODALIDADES DE ENSINO	08
6.1 Educação de Jovens e Adultos	08
6.2 Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	09
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	09
7.1 Regime escolar	09
7.2 Regime de matrículas	10
7.3 Constituição das Turmas	10
7.4 Metodologia de Ensino	10
7.5 Avaliação	12
7.5.1 Avaliação Institucional	13

7.5.2 Avaliação da aprendizagem do aluno em cada uma das etapas e modalidades de ensino_	14
7.5.3 Avaliação Municipal	15

8. TERMINALIDADE ESPECÍFICA	15
9. RECUPERAÇÃO PARALELA	15
10 CONSELHO DE CLASSE	15
11. ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO	16
12. EXPRESSÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	17
13. EXPRESSÃO OS RESULTADOS DOS ALUNOS TRANSFERIDOS	18
14. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	18
15. CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS (LDB 9394/96)	18
15.1 Por Promoção	18
15.2 Por Avanço	18
15.3 Por Transferência	18
15.3.1 Independente de comprovação de escolaridade	19
15.3.2 Reclassificação	19
15.3.3 Aproveitamento de Estudos	19

15.3.4 Estudos de Adaptação Curricular_____	19
15.4 Progressão_____	19
16. CONTROLE DE FREQUÊNCIA_____	19
16.1 Estudos Compensatórios de Infrequência_____	20
17. DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR_____	20
18. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA_____	20
18.1 Equipe Diretiva_____	20
19. CONSELHO ESCOLAR_____	27
20. ORDENAMENTO DO SISTEMA ESCOLAR_____	27
20.1 Plano Global do Estabelecimento de Ensino_____	27
20.2 Planos de estudos_____	27
20.3 Programa de trabalho_____	27
20.4 Projeto Político Pedagógico_____	27
20.5 Calendário Escolar_____	27
20.6 Normas de Convivência_____	28
20.6.1 Do Corpo Docente_____	28
20.6.1.1 Dos Direitos_____	28
20.6.1.2 Dos Deveres_____	28

20.6.2.3 Das medidas administrativas_____	29
20.6.2 Do Corpo Discente_____	29
20.6.2.1 Dos Direitos_____	29
20.6.2.2 Dos Deveres_____	30
20.6.2.3 Das medidas pedagógicas_____	31
20.6.3 Dos funcionários_____	32
20.6.3.1 Dos Direitos e Deveres_____	32
21. DISPOSIÇÕES GERAIS_____	32

3 FILOSOFIA DA ESCOLA

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, arte e o saber.

Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Valorização do profissional da educação escolar.

Gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Garantia de padrão de qualidade. Valorização da experiência extraescolar.

Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A educação na Escola Municipal de Ensino Municipal Doutor Mário Meneghetti, da Educação Básica a Educação de Jovens e Adultos, considera o perfil dos alunos e sua faixa etária e propõe um modelo pedagógico que assegure, além do respeito à liberdade, apreço à tolerância:

Equidade: distribuição específica dos componentes curriculares, a fim de

propiciar um patamar igualitário de formação, restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades em face do direito à educação;

Diferença: identificação e reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos educandos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada um e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores.

Proporcionalidade: a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias dos educandos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem a identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

A produção de conhecimento e a aprendizagem permanente, ao longo da vida, constituem fatores essenciais na mudança educacional requerida pelas transformações globais e devem andar alicerçadas aos quatro pilares educativos do século XXI, segundo Dellors (2001, p. 85) “aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver”, constituem fatores estratégicos para a formação dos cidadãos.

De acordo com a BNCC (2017, pg. 12) “a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, ética, moral e simbólica”.

3.1 Objetivo da Escola

Organizar a escola como um espaço de cultura, que cultive o ser, o pensar e o agir, que reconstrói e transforma o pensar dos alunos, dos professores e dos funcionários, tornando-os seres responsáveis, críticos, autônomos e criativos, que estabeleçam metas e definam estratégias dentro de um processo coletivo e prazeroso, sem negligenciar o processo de inclusão social de alunos com deficiências, oportunizando espaço e atendimento especializado que valorizem as competências e habilidades individuais.

4 ETAPAS DE ENSINO

4.1 Educação Infantil

Na Educação Infantil a escola objetiva oportunizar ao aluno condições que favoreçam:

- a conquista da autonomia da criança;

- a socialização ao meio escolar e ao convívio com os colegas;
- uma educação centrada na criança, vista como indivíduo, mas fazendo parte de uma comunidade, que possuem direitos e deveres;
- uma educação dinâmica e ativa para a mudança social para a edificação de uma sociedade mais humana e popular;
- o espaço para o lúdico e a construção de conhecimento através do brincar e conviver;
- um ambiente físico e social onde a criança se sinta protegida e acolhida e ao mesmo tempo segura para arriscar e vencer desafios.

4.2 Ensino Fundamental

Tendo em vista que a escola conta com o Ensino Fundamental, em gradativo processo de inserção para que os adiantamentos contemplem a escola de tempo integral, o objetivo desta instituição é oportunizar aos alunos condições que favoreçam:.

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e cálculos;
- compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- a valorização, o respeito e o fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se apresenta a vida social.
-

5 MODALIDADES DE ENSINO

5.1 Educação de Jovens e Adultos

Na Educação de Jovens e Adultos - Etapas Iniciais e Finais, a escola objetiva:

- oportunizar aos educandos/adultos que não tiveram acesso e/ou não concluíram o Ensino Fundamental na idade adequada, visando que o ensino para estes educandos tenha uma estrutura pedagógica que leve em consideração as características, interesses, condições de vida e trabalho do cidadão;
- priorizar a formação integral voltada para o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas, para que todas possam enfrentar, no marco do desenvolvimento sustentável, às novas transformações científicas e tecnológicas e seu impacto na vida social e cultural;
- contribuir para a formação de cidadãos democráticos, mediante o ensino dos direitos humanos, o incentivo à participação social ativa e crítica, o estímulo à solução pacífica de conflitos e a erradicação dos preconceitos culturais e da discriminação, por meio de uma educação intercultural;
- promover a compreensão e a apropriação dos avanços científicos, tecnológicos e técnicos, no contexto de uma formação de qualidade, fundamentada em valores solidários e críticos, em face do consumismo e do individualismo;
- elaborar e implementar currículos flexíveis, diversificados e participativos, que sejam também definidos a partir das necessidades e dos interesses do grupo, de modo a levar em consideração sua realidade sociocultural, científica tecnológica e reconhecer seu saber;
- garantir a criação de uma cultura de questionamento nos espaços ou centros educacionais, contando com mecanismos de reconhecimento da validade da experiência;
- incentivar educadores e educandos a apropriarem-se de recursos de aprendizagem diversificados, entre eles a utilização dos meios de comunicação de massa na promoção da aprendizagem dos valores de justiça, solidariedade e tolerância, para que se desenvolva a autonomia intelectual e moral dos alunos envolvidos na EJA;
- oportunizar uma educação voltada para atender as necessidades e especificidades dos educandos, tornando o ensino atrativo e compensador aos mesmos.

5.2 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Educação Especial visa consolidar a construção e estruturação de um processo pedagógico plural e inclusivo, no sentido de assegurar o direito à diferença, respeitar os projetos individuais de existência, bem como atender e valorizar os distintos saberes e capacidades de cada um observando:

- reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender;
- adaptar-se a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos;
- incentivar a autonomia, a cooperação, e o espírito crítico e criativo dos alunos com deficiências;
- preparar o aluno para participar ativamente do mundo social, cultural, dos desportos, das artes e do trabalho;
- oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com orientações e aprovação da mantenedora, tendo em vista auxiliar o trabalho do professor, a integração do aluno na vida e na sociedade, propiciando condições adequadas a evolução do processo de desenvolvimento integral do aluno e, assim, adequando as necessidades educativas especiais do alunado, no que se referem a currículos adaptados, técnicas e materiais de ensino diferenciado, ambiente emocional e social da escola favorável à integração social do aluno.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Regime Escolar

A escola adota regime anual para a Educação Infantil (em dois níveis): Pré Nível 1 e Pré Nível 2. Para o Ensino Fundamental: Fase Anos Iniciais e Fase Anos Finais. O Ensino Fundamental Fase Anos Iniciais contemplará, gradativamente, o turno integral, atendendo a partir de 2020 as turmas de 1º, 2º e 3º anos, que será ministrado dentro dos 200 dias letivos, com carga horária de 9 horas diárias. O

Ensino Fundamental Fase Anos Finais são ministrados em períodos de 45 minutos e atendimento de 4 horas por turno, contemplando 200 dias letivos e 800 horas aula.

O Regime adotado será semestral para a Educação de Jovens e Adultos, que abrange a Educação Básica da seguinte forma: Etapa Inicial, sendo que E1, E2, E3 e E4 terá carga horária de 300 h e Etapa Final E5, E6, E7 e E8 terá carga horária de 400 h, conforme orientações da mantenedora. A organização das aulas em todas as etapas e modalidades, são ministradas em períodos de 45 minutos, totalizando o mínimo de 3 horas diárias para as primeiras etapas da Educação de Jovens e Adultos e 4 horas diárias para as demais etapas.

6.2 Regime de Matrículas

A matrícula vincula o aluno à escola. As normas gerais para matrícula atendem a legislação vigente e às orientações da mantenedora. A matrícula compreende:

- a admissão de alunos novos;
- a admissão por transferência;
- a admissão de alunos sem escolaridade regular de acordo com a Lei Nº 9.394/96, Art. 24, inciso II/C;
- o acesso legal na Educação de Jovens e Adultos ocorre a partir dos 15 anos. Para ingressar na EJA, o candidato que não apresentar documentação escolar adequada, a matrícula se dará através de aprovação de avaliação reclassificatória. Para o que tiver documentação, basta apresentação do histórico escolar que comprove o aproveitamento de estudos já realizados pelo mesmo.

A rematrícula, nas diversas modalidades, será feita de acordo com as orientações e normas da escola e mantenedora. A falta de algum dos documentos necessários a matrícula/rematrícula não implica na perda de vaga, competindo à Escola orientar as famílias sobre os procedimentos a serem adotados.

6.3 Constituição das Turmas

A organização das turmas é feita de acordo com a legislação vigente e orientação da mantenedora.

6.4 Metodologia de Ensino

A escola embasa sua metodologia de ensino, considerando os seguintes aspectos: As práticas pedagógicas na Educação Infantil visam promover, através da ludicidade, o pleno desenvolvimento da criança, favorecendo seu amadurecimento nos aspectos físico, psicológico, intelectual, afetivo, social e psicomotor;

As práticas pedagógicas, no 1º ano devem incentivar a ludicidade como processo que desencadeia experiências novas que são incorporadas as vivências do aluno. Devem favorecer a descoberta progressiva do aprender a usar múltiplas linguagens: gestual, corporal, plástica, oral, escrita, musical e, sobretudo, a do brincar; utilizar a leitura e a escrita em situações significativas, através do trabalho sistemático centrado tanto nos aspectos funcionais e textuais, quanto ao aprendizado dos aspectos gráficos da linguagem escrita e daqueles referentes ao sistema alfabético de representação.

As práticas pedagógicas, também, devem possibilitar a participação em jogos que envolvam regras e apropriação de conhecimentos, valores e práticas sociais construídas na cultura, ampliando a curiosidade, a construção, a análise de hipóteses e finalmente o conhecimento. Prática pedagógica ajustada ao tempo/espaço do educando, atendendo de forma significativa as expectativas, intenções e propósitos de aprendizagem dos alunos;

Professor reflexivo em sua ação pedagógica problematizando as ações de aprendizagem, oportunizando um aprender através do “fazer” e da interação entre teoria e prática, como instrumento para a transformação. Interação intensiva dentro da escola e com a comunidade imediata a ela; Oportunidade de círculos de interesses, revisando e modificando os métodos e técnicas de ensino; Interdisciplinaridade como forma de desenvolver processos de pensamento que possibilitem avanço qualitativo pressupondo relação de reciprocidade e mutualidade, atitude de abertura e engajamento no currículo escolar.

No desenvolvimento do trabalho pedagógico cabe ao educador fazer proposições, orientações e conduzir o processo de ensino e de aprendizagem, facilitando o acesso ao conhecimento, mediando a interação do aluno com a realidade e levando em consideração a complexidade progressiva dos conhecimentos e os diferentes níveis de desenvolvimento do educando no percurso

de cada etapa de ensino. Favorecimento da socialização e da produção coletiva, a partir das práticas interdisciplinares e da troca de experiências, considerando a pesquisa e a investigação entre os próprios educadores, e estes com os educandos. Possibilitar através da experiência a compreensão, a intervenção e a transformação da realidade social, valorizando os saberes cotidianos.

Na Educação de Jovens e Adultos presume-se encontros quinzenais com os professores, intencionando o esclarecimento de dúvidas em relação aos educandos. Aos objetos de conhecimento em desenvolvimento, trocas e provimentos de materiais pedagógicos, objetivando ampliar a responsabilidade em atender aos segmentos propostos por intermédio das metodologias ativas.

6.2 Avaliação

O propósito de uma avaliação educacional é fornecer subsídios, para que os responsáveis pela coordenação e desenvolvimento de ações educativas possam tomar decisões, que permitam o aperfeiçoamento de processos e condições de ensino. No processo de ensino e de aprendizagem a avaliação possui a finalidade de acompanhar o processo de construção coletiva e individual da aprendizagem, julgar e atribuir valor a aprendizagem significativa do aluno. Segundo VILLAS BOAS (2001, pg. 185), “é possível construir o entendimento de avaliação formativa como a que promove o desenvolvimento não só do aluno, mas também do professor e da escola”.

Por isso, abandona-se a avaliação unilateral pela qual o aluno é avaliado apenas pelo professor de forma classificatória, punitiva e excludente. A avaliação tem a função de possibilitar o acompanhamento dos avanços/dificuldades no processo de construção coletiva e individual, a fim de procurar soluções para as dificuldades e proporcionar aprendizagem, com isso, a avaliação formativa pressupõe relevar a significância na formação de sujeitos que, instrumentalizados culturalmente, tenham consciência de sua ação transformadora da realidade histórico-social.

A relação professor-aluno, tornando-a mais comunicativa, igualitária e dialogadora, democratizando realmente a convivência e utilizando informações e dados resultantes das avaliações para melhorar todos os elementos que intervêm no processo educativo. A construção de uma prática avaliativa democrática deve

estar fundamentada nos princípios da participação, da transparência, da cooperação, do respeito, da igualdade, da autonomia, da emancipação e da inclusão.

Segundo LUCKESI (2011), o ato de aprendizagem na escola é um meio de tornar os atos de ensinar e aprender produtivos e satisfatórios. Sendo assim, CAMPOS (2017) coloca que não podemos desvincular a avaliação do aluno do processo de ensino do professor. Isso não quer dizer que se o aluno não aprendeu, o professor não ensinou adequadamente. O processo de ensino-aprendizagem é muito mais complexo do que isso. A avaliação como instrumento a serviço da aprendizagem do aluno deve contribuir para análise e para a decisão de quais ações pedagógicas deverão ser tomadas durante o processo de ensino.

Quando detectado durante o processo de ensino que alguns alunos não conseguiram atingir os objetivos propostos, é o momento de redirecionar as ações pedagógicas para que as metas de aprendizagem sejam atingidas. Por outro lado, também é importante que desenvolva-se no discente a habilidade de se autoavaliar, para que dessa forma possam apropriar-se dos recursos internos que utilizam e, assim, sejam capazes de estabelecer ações que favoreçam a autorregulação da própria aprendizagem. LUCKESI (2011), reforça que a prática da avaliação da aprendizagem deve apontar para a busca do melhor de todos os educandos, pois isso é diagnóstica e não estaciona na constatação.

Nesse sentido, a escola busca visualizar a avaliação como um todo, englobando o processo, (antes, durante e depois) procurando entender o aluno integralmente, seu aspecto cognitivo e emocional, e suas pré-concepções sobre os objetos de conhecimento. Para com base nestes dados, procurar elaborar estratégias pedagógicas que venham ao encontro com a situação.

Assim para que posteriormente estabelecer mecanismos para visualizar em conjunto com os alunos, o que foi assimilado, para podermos realizar os devidos feedback, em um primeiro momento em grupo e, posteriormente, de maneira individualizada de acordo com a necessidade. Neste processo entende-se que a aprendizagem terá um objetivo de superação e compreensão dos objetos de conhecimento e, portanto, far-se-á de forma gradativa, processual, conceitual e individualizada dentro das dificuldades e avanços diários de cada um.

6.2.1 Avaliação Institucional

A avaliação Institucional é entendida como um processo da Instituição Escolar em sua totalidade, favorecendo assim seu autoconhecimento na gestão democrática. O Projeto Político Pedagógico, identidade, missão e objetivos da escola para a melhoria do ensino em todos os aspectos, oportunizando a escola como espaço de produção e socialização do conhecimento e das relações.

Conforme diz LIBANEO (2004, p.235), a Avaliação diz respeito a “um conjunto de ações voltadas para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma pessoa tentando emitir um juízo de valor”. Nesse aspecto, a Avaliação propõe a coleta de informações, tendo diversos e diferentes meios de verificação dos aspectos avaliados para, com base nos juízos de valor, tomar decisões.

Este processo entendido pela escola como um processo contínuo de aperfeiçoamento e melhorias que devem ser utilizados para proporcionar um diagnóstico crítico do desempenho como instituição de ensino e como membro ativo da sociedade democrática. A avaliação deve servir como ferramenta de gestão para direcionar as práticas educativas na escola, buscando reflexões sobre a efetiva consolidação da identidade da escola. A escola, que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo, mas o que fica de importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. E assim, todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromissos com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade.

Para FERNANDES (2002, p.140) a Avaliação Institucional é, portanto, “um processo complexo e não há, pronto para o consumo, um modelo ideal e único para as escolas, ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária”. A avaliação Institucional se dará em duas etapas. A primeira ocorrerá no primeiro sábado letivo do ano, com a participação da comunidade escolar, onde serão analisados o que temos e o que queremos em relação a estrutura física e pedagógica da escola, a fim de criar um plano de ação anual. A segunda etapa, acontecerá no primeiro sábado letivo, após o recesso, com vistas a analisar o que foi realizado do plano de ação e reorganizar intervenção para o

segundo semestre.

6.2.2 Avaliação da Aprendizagem do aluno em cada uma das Etapas e Modalidades de Ensino.

No processo de ensino e de aprendizagem, a avaliação deve estar vinculada a um projeto educativo amplo, envolvendo professores, alunos, pais e representantes da comunidade. O princípio básico da avaliação é o alcance dos objetivos, que correspondem aos interesses e necessidades dos alunos, possibilitando o acesso aos conhecimentos necessários à formação de uma consciência crítica.

A avaliação baseia-se na construção de objetivos individuais para os alunos a partir de um olhar integral. Assim, ao longo do ano letivo, observa-se a evolução dos discentes com relação ao objetivo inicial. Esta se dará de forma gradativa considerando o contexto, evolução, interesse e responsabilidade dos educandos. Dentro da avaliação o aspecto qualitativo sobrepõe-se aos quantitativos.

Para efetivar-se a transformação da teoria em prática, nossas metas prioritárias de ação são:

- priorizar a compreensão;
- considerar a avaliação como um meio e não o fim em si mesma, estando a serviço da pedagogia, como mecanismo de transformação social;
- perceber a avaliação como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem e diz respeito ao aluno, ao professor e ao sistema escolar;
- avaliar todo o processo de produção do aluno.

6.2.3 Avaliação Municipal

Esta escola participa deste processo, cujos resultados definem o diagnóstico de cada turma e de cada aluno. A partir deste diagnóstico, os docentes devem adotar formas de trabalho, metodologias e estratégias capazes de proporcionar mais interesse nos estudantes para estimular a aprendizagem. A Avaliação Municipal poderá ser utilizada por esta instituição, de acordo com a autonomia de cada docente, como instrumento avaliativo dentro do trimestre.

7 TERMINALIDADE ESPECÍFICA

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, Inciso II do Artigo 59, Resolução CNE/CEB 02/01, Artigo 16 e Parecer do Conselho Nacional de Educação 17/01, é prevista a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

8 RECUPERAÇÃO PARALELA

A Recuperação Paralela é realizada dentro dos dias letivos e para todos os alunos, como parte do trabalho diário. Desenvolvido de forma a diagnosticar, acompanhar, monitorar e retrabalhar conceitos e objetos de conhecimento que, por ventura, ainda não estejam adquiridos pelo aluno, alcançando indicadores satisfatórios de avaliação. Para isso, serão ofertados diferentes mecanismos e dispositivos de avaliação realizadas de forma simultânea, isto é, no decorrer do período letivo, durante o horário regular das aulas, com vistas a contemplar os diferentes sujeitos e as diferentes características, buscando o aprendizado do aluno a partir de sua integralidade, podendo alterar a nota do aluno.

9 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe visa apreciar o rendimento do aluno, de forma participativa, em consonância com os objetivos dos componentes curriculares e os objetivos educacionais da escola. O conselho acontecerá fora do cômputo dos 200 dias letivos e 800h e ocorrerá antes dos Estudos de Recuperação. Ele é organizado pelo Coordenador Pedagógico, acompanhado do Diretor/Vice e/ou Diretor de Turno e Orientador Educacional.

As reuniões do Conselho de Classe ocorrem trimestralmente para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, e semestralmente, em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, podendo ocorrer extraordinariamente, sempre que for necessário. As reuniões do Conselho de Classe são registradas em atas lavradas pelo secretário da escola e assinadas por todos os presentes. Os professores das turmas são convocados para participar da reunião do Conselho.

Integram o Conselho de Classe:

- a) o diretor da escola ou seu representante;
- b) o coordenador pedagógico;
- c) o orientador educacional;
- d) os professores da turma avaliada;
- e) o aluno representante da turma.

Compete ao Conselho de Classe:

- a) traçar o perfil claro e preciso da turma como um todo e de cada aluno em particular, quando necessário;
- b) debater o aproveitamento individual do aluno, analisando seu rendimento, suas possibilidades e limitações/dificuldades, emitindo recomendações;
- c) solicitar a tomada de decisões, visando ao atendimento das necessidades da turma e de cada aluno;
- d) sugerir ao professor, alternativas de atuação considerando a realidade da turma e de cada aluno, tendo em vista um contínuo reajustamento de seu plano de trabalho;
- e) interpretar e registrar sistematicamente os dados computados;
- f) oportunizar condições de autoavaliação do professor em sua prática pedagógica;
- g) opinar nos casos de reprovação final, em apenas um componente curricular, depois de esgotados todos os recursos de recuperação da aprendizagem do aluno.

10 ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

Os Estudos de Recuperação deve ser propiciado a todos os discentes, fora dos 200 dias letivos e 800 horas, em, no máximo, dois dias, ao final de cada trimestre. Os resultados destes Estudos serão considerados quando forem superiores aos resultados anteriores.

O professor regente da turma e/ou componente curricular é o responsável pelo planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação das atividades de Recuperação, não podendo delegar estas atribuições, salvo nos casos de licenças legalmente previstas. Na Educação de Jovens e Adultos os Estudos de Recuperação são oferecidos fora dos dias letivos ao final de cada semestre, em, no

máximo, dois dias, realizados de acordo com as especificidades de cada aluno.

11 EXPRESSÃO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Na Educação Infantil, a avaliação é voltada para o acompanhamento do desenvolvimento da criança em seu processo de integração social e seu desenvolvimento cognitivo e motor. É expressa através de parecer descritivo, progredindo automaticamente o aluno. No 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental a avaliação é expressa através de parecer descritivo nos três trimestres, progredindo automaticamente o aluno.

Nos demais anos do Ensino Fundamental, a expressão dos resultados da avaliação dar-se à numa escala de zero a cem, considerando-se o primeiro dígito decimal. Tendo cada trimestre, do ano, o peso diferenciado: primeiro trimestre - peso 30 Segundo trimestre - peso 30 e terceiro trimestre - peso 40. O aluno deverá atingir no mínimo 60% deste total para ser aprovado, com frequência igual ou superior a 75%. Durante todo o ano letivo serão realizadas reuniões nas quais os responsáveis pelos alunos recebem, oficialmente, a comunicação dos resultados de sua avaliação trimestralmente e ao final do ano letivo.

Nas Etapas Iniciais E1 e E2 da EJA, a avaliação é expressa através de um parecer descritivo individual, progredindo automaticamente o aluno. Da E3 à E8 Etapa da EJA, a avaliação é expressa através de nota individual do aluno; Para complementar acompanha um parecer do aproveitamento individual do mesmo, o parecer não possui a função classificatória e tem como objetivo ressaltar as habilidades desenvolvidas pelo aluno e identificar as necessidades de intervenção não apontadas pelas demais avaliações. Cabe ressaltar que esta avaliação dar-se-á por pontos: 100 pontos no semestre.

A avaliação do aluno que apresenta deficiência deve ser processual, valorizando prioritariamente seu fazer cotidiano. A expressão dos resultados desta, será exclusivamente por parecer descritivo desde que tenha o respaldo da professora de AEE da sala de recursos, Orientadora Educacional e Coordenadora Pedagógica da escola.

12 EXPRESSÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE ALUNOS TRANSFERIDOS

A escola, ao receber o estudante oriundo de outro estabelecimento de ensino que adote expressão de resultados diferente do adotado nesta escola, registra com fidelidade os resultados trazidos pelo estudante. Neste caso, a escola deve realizar avaliações para considerar apenas os resultados que o estudante obtiver na própria escola, a partir da transferência, de forma que não haja prejuízo ao estudante.

Se a organização curricular não difere entre as escolas, no que diz respeito à expressão dos resultados, a instituição deverá considerá-los desde que não haja prejuízo ao educando. Diante de expressões insatisfatórias, a escola deve realizar avaliações de recuperação para alteração de notas ou, ainda, considerar apenas os resultados obtidos na escola a partir da transferência. Caso o estudante não traga nenhuma expressão de resultado, a escola realiza avaliações correspondentes ao trimestre em que o estudante ingressou na escola, a partir da transferência.

13 COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Os responsáveis pelos alunos recebem a comunicação dos resultados de sua avaliação, através de boletins ou pareceres descritivos, trimestralmente e, ao final do ano letivo, através de reunião realizada juntos aos professores das turmas e da coordenação, registrada em ata.

14 CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS (LDB 9394/96)

O aluno é classificado em qualquer ano, do Ensino Fundamental, por promoção, avanço e transferência, considerando os seguintes aspectos.

a. Por promoção

Para alunos que cursaram com aproveitamento o ano anterior, na própria escola.

b. Por avanço

Para os alunos que mediante avaliação pedagógica estiverem aptos a avançar para o ano ou etapa seguinte, de acordo com a legislação vigente e aprovação da mantenedora.

c. Por transferência

A transferência escolar é concedida em qualquer época do ano por solicitação do responsável ou pelo próprio aluno, se maior de idade, mediante atestado de vaga. Ao conceder transferência a escola fornecerá toda a documentação prevista na legislação vigente.

i. Independente de Comprovação de escolaridade

Para alunos oriundos de outra escola, independente da escolarização anterior, à escola cabe classificar, mediante avaliação o ano que deverá cursar, conforme Lei Nº 9394/96, Art. 24, inciso II/C.

ii. Reclassificação

A escola adota a reclassificação, quando necessário, para situar o aluno, oriundo de organização escolar diferente, no ano ou etapa, adequado ao seu nível/estágio de desenvolvimento e as suas possibilidades de crescimento, mediante verificação de aprendizagem.

iii. Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos é o reconhecimento dos estudos concluídos com êxito, pelo aluno em outros estabelecimentos de ensino, considerando as especificidades citadas no item 13.

iv. Estudos de Adaptação Curricular

A adaptação é oferecido ao aluno matriculado por transferência a fim de situá-lo ao nível dos objetivos e objetos de conhecimento da escola, naquele ano ou etapa.

A adaptação inclui a recuperação de objetos de conhecimento e componentes curriculares não atingidos ou cursados.

O processo de adaptação é orientado pelo Coordenador Pedagógico, a quem compete assessorar aos professores na preparação de planos, aprovar e acompanhar a execução dos mesmos.

As adaptações são realizadas através de tarefas individuais, estudos em grupos; adaptação, quando necessária, é realizada em turno inverso.

d. Por progressão

A escola mesmo não oferecendo a progressão, recebe alunos oriundos de

escolas que oferecem, matriculando o aluno no ano correspondente, ofertando os componentes curriculares pendentes, em turno inverso, com professores da escola.

15 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A frequência das aulas é obrigatória, sendo exigida para aprovação, da Educação Infantil, 60% de assiduidade e das demais etapas e modalidades 75% de assiduidade do total de horas letivas, conforme legislação vigente. O professor deve encaminhar ao Orientador Educacional da escola sempre que um educando tiver 05 (cinco) faltas consecutivas ou 20% de ausências injustificadas mensais.

O aluno pode ser dispensado da frequência às aulas e atividades escolares de acordo com dispositivos legais e amparos médicos. Em se tratando de dispensa das atividades da prática da Educação Física, o professor do Componente Curricular deverá utilizar outro instrumento para avaliar e assegurar a frequência necessária para a aprovação.

Os alunos infrequentes, quando amparados pela legislação específica vigente, recebem atendimento especial. Os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, serão comunicados ao Conselho Tutelar pela direção da escola através da ficha FICAI, conforme parecer 04/2015 MP.

a. Estudos Compensatórios de Infrequência

Ao aluno que não alcançar o mínimo de frequência obrigatória, a escola oferecerá atividades compensatórias de infrequência através de aulas presenciais e trabalhos pedagógicos em turno inverso, conforme legislação vigente. As atividades acima referidas têm a finalidade de compensar estudos dos quais o aluno não tenha participado em razão de sua infrequência, sendo realizados durante a vigência do ano letivo com registro e controle em documento específico.

16 DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Os certificados, históricos escolares emitidos em duas vias e declarações de conclusão de ano ou etapa são expedidos pela escola, em conformidade com a legislação vigente, sendo que os históricos serão expedidos somente após

recebimento do atestado escolar, comprovando que o aluno obteve vaga em outro estabelecimento de ensino. A Educação Infantil também fornecerá guia de transferência, histórico escolar e certificação.

17 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

a. Equipe Diretiva

A equipe diretiva é constituída pelo Diretor Geral, pelo Vice-diretor, pelos diretores de turno, pela coordenação pedagógica geral, de área, de currículo e da EJA.

1. DIRETOR GERAL DE UNIDADE ESCOLAR

1.1. Garantir, junto aos demais membros da equipe, a articulação entre propostas curriculares, metas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

1.2. Gerenciar a unidade escolar em consonância com a legislação vigente e com os princípios e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

1.3. Planejar, organizar e coordenar a execução dos programas e projetos de ensino e os serviços administrativos, viabilizando o melhor desempenho das atividades docentes e discentes, bem como o atendimento à comunidade escolar.

1.4. Promover a valorização do ambiente escolar como espaço social de convivência ética, integrando a equipe escolar com os educandos e seus familiares, tendo em vista a ampliação de seus conhecimentos e de sua consciência cidadã.

1.5. Garantir, no âmbito escolar, os princípios democráticos e participativos, de modo a envolver toda a comunidade escolar na proposição de objetivos e ações para o Projeto Político Pedagógico.

1.6. Organizar ações pedagógicas e administrativas, definir horários e distribuir tarefas e demandas de trabalho, de acordo com as especificidades de cada integrante da equipe escolar.

1.7. Contribuir e incentivar formações destinadas aos professores e funcionários.

1.8. Articular e garantir o fluxo de comunicação dentre os vários segmentos da unidade escolar.

1.9. Promover canais de comunicação para garantir o fluxo de informações entre a Secretaria Municipal de Educação e Desporto e a unidade escolar.

1.10. Responsabilizar-se pelo preenchimento de dados dos programas sistêmicos, tratando-os com precisão nas informações, principalmente nos processos de matrícula, Censo Escolar, dentre outros.

1.11. Planejar, organizar e coordenar, em conjunto com os demais membros da equipe diretiva, as reuniões pedagógicas e os horários de trabalho pedagógico coletivo, utilizando estratégias formativas que promovam reflexões e transposições teóricas para a prática docente.

1.12. Acompanhar a ação docente, a execução do Projeto Político Pedagógico e os índices ou indicadores das aprendizagens dos educandos para a ampliação de saberes e competências.

1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento do calendário escolar e pelo horário de funcionamento da escola, garantindo a carga horária e os dias letivos exigidos por lei, com a divulgação de tais informações às famílias.

1.14. Coordenar, acompanhar e garantir a organização pedagógica e administrativa da unidade escolar, a fim de manter ordenada e atualizada a documentação e os registros necessários definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

1.15. Atender as solicitações da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, através de seus vários setores, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos definidos para entrega de documentos, relatórios, avaliações e outros.

1.16. Participar de reuniões e atividades definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

1.17. Zelar pela integridade física e mental dos educandos, durante a permanência na escola, e tomar as providências cabíveis nos casos de emergência e urgência.

1.18. Integrar o Conselho Escolar, como membro nato, e incentivar a participação efetiva da comunidade.

1.19. Zelar pelo prédio da unidade escolar, seus equipamentos e materiais, através da utilização e manutenção adequada das verbas recebidas, ou tomar as providências, junto aos órgãos competentes, sempre que necessário, solicitando serviços de manutenção, readequação, reformas, ampliações, aquisições e reabastecimento.

1.20. Apurar e providenciar encaminhamentos necessários relativos a quaisquer falhas ou irregularidades da atuação profissional daqueles que compõem a equipe escolar.

1.21. Contribuir com o Conselho Escolar, com indicações para a aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, assim como reformas e reorganização dos espaços escolares, para melhorar a qualidade do atendimento aos educandos.

1.22. Manter-se atualizado em relação às legislações específicas que regulamentam a educação nas diferentes esferas, bem como desenvolver ações no sentido de garantir a implementação destas.

1.23. Realizar outras demandas que se vinculam à gestão escolar, resultantes de avanços e aprimoramentos dos objetivos, diretrizes e metas definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto, bem como da legislação que regulamenta a educação.

1.24. Elaborar conjuntamente com o Conselho Escolar os Planos de Aplicação Financeira, a respectiva prestação de contas e submetê-los à apreciação da comunidade escolar.

1.25. Coordenar e supervisionar os serviços da secretaria escolar.

1.26. Acompanhar e atuar em planos de trabalho estabelecidos pela equipe escolar,

que visem à garantia da frequência dos educandos.

1.27. Desenvolver outras atividades correlatas a função.

2. VICE-DIRETOR E DIRETOR DE TURNO

2.1. Substituir o diretor escolar, em sua ausência e impedimentos, respondendo pela direção da unidade escolar.

2.2. Assessorar o diretor escolar no desempenho das atribuições que lhe são próprias.

2.3. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico e demais documentações pertinentes a escola.

2.4. Coordenar as atividades relativas à manutenção e conservação do prédio escolar, mobiliário e equipamentos da unidade escolar.

2.5. Desenvolver estratégias que contribuam para o desenvolvimento do educando, em conjunto com a equipe escolar.

2.6. Atuar no atendimento e orientações às famílias, pautadas nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Secretaria de Educação e Desporto.

2.7. Atuar na equipe escolar, desenvolvendo estratégias que contribuam para a participação e envolvimento da comunidade com o Projeto Político Pedagógico e demais ações da unidade escolar.

2.8. Acompanhar e atuar em planos de trabalho estabelecidos pela equipe escolar, que visem à garantia da frequência dos educandos.

2.9. Articular e garantir o fluxo de comunicação dentre os vários segmentos da unidade escolar.

2.10. Contribuir com o Conselho Escolar, com indicações para a aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, assim como reformas e reorganização dos

espaços escolares, para melhorar a qualidade do atendimento aos educandos.

2.11. Desenvolver outras atividades correlatas a função.

3. COORDENADOR PEDAGÓGICO

3.1. Propiciar, em conjunto com os demais componentes da equipe diretiva, a articulação entre proposta curricular, metas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, com base nos princípios e diretrizes para a educação, avanços da qualidade da educação municipal e o sucesso da aprendizagem dos educandos.

3.2. Promover a valorização do ambiente escolar como espaço social de convivência ética, integrando a equipe escolar com os educandos e seus familiares, tendo em vista a ampliação de seus conhecimentos e de sua consciência cidadã.

3.3. Compor com o diretor escolar e demais membros, a equipe diretiva, com vistas ao planejamento e a organização das ações pedagógicas, subsidiando os professores na execução dos programas e projetos de ensino, objetivando o melhor desempenho das atividades docentes e discentes.

3.4. Orientar a equipe diretiva para elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico.

3.5. Organizar ações pedagógicas e demandas de trabalho, de acordo com as especificidades estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico e pelo Regimento Escolar.

3.6. Planejar, organizar e coordenar em conjunto com os demais membros da equipe diretiva, as reuniões pedagógicas e o horário de trabalho pedagógico coletivo, utilizando estratégias formativas que promovam reflexões e transposições teóricas para a prática docente.

3.7. Acompanhar a ação docente, a execução do Projeto Político Pedagógico e os índices ou indicadores das aprendizagens dos educandos, com vistas à ampliação de saberes e competências, propondo aos professores estratégias avaliativas e o planejamento das ações pedagógicas.

3.8. Desenvolver estratégias e produzir subsídios pedagógicos para qualificar a ação docente, identificando necessidades de aperfeiçoamento teórico, didático e metodológico do professor.

3.9. Realizar leitura devolutiva e acompanhamento dos instrumentos metodológicos dos professores orientando-os individualmente, sempre que necessário.

3.10. Discutir com os demais membros da equipe diretiva, eventuais dificuldades decorrentes da coordenação pedagógica da unidade escolar na busca de superação das mesmas.

3.11. Coordenar a equipe escolar na reflexão e organização de espaços e materiais coletivos, visando a melhoria do trabalho pedagógico e da autonomia dos educandos.

3.12. Apoiar o professor no atendimento e orientação às famílias quanto às questões relativas ao trabalho pedagógico da unidade escolar.

3.13. Contribuir com o Conselho Escolar, com indicações para a aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos, assim como reformas e reorganização dos espaços escolares, para melhorar a qualidade do atendimento aos educandos.

3.14. Participar de reuniões com os diversos setores e equipes da Secretaria Municipal de Educação e Desporto para planejar e avaliar ações pedagógicas.

3.15. Organizar os Conselhos de Classe, em parceria com o Orientador Educacional, verificando as dificuldades de aprendizagem de cada aluno e da turma em geral, traçando estratégia de ação para melhoria de resultados.

3.16. Acompanhar estágios no campo de supervisão de escolar.

3.17. Traçar as diretrizes e metas prioritárias a serem atingidas no processo de ensino, considerando a realidade educacional da rede, a partir da análise dos indicadores educacionais, face aos recursos disponíveis e de acordo com as

diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

3.18. Promover uma ação pedagógica que garanta a inclusão e a permanência de alunos com deficiência na escola e desenvolvimento de sua cidadania.

3.19. Buscar meios para que ocorra a inclusão social e educacional (docentes e discentes com deficiência).

3.20. Desenvolver outras atividades correlatas a função.

4. ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA ESCOLA

4.1. Coordenar a orientação educacional em parceria com os segmentos existentes na escola.

4.2. Mobilizar a escola, a família e a comunidade, visando a melhoria do desempenho dos alunos.

4.3. Proporcionar subsídios e atualização sobre o contexto em que as crianças vivem, dando suporte para os professores e funcionários, de forma ética e humanizadora, sempre que se fizer necessário.

4.4. Proporcionar encontros, cursos, palestras e outros para as famílias dos alunos.

4.5. Orientar a ação dos professores em assuntos relativos à área da orientação educacional, com vistas à melhoria do processo de desenvolvimento do aluno, com atenção especial aos deficientes e sobre o currículo escolar destes.

4.6. Estimular o acompanhamento e encaminhamento do aluno junto aos segmentos da escola.

4.7. Integrar os diferentes saberes dos profissionais que atuam na escola para que a ação pedagógica seja interdisciplinar e inclusiva.

4.8. Trabalhar utilizando-se de dinâmicas que minimizem problemas emocional e relacional, que interferem no processo de aprendizagem.

4.9. Orientar e informar aos docentes e equipe diretiva sobre o aluno com deficiência e que apresentem problemas emocionais e doenças mentais, para facilitar o fazer pedagógico diferenciado.

4.10. Organizar os Conselhos de Classe, em parceria com o Coordenador Pedagógico, verificando as dificuldades de aprendizagem e relacionamento do aluno, para auxílio posterior e possíveis encaminhamentos.

4.11. Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

4.12. Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

4.13. Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos.

4.14. Participar no processo de integração escola-família-comunidade.

4.15. Desenvolver outras atividades correlatas a função.

18 CONSELHO ESCOLAR

A estrutura, a composição e as competências do Conselho Escolar são as definidas em Lei Vigente – Lei Nº 5.091/2004 e o Estatuto do Conselho Escolar.

19 ORDENAMENTO DO SISTEMA ESCOLAR

a. Plano Global do Estabelecimento de Ensino

O Plano Global da escola é elaborado anualmente com a colaboração de toda comunidade escolar visando contemplar as necessidades e desejos do grupo. Nele consta o calendário escolar, cumprindo os duzentos dias letivos, as oitocentas horas e as atividades previstas para o ano letivo. Cabe ressaltar que na Educação de Jovens e Adultos cumprem-se 100 dias letivos por semestre.

A) Planos de estudos

Os Planos de Estudos são elaborados coletivamente sob a coordenação da Direção e Coordenação Pedagógica, com ciência da mantenedora, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular Gaúcho e Documento Orientador Municipal.

B) Programas de trabalho

Os Programas de Trabalho dos professores são elaborados em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola e das determinações legais vigentes.

C) Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é elaborado em consonância com os princípios norteadores da legislação vigente, com a participação da comunidade escolar, aprovada pelo Conselho Escolar e a mantenedora.

D) Calendário escolar

Anualmente a escola elabora o seu Calendário Escolar em conformidade com as disposições legais e normas da mantenedora.

O Calendário Escolar é organizado pela equipe diretiva, com professores e funcionários.

O Calendário Escolar é elaborado pela Coordenação Pedagógica, depois de submetido à aprovação do Conselho Escolar e encaminhado à mantenedora.

C) Normas de convivência

Do corpo docente

Todos os professores que trabalham na escola usufruem os direitos e estão sujeitos à legislação vigente e as prescrições deste Regimento.

1. Dos Direitos

São direitos do professor:

a. vivenciar um clima favorável ao amadurecimento ou crescimento profissional, dentro dos princípios filosóficos e pedagógicos contidos na proposta pedagógica da escola;

b. apresentar sugestões ou propostas sobre aspectos

pedagógicos e administrativos, que visem ao aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem;

- c. utilizar os recursos físicos e materiais disponíveis na escola para o desempenho de sua atividade docente;
- d. ser orientado e assistido pela Direção, pela Coordenação Pedagógica e pelo Serviço de Orientação Educacional;
- e. ser respeitado e prestigiado no desempenho de suas funções;
- f. participar da Avaliação Global da escola.

2. Dos Deveres

São deveres do professor:

- a. planejar, executar e controlar a programação pela qual é responsável a partir do Plano Global da escola, adequando o ensino ao nível da classe e em função dos objetivos;
- b. proporcionar situações concretas de aprendizagem;
- c. preparar os objetos de conhecimento atualizados e ricos de informações com elementos essenciais e significativos;
- d. comunicar à direção quando, por necessidade, precisar retirar-se da escola antes do término de suas atividades;
- e. ser assíduo, pontual, ocupando integralmente o tempo destinado às aulas, influenciando positivamente seus alunos;
- f. promover um ambiente de diálogo em sala de aula visando dirimir conflitos, encaminhando para direção apenas casos que necessitem de acompanhamento posterior;
- g. comunicar à Direção, sempre que possível em tempo hábil, o seu não comparecimento;
- h. colaborar na disciplina geral da escola;

- i. zelar pelo patrimônio da escola;
- j. manter atualizados os diários de classe com anotações referentes à frequência dos alunos, aos objetos de conhecimento desenvolvidos e aos índices de avaliação encerrando-os devidamente e deixando-os sempre na escola;
- k. manter-se constantemente atualizado com vistas ao exercício de sua profissão;
- l. comparecer a reuniões e solenidades sempre que for convocado;
- m. respeitar a autoridade hierárquica e manter uma atitude cordial com a Direção, colegas e funcionários da escola;
- n. conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Regimento.

É vedado ao professor:

- o. entrar com atraso em classe ou dela sair antes do tempo devido, sem justificativa;
- p. servir-se de sua posição dentro da escola para manifestações políticas, partidárias ou incentivar ideias que contrariem a Filosofia da Escola, provocando nos alunos atitudes de indisciplina ou agitação;
- q. aplicar aos alunos regras que não sejam de sua atribuição.
- r. divulgar impressos com o nome da escola sem autorização da Direção;
- s. fumar nas dependências da escola.

3. Das medidas administrativas

Não havendo o cumprimento dos deveres serão aplicadas as seguintes medidas respectivamente:

- a. advertência por escrito;

b. após três advertências será feito registro em ata.

II. Do Corpo Docente

4. Dos Direitos

Todo o aluno tem direito a receber, em igualdade de condições, os benefícios de caráter educativo que a escola proporciona e integrar-se num ambiente que possibilite o seu crescimento como pessoa.

Constituem ainda direitos do aluno:

a. conhecer o presente Regimento e solicitar esclarecimento sobre o mesmo;

b. ser respeitado em sua individualidade;

c. estabelecer um diálogo franco e aberto com professores e direção para possíveis esclarecimentos e enriquecimento mútuos;

d. expor as dificuldades encontradas nos trabalhos escolares, solicitando ajuda e orientação;

e. comunicar a escola, preferencialmente, dentro do prazo de três (3) dias de antecedência, sua impossibilidade de comparecer às aulas, para que sejam tomadas as providências necessárias;

f. participar do conselho de classe ou fazer-se representar, quando necessário, pelo representante da turma;

g. expor suas sugestões a direção e professores, para melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;

h. solicitar esclarecimento ou contestar resultados de seu aproveitamento até cinco (5) dias úteis após a entrega do boletim;

i. justificar suas faltas dentro do prazo estabelecido pela escola;

j. participar da avaliação global da escola.

5 Dos deveres

O aluno, uma vez matriculado, assume o dever de observar as disposições do regimento da escola e legislação de ensino.

São deveres do aluno:

- k. frequentar com assiduidade, pontualidade e interesse as aulas e demais atividades escolares;
- l. comparecer, sempre que solicitado nas reuniões do Conselho de Classe, escolha de representantes de turma;
- m. zelar pela manutenção do prédio, mobiliário, utensílios e aparelhos e/ou equipamentos existentes na escola;
- n. cooperar com a manutenção do asseio e higiene do ambiente;
- o. respeitar todos os colegas e, inclusive, representantes de turma;
- p. tratar com cordialidade, respeito e companheirismo a Direção, Professores, Funcionários e colegas;
- q. conhecer e cumprir as disposições deste Regimento;
- r. não provocar nem incitar manifestações de indisciplina.

É vedado ao aluno:

- s. entrar em sala de aula, passada a tolerância de 10 minutos do início das atividades escolares. Caso o aluno tenha justificativa e esteja acompanhado de um responsável, ambos serão encaminhados para Direção que fará o registro e acompanhará o aluno até a sala de aula. Salvo essa situação o responsável será notificado pelo atraso. O mesmo ocorrerá se o estudante, dela sair, sem permissão do professor;
- t. ausentar-se da escola sem a devida permissão da Direção, mediante autorização dos responsáveis, por escrito;
- u. ocupar-se durante a aula de qualquer outra atividade estranha à mesma;
- v. divulgar impressos com o nome da escola sem autorização da Direção;
- w. praticar dentro da escola atos ofensivos aos demais integrantes da comunidade escolar;
- x. desrespeitar as instruções disciplinares e deixar de cumprir seus encargos

escolares;

y. portar qualquer tipo de arma no recinto escolar ou objetos considerados perigosos;

z. permanecer fora dos espaços de formação durante as atividades desenvolvidas pelos professores;

aa. ficar disperso pelos corredores ou outros espaços da escola enquanto a aula está sendo desenvolvida pelos professores;

bb. praticar jogos de azar, ingerir e/ou distribuir substâncias tóxicas ou bebidas alcoólicas dentro do recinto escolar;

cc. fumar nas dependências da escola;

dd. fazer quaisquer discriminações referentes a sexualidade, idade, etnia, religião e as demais previstas em lei.

7 Das medidas pedagógicas

a. Pela inobservância de seus deveres, serão os alunos passíveis das seguintes medidas que seguirão um protocolo de três etapas caso haja reincidência:
a. advertência particular;

b. notificação aos pais ou responsáveis com o chamamento para participação dos Círculos de Construção de Paz desenvolvidos pela Orientadora Educacional/Facilitadora. A estratégia visa reunir alunos, responsáveis e profissionais da escola em círculos de diálogo buscando através da conscientização e do fortalecimento de vínculos superar as questões de indisciplina, violência, baixo rendimento e evasão escolar. Os círculos acontecerão uma vez por semana durante três semanas consecutivas.

c. Após esse período caso a situação apresentada não tenha sido superada a Direção, a Orientação Educacional e a comissão da CIPAVE se reunirão para determinar quais encaminhamentos poderão ser feitos a fim de auxiliar o aluno na superação de suas dificuldades.

A Direção, Conselho Escolar e Orientação Educacional devem examinar criteriosamente as situações especiais e somente depois de esgotados todos os recursos efetivar encaminhamento ao Conselho Tutelar.

III. Dos funcionários

• **Dos Direitos e dos deveres**

Os direitos, vantagens, deveres e sanções atribuídas aos funcionários são os constantes no respectivo estatuto e/ou legislação específica.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

Quaisquer casos omissos neste regimento serão encaminhados ao Conselho Escolar e a Mantenedora.